

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

JULIO SCHNEIDER NETO

SERRANIAS ESCRAVISTAS

Estudo do meio em territórios afro em São Roque/SP

Campinas

2024

JULIO SCHNEIDER NETO

SERRANIAS ESCRAVISTAS

Estudo do meio em territórios afro em São Roque/SP

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Figueiredo Pirola

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO ALUNO JULIO SCHNEIDER NETO, E ORIENTADA PELO PROF. DR. RICARDO FIGUEIREDO PIROLA

Campinas

2024

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

Sch58s

Schneider Neto, Julio, 1977-
Serranias Escravistas : estudo do meio em territórios afro em São Roque/SP / Julio Schneider Neto. – Campinas, SP : [s.n.], 2024.

Orientador: Ricardo Figueiredo Pirola.
Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Estudo do meio. 2. Cultura afro-brasileira. 3. Trabalho escravo. 4. Educação patrimonial. 5. História - Estudo e ensino. 6. Memória. 7. São Roque (SP) - História. I. Pirola, Ricardo Figueiredo, 1980-. II. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: Slaveholding Highlands : field study in afro territories in São Roque/SP
Palavras-chave em inglês:
Fied study
Afro-Brazilian culture Slave
labor
Heritage education
History - Study and teaching
Memory
São Roque (SP) - History
Área de concentração: Ensino de História
Titulação: Mestre em Ensino de História
Banca examinadora:
Fernando Teixeira da Silva
Aline Vieira de Carvalho
Ângelo Emílio da Silva Pessoa
Data de defesa: 28-06-2024
Programa de Pós-Graduação: Ensino de História

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)
- ORCID do autor: https://orcid.org/0009-0006-4684-0824
- Currículo Lattes do autor: lattes.cnpq.br/3718862511839585

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado Profissional, composta pelos(as) Professores(as) Doutores(as) a seguir descritos, em sessão pública realizada em 28 de junho de 2024, considerou o candidato Julio Schneider Neto APROVADO.

Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva - Presidente

Profª. Drª. Aline Vieira de Carvalho

Prof. Dr. Ângelo Emílio da Silva Pessoa

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações e na Coordenaria do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

DEDICATÓRIA

Aos malungos dessa viagem;
Àqueles que habitam a aldeia da memória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram com este trabalho, por meio de leituras, sugestões, indicações, comentários e críticas, especialmente do amigo José Antônio de Oliveira. Aos amigos da turma de mestrado que a tragédia da pandemia forçou-nos ao primeiro e único encontro presencial. Destaco as amizades com Leandro Leal e Edson Joaquim dos Santos e nossa participação no II Congresso do Profhistória. A amizade com Edson, inclusive, rendeu a escrita de um artigo indicado na bibliografia, obrigado aos *tovarisches*.

Aos profissionais e amigos designers Gabi Rosemberg e Thiago Palhas por me auxiliarem a elevar o livro (anexo) ao estado da arte, muito obrigado.

Muito devo ao orientador Profº Dr. Ricardo Figueiredo Pirola pelo compromisso e dedicação ao longo desses anos, destaco especialmente sua capacidade de refinamento e auxílio na escolha dos objetos de estudo e definição dos objetivos do trabalho.

Agradeço às professoras Aline Carvalho, Cristina Meneguello, Lucilene Reginaldo e ao professor Ângelo Emílio Pessoa pelas aulas, comentários, críticas e arguições; ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (Profhistória) na figura da coordenadora Aline Carvalho do pólo da Unicamp; aos trabalhadores do Centro Cultural Brasital local de estudos, pesquisa, reflexões e concentração.

Dívida especial à Hortência de Camargo Schneider e Erwin Helmann Schneider (residente da aldeia da memória) pelo esplendor da vida, valorização do trabalho e dos estudos.

E as contribuições de Carolina Pereira Perske Schneider pela cumplicidade, companheirismo e amor nessa caminhada desde terça-feira. Por fim, a Helena e Laura, minhas meninas, levando destinos, tão iluminados de sim, passam por mim e, embaraçam as linhas da minha mão.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é contribuir com o ensino de História propondo o desenvolvimento da prática pedagógica denominada Estudo do Meio na cidade de São Roque/SP. As temáticas abordadas são escravização, resistência ao trabalho escravo e cultura afro-brasileira em diálogo com a educação patrimonial. O público-alvo é o de professoras e professores do Ensino Fundamental (anos finais), especificamente aos do 8º ano. Nossa proposta é que o estudo do meio seja desenvolvido nos seguintes territórios: A) Sítio Santo Antônio; B) Igreja São Benedito; C) Morro do Saboó e D) Quilombo do Carmo. O trabalho resultou em um livro que consta no anexo.

Palavras-chave: Estudo do meio. Cultura afro-brasileira. Trabalho escravo. Educação patrimonial. História - Estudo e ensino. Memória. São Roque (SP) - História.

ABSTRACT

The objective of this project is to enhance the teaching of History by proposing the development of pedagogical practice known as Outdoor Education or Field Study of São Roque city in São Paulo state. The themes addressed include enslavement, resistance to slave labor, and Afro-Brazilian culture, integrated with heritage education. The target audience consists of teachers from the final years of Elementary School, specifically those teaching 8th grade. Our proposal is to conduct a field study of history in the following locations: A) Santo Antônio Site; B) São Benedito Church; C) Saboó Hill; and D) Carmo Quilombo. The work resulted in a book that is included in the annex.

Keywords: Fied study. Afro-Brazilian culture. Slave labor. Heritage education. History - Study and teaching. Memory. São Roque (SP) - History.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Estudo do Meio em fazenda de café. Franca/SP. Década de 1960……..33

Figura 02: Planta baixa do Sítio Santo Antônio…….62

Figura 03: Avelina Soares ex-escravizada do Barão de Piratininga……...63

Figura 04 - Revista “Projeto Memória: o retrato de São Roque no século XIX” p.10……..66

Figura 05 - Cartaz da Festa de São Benedito, 2024……...68

Figura 06 - Receita do bolo de São Benedito……72

Figura 07 - Igreja São Benedito com apresentação da Banda Santa Teresinha…….73

Figura 08: Vista panorâmica do Morro do Saboó……..79

Figura 09 - Procissão da Festa de Nossa Senhora do Carmo…….87

Figura 10 - Ruínas da Senzala e Casa Grande……...88

Figura 11 - Planta baixa do Sítio Santo Antônio……..105

Figura 12 - Avelina Soares ex-escravizada do Barão de Piratininga……...106

Figura 13 - Sítio Santo Antônio……...109

Figura 14 - Igreja São Benedito……...115

Figura 15 - Trilhas do Morro do Saboó……...121

Figura 16 - Morro do Saboó e castelo medieval……..122

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Fases do Estudo do Meio……24

Tabela 02 - O Estudo do Meio como metodologia pedagógica para o desenvolvimento das Competências gerais da Educação Básica…….40

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - Localização do Quilombo do Carmo - São Roque/SP……...129

Mapa 02 - Localização do Patrimônio Material - Quilombo do Carmo…….129

Mapa 03: Patrimônio imaterial e simbólico - Quilombo do Carmo……131

Mapa 04 - Cartografia Participativa - Mapa Sensorial da Maré.…….134

SUMÁRIO

Introdução 13

Capítulo 1: Estudo do meio - uma contribuição ao ensino de história 17
1. Estudo do Meio - etapas didáticas 20
1.1. Pré-estudo - a preparação 20
1.2. Estudo in loco - a vivência 22
1.3. Pós-estudo, a sistematização 24
2. Histórico dos estudos do meio 25

Capítulo 2: Memória, patrimônio, escravização e cultura afro-brasileira em São Roque/SP 45
Rotas Afro (Campinas/SP e região) 46
Santa Afro Catarina (Santa Catarina) 47
Salvador Escravista (Salvador/BA) 49
Cartografia Negra (São Paulo/SP) 50
Pequena África (Rio de Janeiro/RJ) 51
Memória, patrimônio, escravização e cultura afro-brasileira em São Roque - aproximações possíveis 53
A. Sítio Santo Antônio 59
B. Igreja São Benedito 65
C. Morro do Saboó e a Insurreição de Escravizados de 1854 75
D. Quilombo do Carmo 80
D.1. Vila, capela Nossa Senhora do Carmo e cemitério de escravizados 82
D.2. A Festa de Nossa Senhora do Carmo e as bandas musicais 84
D.3. Fazenda Icaraí 88
D.4. Organização da Associação do Território Quilombola do Bairro do Carmo 90
D.5. Paisagens do território quilombola - Pedra Balão 91
Quilombo do Carmo: patrimônio-territorial e cultural afro-brasileiro 91
Patrimônio cultural como campo de aprendizagem 94

Capítulo 3: Uma proposta de estudo do meio nas Serranias Escravistas 99
A. Sítio Santo Antônio 103
B. Igreja, Festa de São Benedito e Congadas 111
C. Morro do Saboó e a Insurreição de Escravizados de 1854 116
D. Quilombo do Carmo 123
Conclusão 137
Referências Bibliográficas 139
Anexo: Serranias Escravistas - ***Estudo do meio em territórios afro em São Roque/SP*** 144

INTRODUÇÃO

Segundo a Divisão Geomorfológica do Estado de São Paulo, produzida pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) em 1981, o município de São Roque/SP localiza-se na zona do Planalto Atlântico denominado Serrania de São Roque. Tomamos de empréstimo esse vocábulo da geomorfologia paulista para servir de título desta dissertação. A intenção é ressaltar a marcante presença de serras, morros e encostas para pensar a escravização e as formas de resistência dos cativos em São Roque, a exemplo do plano de insurreição 1854 que, segundo fontes, se beneficiou estrategicamente da formação geológica denominada Morro do Saboó para organizar a sedição, explicada no capítulo 2. Portanto, nosso título é uma homenagem ao território e seus revoltosos de 1854.

Se a região possui uma unidade morfológica, nosso esforço é tentar traçar uma unidade para nosso trabalho, a partir do seguinte tripé: estudo do meio, escravização e patrimônio. São justamente esses três elementos os objetos centrais de estudo desta dissertação de mestrado.

Desde o início da nossa carreira profissional como professor de História, os estudos do meio pertencem às atividades pedagógicas de forma constante na maior parte das instituições de ensino em que trabalhamos e é curioso como tais são tratados, mobilizados e esperados pela comunidade escolar. Para uns, o tema pode parecer tradicional, para outros, apesar de acompanharem historicamente a educação brasileira, o estudo do meio representa ainda novidade pedagógica e de fato é.

Defendemos que as atividades extraclasses sejam regulares na educação. Adjacências da escola. Bairro. Cidade. Uma longa viagem com pernoites. A própria escola. Os estudantes têm acesso aos conteúdos por variados vetores: aula expositiva, livro didático, slides. O externo à sala de aula também é um vetor de conteúdo ou o próprio conteúdo. Deslocar o estudante da

carteira, convidando-o a estudar o meio é uma estratégia, mas acreditamos ser também uma necessidade. Pensar na quantidade de horas em que ficam sentados para obtenção de conhecimento é uma justificativa considerável. Ademais, no extraclasses, são convocados a diversos estímulos intelectuais, experimentais, sensoriais, sociais, portanto, os ganhos de aprendizagem podem ser potentes. A escolha de estudar o tema também reside no estudante de educação básica que ainda habita nossos corpos e mentes e o alvoroço quando a escola pública organizava excursões de lazer e pedagógicas. Em uma dessas ocasiões, nos idos finais da década de 1980, visitamos o Memorial da América Latina (São Paulo/SP) e são inúmeras memórias afetivas e educativas construídas entre os amigos que participaram dessa atividade. Por ironia do destino, no final dos anos 1990, nosso primeiro estágio como estudante da faculdade de História fora nessa instituição, isto é, a educação não-formal sempre - em várias camadas - circunscreve-se como uma necessidade.

Verifica-se essa necessidade em inúmeras dissertações do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (Profhistória). Há vários colegas que propuseram trabalhos de educação patrimonial, elaboração de roteiros históricos, debate sobre espaços de memórias nas cidades. Portanto, as propostas de saídas pedagógicas no campo de ensino de História não são exceções[1]. O esforço reside na regularidade de sua execução. Assim como, em qualquer outra atividade pedagógica, exige intencionalidade, pesquisa e planejamento. É nesse conjunto de ações que desejamos contribuir e apresentar recursos de como elaborar uma proposta de estudo do meio, para isso, dividimos o trabalho em três capítulos:

[1] Cabe destaque as dissertações: **Construíndo visibilidades na cidade de São José/SC: Uma proposta de ensino de história e patrimônio cultural dos povos africanos e afrodescendentes** de Mylene Silva de Pontes Visani, **Ensino de História e a Construção de uma Educação Patrimonial Afrocêntrica - Heranças negras em Ma'atrimônios** de Caroline de Aguiar da Cunha, **Memórias do Percurso: Ensino de História e Territórios Negros de Porto Alegre de Guilherme** Lauterbach Palermo e **Usina São João: História, Memória e Patrimônio no Ensino de História** de André Pinto Ferreira, indicadas na bibliografia.

No primeiro, trabalhamos como a prática didática denominada estudo do meio pode contribuir com o ensino de História, desenvolvendo-o a partir de aspectos teóricos-metodológicos. Vale justificar, desde o início, os motivos da conceituação *estudo do meio*:

> Embora se encontrem muitas variações – e significativas discussões – sobre a melhor forma de se designar as atividades didáticas propostas em ambientes fora das salas de aula e das escolas, preferimos, [...] usar a expressão "estudo do meio". Trata-se da forma que mais se repete no cotidiano dos profissionais da educação e também a mais citada na literatura referencial.
> SANTOS, E. J. & SCHNEIDER NETO, J. O estudo do meio como prática pedagógica regular. IN: MAIOR, P. S.; PESSOA, A.E.S; SALLES, A.M.; (ORG.). **Saberes históricos, patrimônio e espaços de memória**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2022. (Coleção experimentos e reflexões sobre práticas no ensino de História, v.2). p. 273.

Além de ser o conceito mais citado na literatura referencial, embora haja variações epistemológicas acerca dessa prática pedagógica com discussões profícuas, analisamos que *estudo do meio* é rigorosamente a conceituação exata para a elaboração desta dissertação.

Na sequência do capítulo, traçamos um breve histórico dos estudos do meio no Brasil e concluímos com uma reflexão acerca desse tipo de metodologia no contexto da ditadura civil-militar e democracia no Brasil contemporâneo.

Já no segundo capítulo relatamos cinco experiências em território nacional que desenvolveram vivências alicerçadas no tripé supracitados, são elas: Rotas Afro (Campinas/SP e região); Santa Afro Catarina (Santa Catarina); Salvador Escravista (Salvador/BA); Cartografia Negra (São Paulo/SP) e Pequena África (Rio de Janeiro/RJ). Na sequência apresentamos, por meio das pesquisas em periódicos, memorialistas, arquivos, dissertações, teses e visitas à campo, os lugares de São Roque/SP que se associam à escravização, resistência e cultura afrodescendente e suas relações patrimoniais. Dentre eles, pesquisamos e elegemos quatro

territórios os quais revelam os temas com muita envergadura, são eles: Sítio Santo Antônio, Igreja São Benedito, Morro do Saboó e Quilombo do Carmo -, aproximando-os dos ambientes e paisagens de memórias e patrimônios - para o desenvolvimento de estudos do meio.

Por fim, no terceiro capítulo, como resultado desta dissertação de mestrado construímos um roteiro de estudo do meio organizado de acordo com as bases teóricas e metodológicas apresentadas no capítulo 1 - alicerçadas em pré-estudo (preparação); estudo *in loco* (vivência) e pós-estudo (sistematização). Evidente que essa culminância é relativa aos territórios estudados no capítulo 2, sobre a temática da escravidão, bem como de formas de resistência dos escravizados e da cultura afro-brasileiras com aproximações patrimoniais possíveis.

Esse resultado é direcionado aos docentes do "Ensino Fundamental Anos Finais", especificamente àqueles que trabalham com os estudantes do oitavo ano, tal percurso é apresentado em formato de um livro/guia (ver anexo), esmiuçando um passo a passo de como foi montado o roteiro de estudo do meio *Serranias Escravistas*, mas, prestando-se também como um simulacro a outros roteiros que os professores desejem elaborar.

Capítulo 1: ESTUDO DO MEIO - uma contribuição ao ensino de História

> *As observações, os depoimentos realizados durante o Estudo do Meio mostram toda uma realidade oculta, cuja reflexão e análise permitem o desenvolvimento de uma consciência social e a percepção de intervenções possíveis, ou seja, entender a teia de relações sociais que estão por trás da paisagem, por trás da aparência para se chegar a sua essência.* (PONTUSCHKA, 2003)

Diversificar atividades, elaborar novas arquiteturas de aprendizagem e transpor as paredes da sala de aula não são anseios, ações recentes ou extraordinárias na história da educação. A prática pedagógica denominada Estudo do Meio reside neste lugar e propõe um outro espaço educativo, para além da sala de aula. Um dos seus objetivos é justamente o de aproximar a vivência externa, seja esta do entorno escolar ou de qualquer outra localidade, à realidade dos estudantes. Estudo do Meio não é a negação do espaço da escola, ao contrário, é uma expansão do local de estudo e a própria afirmação de que a educação é inerente à sociedade.

Existem as mais variadas atividades extraclasses tais como visita a museus, centros culturais, exposições temporárias, centros filantrópicos, ONGs etc., tendo objetivos pedagógicos definidos e concretos, todas são fundamentais no que se refere ao ensino-aprendizagem dos estudantes. A diferença básica entre essas saídas pedagógicas em relação aos denominados Estudos do Meio é que no caso deste último é norma a investigação e interferência no espaço visitado. Trocando em miúdos, todo estudo do meio é uma atividade extraclasse, no entanto, nem toda atividade extraclasse é um estudo do meio. Ao encontro dessa propositura, destacamos:

> [...] o conhecimento é construído na interação entre os sujeitos e o objeto do conhecimento, em um movimento de ir e vir, entendendo-se que o objeto de conhecimento inclui os indivíduos e suas relações em toda a dimensão social que é constitutiva dos sujeitos no movimento de conhecer. Tem-se como ponto de partida para essa construção a realidade observada, analisada e historicizada; – todo conhecimento deve ser

> contextualizado no tempo e no espaço, e para construí-lo valoriza-se o coletivo, o confronto das diferenças; – para superar a fragmentação do conhecimento estuda-se a própria realidade em sua multiplicidade de aspectos, onde os saberes em uma perspectiva política, esta concepção tem como objetivo que o sujeito se constitua como cidadão, consciente, crítico e atuante na busca de uma sociedade justa e democrática.
>
> (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Repensando a Escola para o Jovem e Adulto Trabalhador, 1992, p.15) In: **Estudo do Meio, Interdisciplinaridade, Ação Pedagógica** Nídia Nacib Pontuschka, 2003)

Considerando que todo meio (lugar) é histórico e passível de investigação e análise, a História, enquanto componente curricular, engendra-se com certa naturalidade nas atividades concernentes aos estudos do meio. Segundo Jean-Noël Luc, *"todo meio, rural ou urbano, está situado no tempo. Possui uma história e esta história deixou suas marcas. Nas memórias e nos arquivos. Mas também no seu entorno.* (*apud* BITTENCOURT, 2018, p. 232 adaptado).

Por definição, os estudos do meio são atividades interdisciplinares, que envolvem outros componentes curriculares sobre o mesmo espaço a ser investigado. Nesse sentido, frisamos:

> Sua característica interdisciplinar está na diversidade de informações e vivência que propicia, já que diante da realidade social é possível identificar aspectos físicos, geográficos, históricos, estéticos da paisagem e da arquitetura, formas de comportamento e maneiras de falar de circunstância *(sic)* e lugares. Um de suas grandes contribuições é sensibilizar os alunos para observar a realidade a partir de um olhar investigativo, que identifica, analisa e registra a presença de elementos que passam despercebidos no cotidiano, e que se transformam, a partir de objetivos educacionais, em fontes de informação histórica: as atividades das pessoas, as relações entre elas, a organização da paisagem, a distinção entre espaços públicos e privados, as funções dos lugares e seus usos, a presença de espaços de lazer e de trabalho, a arborização, os rios, os meios de transporte, a infraestrutura e os serviços, a presença de construções, seus estilos, características e materiais, as edificações construídas em tempos diferentes, a história dos lugares expressas nos seus detalhes e significados, a relação das pessoas com os lugares, as múltiplas inscrições nos cartazes, paredes e letreiros e nas marcas dos jovens que estão disseminadas pelas cidades. (Secretaria Municipal de Educação, 2007, p. 82, *apud* LOPES, 2014, p.140)

Diante das premissas de que todo meio (lugar) é histórico e, além disso, que o estudo do meio é por definição interdisciplinar, a intenção é contribuir fornecendo subsídios para o exercício dessa ação pedagógica.

É importante salientar que a produção acadêmica em ensino de História, acerca do tema, é rarefeita. Curiosamente, aquilo que se refere ao patrimônio histórico e cultural e educação patrimonial, a produção toma uma proporção diametralmente oposta[2], considerando que ao propor estudos do meio, pelo prisma da História, inevitavelmente há o encontro entre os estudantes com os patrimônios, espaços e os lugares de memória. Voltaremos aos assuntos patrimoniais adiante, por hora, afirmamos que a atividade do estudo do meio e educação patrimonial, são simbióticas.

Trabalho coletivo, interdisciplinar, investigativo, instigante e socialmente engajado. O êxito dessa estratégia pedagógica consiste nessa dinâmica, para tanto, deve ser estruturada no decorrer do ano letivo, assim como, pertencer a um projeto pedagógico mais robusto, como salienta Bittencourt (2018):

> O estudo do meio concebido como um ponto de partida necessita de outros referenciais e informações recolhidos de uma realidade maior. As explicações da realidade de cada meio, próximo ou distante, não se encontram nele mesmo, mas estão inseridas em contextos mais amplos. A análise das observações e dos materiais coletados identifica problemas que serão parcialmente explicados com o auxílio de outras fontes e materiais bibliográficos.
>
> BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2018. p. 236.

[2] Em pesquisa ao Banco de Dissertações do Programa de Mestrado em Ensino de História (ProfHistória), constam 33 dissertações vinculadas à palavra-chave *educação patrimonial*, no entanto, não há nenhuma dissertação atrelada à palavra-chave *estudo do meio*. Disponível em: < https://profhistoria.ufrj.br/banco_tese> . Acesso 08 nov. 2021.

Como elaborar um trabalho com essa envergadura? Como lidar com estruturas escolares e educacionais, muitas vezes conservadoras, alicerçadas em processos pedagógicos unilaterais? O rompimento dessas amarras acontece quando a unidade escolar estabelece o estudo do meio como estratégia didática, podendo ser um projeto interdisciplinar em determinado momento do ano letivo ou parte de um escopo maior dimensionado, ou ainda, uma previsão mais basilar no Plano Político Pedagógico, constituindo assim, uma cultura escolar.

Segundo Bittencourt, a metodologia do estudo do meio detém dois aspectos iniciais: *"O primeiro deles é que esse método é um ponto de partida, não um fim em si mesmo. O segundo é que sua aplicação resulta sempre de um projeto de estudo que integra o plano curricular da escola e pode ser integral ou parcial"*

1. Estudo do Meio - etapas didáticas

Diante dessa dimensão, a literatura sobre metodologia de estudos do meio[3] converge sobre sua divisão em três etapas: 1. Pré-estudo; 2. Estudo *in loco*; 3. Pós-estudo. Adiante esmiuçamos cada uma dessas etapas.

1.1. Pré-estudo - a preparação

A preparação se inicia com a definição do local a ser visitado. É importante que essa etapa seja dividida em duas fases. A primeira consiste no pré-estudo realizado pelos próprios docentes e, a segunda, na preparação da saída (estudo *in loco*) dos estudantes propriamente dita. É fundamental que os professores diretamente envolvidos façam o estudo prévio do meio, isto é, conheçam o local antecipadamente. A rigor, o estudo do meio é uma atividade educativa - e,

[3] No Brasil a metodologia etapificada e descrita a seguir contou com o pioneirismo das Classes Experimentais seguida dos Ginásios Vocacionais, experienciais também descritas adiante.

assim como outra qualquer, deve ser elaborada previamente[4]. Como os educadores podem inserir seus educandos em um meio sem conhecê-lo anteriormente? Aplicamos uma prova sem conhecer os conteúdos? Esses dois questionamentos servem à reflexão dos docentes em perceber a regularidade dessa prática pedagógica.

Os objetivos do estudo prévio do meio incluem: 1. Objetivos didáticos-pedagógicos (organizar o roteiro, sugerir atividades, identificar e conhecer agentes da comunidade que possam interagir com os estudantes por meio de conversas, entrevistas, palestras, oficinas, vivências artísticas); 2. Logística (identificar quando e onde realizar as paradas, como lanche e almoço, assim como, os traslados que devem ser organizados junto ao percurso de visitas)[5]. Munidos dessa organização prévia, cabe aos professores explicitar cada um desses passos aos seus alunos.

A segunda fase do estudo prévio do meio envolve atividades em sala de aula e a harmonização da saída da escola com o plano didático pedagógico. Uma forma exitosa de apresentação é organizar um cronograma de atividades desta fase, inclusive junto com os estudantes. Neste momento, o estudo do meio revela sua face interdisciplinar. As atividades de todos os componentes curriculares afins estarão contemplados no cronograma que evidentemente deve ser cumprido. Essa fase é a mais longa de todo o projeto. Dependendo da complexidade, pode se estender por meses. É a fase mais estratégica, nela o projeto pode condensar toda a robustez de um estudo do meio.

Corroborando com a importância do estudo prévio do meio, Goettems afirma:

---

[4] Há várias formas para definir o local do estudo do meio, existem experiências em que essa escolha é realizada junto com os estudantes, dependendo muito do perfil da instituição de ensino e/ou do projeto a ser executado, independentemente de como, o pré-estudo docente é fundamental.

[5] Há escolas que contratam empresas especializadas para fazer esse serviço, mesmo assim, é essencial a participação dos professores na definição da logística, especialmente daqueles que acompanharão os estudantes.

> O trabalho coletivo dos professores envolvidos e dos estudantes, para a definição da área e do tema a serem estudados, dos objetivos a serem alcançados, da metodologia de trabalho a ser adotada e das técnicas a serem empregadas para a obtenção e registro dos dados; [...] Tudo isso requer o diálogo constante com as pessoas, com o espaço, com a história e com as fontes de pesquisa.
>
> GOETTEMS, A. P**roblemas ambientais urbanos: desafios e possibilidades para a escola pública**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. p. 60.

1.2. Estudo *in loco* - a vivência

Todos os dias estudantes entram e saem pelos portões das escolas - no cotidiano movimento de ir e voltar. Entretanto, atravessar os muros da escola para realizar práticas pedagógicas é nutrido de grande expectativa pela comunidade escolar, especialmente por parte dos responsáveis. Essa situação ocorre pelo fato de as atividades extraclasses serem excepcionais na vida educativa.

Essa transposição pedagógica que chamamos de estudo *in loco* ou vivência, apesar de defendermos sua regularidade como prática, é de fato - exceção, no entanto, estratégica. O estudante investigativo do meio, especialmente pela ótica do ensino de História, entra em contato com fontes históricas, como histórias de vida, edificações, comunidades, territórios, patrimônios. A ação primordial nessa etapa do trabalho é aproximar o estudante do meio em que está inserido. Reiteramos que, independentemente do lugar a ser explorado, seja as cercanias da unidade escolar, o próprio bairro ou cidade; um local distante em que se imersa durante dias, a aproximação do discente com a realidade daquele território, torna-se indispensável ao êxito do estudo do meio.

Sabemos que pertence à excelência do ensino de História, trabalhar e desenvolver todas essas tipologias dos conteúdos[6]. No entanto, lançar mão da vivência no espaço histórico, traz possibilidades variadas, intangíveis dentro do perímetro da sala de aula.

No artigo "O estudo do meio como prática regular", Santos e Schneider (2022) sintetizaram a importância da vivência dessa forma:

> Corroborando essas proposições acerca das vantagens pedagógicas dos estudos do meio encontramos pesquisas que trazem dados relevantes. MARGRAVES (2015) entrevistou 124 professores que se engajaram em estudos do meio em Surrey e Vancouver (Colúmbia Britânica - Canadá) e aferiu (as respostas não são excludentes) que 56,7% consideram importante a ligação com a programação curricular, 52,5% perceberam maior estímulo e envolvimento por parte dos estudantes e 45,8% valorizaram as experiências práticas. Também GREEE, KISIDA, BOWEN (2014), entre 2012 e 2013, aplicaram questionários a "10.912 alunos e 489 professores de 123 escolas diferentes" que, em grupos orientados, visitaram o Museu de Arte MaricanaCrystal Bridges (Arkansas). Os autores afirmaram que, para 60% dos pesquisados, desenvolveu-se maior capacidade de pensamento crítico, maior empatia por História e museus de arte, maior tolerância em relação às opiniões distintas. Para alunos mais pobres e/ou das áreas rurais os números foram ainda mais positivos, superando 70%
>
> SANTOS, E. J. & SCHNEIDER NETO, J. O estudo do meio como prática pedagógica regular. IN: MAIOR, P. S.; PESSOA, A.E.S; SALLES, A.M.; (ORG.). **Saberes históricos, patrimônio e espaços de memória**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2022. (Coleção experimentos e reflexões sobre práticas no ensino de História, v.2). p. 277.

A vivência do estudo do meio busca promover o rompimento de limites das salas de aula, permitindo aos estudantes o acesso à materialidade do mundo, de modo, a constituir-se como ser crítico e que perceba a história a partir de sua interação com a realidade que o circunda, colocando-os no centro do conhecimento histórico.

[6] Não é propósito esmiuçar a tipologia dos conteúdos neste trabalho, apenas sinalizar a potencialidade que se pode elevá-los em uma vivência do estudo do meio. Sobre tipologias dos conteúdos ver: ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

1.3. Pós-estudo, a sistematização

Como em qualquer processo educativo, a culminância e devolutiva se fazem necessárias. De volta ao ambiente da escola, os envolvidos no trabalho dão o retorno do estudo do meio à escola e comunidade, mostrando aos não envolvidos a importância do estudo. O conhecimento do espaço vivido traz o seu reconhecimento em valores.

Para essa fase, Goettems contribui com os seguintes procedimentos:

> A elaboração e a socialização do produto final do estudo do meio, tendo como meta a utilização de diferentes linguagens (textual, imagética, musical, cartográfica, teatral, etc.); a avaliação final do Estudo do Meio por todos os sujeitos sociais envolvidos, tendo como referência os objetivos colocados inicialmente.
>
> GOETTEMS, A. P**roblemas ambientais urbanos: desafios e possibilidades para a escola pública**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. p.59.

Já para Pontuschka o retorno da viagem para o estudo do meio e a própria sistematização das informações devem se desdobrar em outras frentes de pesquisa, processos e avaliações (ações recorrentes em processos de ensino-aprendizagem).

De forma conclusiva, as três fases do estudo do meio juntamente com os seus objetivos, define-se conforme tabela abaixo:

Tabela 01 - Fases do Estudo do Meio

FASE	**OBJETIVO**
Pré-estudo	Preparação
Estudo in loco	Vivência
Pós-estudo	Sistematização

Organização: Julio Schneider Neto

2. Histórico dos estudos do meio

> *Certa vez, numa escola da rede municipal de São Paulo que realizava uma reunião de quatro dias com professores e professoras de dez escolas da área para planejar em comum suas atividades pedagógicas, visitei uma sala em que se expunham fotografias das redondezas da escola. Fotografias de ruas enlameadas, de ruas bem postas também. Fotografias de recantos feios que sugeriam tristeza e dificuldades. Fotografias de corpos andando com dificuldade, lentamente, alquebrados, de caras desfeitas, de olhar vago. Um pouco atrás de mim dois professores faziam comentários em torno do que lhes tocava mais de perto. De repente, um deles afirmou: "Há dez anos ensino nesta escola. Jamais conheci nada de sua redondeza além das ruas que lhe dão acesso. Agora, ao ver esta exposição de fotografias que nos revelam um pouco de seu contexto, me convenço de quão precária deve ter sido a minha tarefa formadora durante todos estes anos. Como ensinar, como formar sem estar aberto ao contorno geográfico, social, dos educandos?"*
>
> (FREIRE, 2015, p. 133-134)

Apresentaremos um breve histórico de estudos do meio com o propósito de mostrar como se deu seu desenvolvimento e formatação ao longo do tempo. Expor esse histórico é trazer ao presente tanto os profissionais como as experiências educativas que se inquietaram em tempos idos com a possibilidade de ensinar História explorando o entorno e outros territórios.

Para construir um histórico do estudo do meio, vamos nos fundamentar na dissertação de mestrado de Danilo Eiji Lopes que realizou extensa pesquisa sobre o assunto[7]. Ancorados na

[7] LOPES, Danilo Eiji. **História dos estudos do meio: um estudo sobre as práticas extramuros da escola em São Paulo**. 2014. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

leitura analítica dessa dissertação, construímos, assim, a seguinte cronologia histórica dos estudos do em meio no Brasil[8]:

1883 - Rui Barbosa, influenciado pelas sistematizações registradas por Ferdinand Buisson em decorrência da Exposição da Filadélfia (1876) que contou com a presença de uma comitiva brasileira, redigiu as *Lições de coisas e o ensino da cultura moral e cívica* em resposta ao decreto de 1882 do ministro Carlos Leôncio de Carvalho como descreve Lopes (2014: p.28) que propunha uma reforma de ensino na capital federal. Barbosa entendia nessa proposta pedagógica que era necessário associar a recreação ao ensino e afirmava que "pelos sentidos que nos advém o conhecimento do mundo material, os primeiros objetos onde se exercem as nossas faculdades são as nossas faculdades, são as coisas e os fenômenos do mundo exterior", segundo Lopes (2014: p.28). O método teria a observação e o trabalho como pilares. A observação oportunizaria a percepção de uma ideia, o raciocínio cujo caminho partiria do concreto para o abstrato. E o trabalho seria formulador do caráter e do futuro trabalhador adulto. Entretanto, salienta Lopes (2014: p.28), mesmo com a observação do meio fazendo parte da proposta pedagógica, as atividades de campo tinham uma função pontual e não foram utilizadas na área de História, com exceção de passeios a lugares icônicos e normalmente desconectados de um trabalho pedagógico articulado na área. As visitas, na área de História, assumiram papel semelhante às festas cívicas.

1901 - Inauguração da Escola Moderna de Barcelona, Lopes (2014: p. 218) ancorado nos trabalhos de Francisco Ferrer y Guardia[9] do início do século XX, afirma que essa escola catalã propunha uma educação libertária, com uma proposta pedagógica que lidava com atividades

[8] Utilizaremos de forma analítica o debruçamento realizado por Lopes (2014) no período compreendido entre 1883 à década de 1980, parâmetro estabelecido nesta dissertação.

[9] Francisco Ferrer y Guardia (1985 - 1909), espanhol da Catalunha, pedagogo anarquista e idealizador da Escola Moderna de Barcelona baseada na educação libertária.

extraclasses da escola, foi uma das primeiras vezes que se empregou o termo *excursões instrutivas* para designar essa estratégia de ensino, existia o engajamento em excursões a museus, bibliotecas, fábricas, entre outros lugares com potencial empírico na formação dos alunos, nesses trabalhos eram estimulados com funcionários e/ou moradores da região visitada. Essa escola foi um dos maiores exemplos de escola anarquista libertária que disseminou sua proposta para o mundo e para as escolas brasileiras.

1910 - As escolas anarquistas desempenharam um papel fundamental na concepção das atividades de meio no exterior e também no Brasil. O jornal *A Lanterna*, era um periódico da Escola (anarquista) Moderna de São Paulo e em 26 de fevereiro publicou a seguinte crítica sobre as atividades pedagógicas:

> [...] Aproveitar a sua natureza irrequieta [do aluno] e alegre, as suas faculdades e sentimentos, falando mais ao olhar do que ao ouvido, dedicando-se mais a inteligência do que a memória esforçando-se por desenvolver harmônica e integralmente os seus órgãos. A experiência, a observação direta, a recreação instrutiva serão muito mais favorecidas pelo próprio professor que compreende a sua missão, do que longas e fatigantes preleções e as recitações fastidiosas e sem sentido. ("A Escola Moderna em São Paulo", A Lanterna, São Paulo, 26 de fevereiro de 1910 apud LUIZETTO, 1984, p. 267 apud LOPES p. 35)

1915 - O jornal *O Ínicio* editado pelos discentes da Escola Moderna nº1 de São Paulo, publicou na edição de 4 de setembro esse registro do estudante Edmundo Mazzone acerca de uma visita ao entorno do rio Tiête:

> Um passeio a margem do Rio Tieté
>
> No sábado, dia 06 de março, nós nos reunimos todos às 7 horas da manhã na nossa Escola e cantámos os hinos "A mulher" e o "Primeiro de Maio". Depois de meia hora saímos e descemos a rua Catumbi, tomámos a travessa do mesmo nome, fomos pela rua dos Prazeres, descemos a rua Cachoeira e seguimos uma rua cujo nome eu não sei.

> Eu vi pelo caminho uma pontezinha na travessa da Rua Catumbi. Lá o nosso professor explicou que os troncos da taquara se chamam rizôna e que esses troncos caminham debaixo da terra. Ao chegarmos ao rio Tietê vimos barcas dentro e fora do rio. Um menino estava nadando vestido de calças no meio do rio. Vimos as barcas no meio do Tieté e também uns meninos caçarem peixes. Depois brincámos de Caracol e Ciranda-Cirandinha. O João Bento, o Bruno, o Ernesto, o Carlos, o Chiesa e o Abílio Bento recitaram. Na ida vimos um cavalo morto e o Miniere botou flores em cima dele. O professor disse que Miniere fez bem de colocar flores em cima do cavalo morto. Na volta o professor nos mandou pegar uma varinha com flores e pegámos tambem taquaras de bambu. O Abilio Bento fez um estoque para mim. Na ida e na volta nos sentámos em cima dum ventilador de esgôto. Chegámos à nossa Escola quando faltavam 25 minutos para as dez horas. Depois o professor nos deu os cadernos e fomos embora para nossas casas. (Edmundo Mazzone. "Exercícios escolares")[10]

1922 - Ainda no jornal *O Início*, o estudante Arthur Moraes de 11 anos, relatou sua experiência em visita a uma fábrica de vidros:

> Fábrica de vidros
>
> Na fábrica de vidros fabricam-se copos, jarras, floreiras, calices, telhas de vidro, tinteiros, fructeiras, paliteiros e muitos outros objectos de utilidade domestica. O vidro fabrica-se com sóda e areia, e alguns productos chimicos.
>
> Todos esses ingredientes são levados numas padiolas para o moinho, onde são amassados até se transformarem em um pó muito fino.
>
> Esse pó, depois de amassado com os pés, até transformar-se em uma massa mole, que passando por alguns outros trabalhos preparatorios, é levado ao forno onde se transforma em liquido, em vidro derretido.
>
> Os operários vão buscar então com canas de ferro e matéria liquida para com ella fazerem os objectos por meio de fôrmas.
>
> O trabalho na fábrica de vidro é muito ruim. Os operários que trabalham na fábrica de vidro sofrem muito, principalmente as crianças, que vivem muito mal tratadas e queimadas. (*O Início – Publicação literaria e instructiva – Orgão dos alumnos da "Escola Nova"*, nº 1, ano I, São Paulo, 12 out, 1922) *apud* LOPES (2014).

[10] O INÍCIO. São Paulo, nº 2, 4 set. 1915 *apud* LUIZETTO, 1984, p. 285 *apud* LOPES p. 48

1932 - A Reforma Francisco Campos, primeiro ministro do recém criado Ministério da Educação, estipulou as instruções metodológicas de História. Devemos destacar que essa foi a primeira vez que consta em documento oficial a premissa do estudo de História, para além da sala de aula:

> Para que o trabalho do aluno seja autônomo, deve o professor encarregá-lo de coligir, fora de aula, os fatos históricos referidos no manual de história ou, de preferência, os que se encontram em forma de fontes, isto é, em biografias, descrições de viagens, poesias, novelas, romances, documentos históricos ou trechos dos grandes historiadores. Os assuntos dados ao aluno para ler e deles fazer uma exposição sucinta devem, tanto na forma como no conteúdo, ajustar-se à idade mental daquele e seguir, quanto ao modo de serem tratados, o ponto de vista assinalado pelo professor. É também utilizável, como fonte, o que cada aluno ou turma houver observado em visitas a museus, em excursões a lugares históricos, na apreciação dos monumentos, etc. O material reunido pelos alunos isoladamente ou em grupos será exposto e considerado em aula, cabendo ao professor orientar e completar os trabalhos apresentados. (HOLANDA, 1957, p. 21) *apud* LOPES (2014, p 42)

1934 - Publicado pelo Instituto de Pesquisas Educacionais o *Programa de Ciências Sociais*, uma proposta de envolvimento da escola com a vida social e comunitária de seu entorno, deste documento, destacamos:

> Despertar na criança um interesse ativo por tudo quanto a cerca (natural e social), ensinando-a a observar inteligentemente, ou seja, substituir as situações passivas impostas a ela, por atividades ativas, eliminando a tradição do "ouvir", e incorporando o "ver" e "observar", como recomendava a Escola Nova – de certo modo, os livros não davam mais conta de uma sociedade em transformação e nem da realidade da população diversificada que passava a ter direito à escolaridade. (FERNANDES, 2008, pp. 3-4) *apud* LOPES 2014, p. 51.

1935 - Jonathas Serrano, publicou o manual de História *Como se ensina História* (1935) e no capítulo "A iniciativa dos alumnos", evidencia a prática do estudo do meio:

> Podem os alumnos promover, por iniciativa sua, acompanhados ou não pelo professor, visitas, excursões, passeios ou até viagens, nas ferias, a locaes históricos interessantes, como o melhor complemento dos estudos já feitos durante o periodo lectivo.
> Uma excursão a Ouro Preto, Marianna, Cachoeira do Campo ou Lagôa Santa: que ensejo magnifico de aprender coisas de alto valor para a historia patria. Bem sabemos que não é facil, nem barato. Seria, porém, desejável que se organizassem de vez em quando, para os alumnos das ultimas series, ou do cyclo complementar, pelo menos, excursões de tal gênero aos pontos mais dignos de visita do municipio, no Estado, ou em quaisquer localidades mais acessíveis do território nacional.
> Modestamente, sem maior despesa nem perigo, é sempre possivel visitar a bibliotheca, ou as bibliothecas publicas da propria cidade; os museus existentes, os archivos, as collecçoes de quadros, de moedas e de objectos curiosos. Só assim comprehenderá o alumno perfeitamente o que são as sciencias auxiliares da Historia, a numismatica e a paleographia entre outras. (SERRANO, 1935, p. 130) *apud* LOPES 2014, p. 47

1939 - Francisco Venâncio Filho (1894-1946), educador, escritor, signatário do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, apresentou em conferência realizada em 1939 o artigo:

> "A função educadora dos museus", em que sugeria que todos os museus, "ao lado de outras funções que lhes cabem, têm de ser grandes escolas populares, escolas que ensinam tudo, de um determinado setor, a todos, a qualquer momento, sem o intermédio do livro ou do professor" (VENÂNCIO FILHO, 1939, p. 51 apud MORONI, 2010, p. 25) *apud* LOPES (2014) p. 44.

1958/59 - 1962 - O Ministério da Educação lançou em 1958 as instruções sobre a organização das classes experimentais em nível federal. No Estado de São Paulo uma lei concernente ao estudo do meio foi publicada em 1959. O destaque da experiência paulista coube ao Instituto de Educação Narciso Pieroni (Socorro/SP). Os profissionais da educação destas classes experimentais, conceberam como currículo:

> [...] incluiu a definição clara de objetivos, o desenho de um currículo que incorpora as grandes noções da cultura geral, as práticas de reconhecimento da realidade local no seu cotidiano, a seleção de conteúdos com destaque de conceitos, considerados elementos mediadores de todo o currículo, o trabalho em grupos, o estudo dirigido, o estudo do meio, as práticas de avaliação. (MASCELLANI, 2010, p.84).

Dentre objetivos e proposta pedagógica dessa experiência em Socorro, é perceptível a aproximação das ações pedagógicas com a comunidade, inclusive preconizando a etapa de pré-estudo do meio aos docentes, como destacamos:

> • Pensar o currículo a partir das necessidades psicológicas básicas dos adolescentes na comunidade situada.
>
> • Incorporar ao currículo estudos propedêuticos e práticas de participação social.
>
> • Respeitar os componentes culturais da região e do município.
>
> • Integrar o antigo e o novo no sentido de processo de transformação educacional e cultural.
>
> • Desenvolver a capacitação dos professores sob a ótica de uma nova pedagogia, de caráter
>
> social.
>
> • Levar alunos e equipe pedagógica ao exercício do compromisso com a realidade.
>
> [...]
>
> • Desenvolver nos jovens atitudes de iniciativa e independência.
>
> • Entender o conhecimento como construção histórica.
>
> • Valorizar o trabalho em grupo.
>
> • Estudar a importância da pesquisa para o progresso da humanidade e como base de planejamento.
>
> • Desenvolver atitude crítica em relação à realidade econômica, política e cultural do país e
>
> da comunidade.
>
> • Desenvolver entre os alunos o compromisso social com a comunidade.

> A proposta pedagógica da experiência tinha como ponto de partida o que se designava como "Caracterização da Sociedade". Nosso trabalho se iniciou com o estudo da comunidade, feito com a participação dos professores. (MASCELLANI, 2010, p.85-86).

Essa experiência realizada na cidade de Socorro/SP revela a interligação entre os estudos do meio com a democracia - sistema político que favorece a liberdade, pluralidade e autonomia educacional, condições prejudicadas em ambientes discricionários.

Década de 1960 - Desde as instituições que originaram a Escola de Aplicação vinculada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo até os dias atuais os estudos do meio detêm um papel fundamental na organização dos recursos didáticos dessa instituição de ensino, como comenta Lopes:

> Da década de 1960 até os dias de hoje, o papel dos estudos do meio ganhou importância na Escola de Aplicação. O caráter experimental deu lugar ao planejamento e à sua presença obrigatória no plano escolar. A metodologia seria coerente com os principais objetivos da instituição em relação aos alunos: "Perceber-se como sujeito ativo no seu processo de aprendizagem; refletir sobre o conhecimento e o mundo, com progressiva autonomia; desenvolver sentimento de pertencimento à comunidade escolar e ao seu grupo social, tendo a capacidade de intervir no seu espaço social; entre outros".
>
> UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Objetivos constantes no plano escolar da Escola de Aplicação – FEUSP**, pp. 19-20 apud ALENCAR, 2011, pp. 138-139 apud LOPES, 2014, p. 70.

1961/68 - Neste período foram criados em cidades paulistas, os Ginásios Vocacionais, experiência educativa progressista que teve como um dos alicerces de aprendizado os estudos do meio. Lopes (2014) menciona Tamberlini (1998, p. 65):

> Uma das técnicas de capital importância utilizadas pelo Ensino Vocacional era o estudo do meio, que possibilitava um contato direto com a realidade social e humana, sobretudo com a comunidade da escola. Envolvia visitas a locais de trabalho, escola, indústrias, comércio, instituições de saúde, etc. Os estudos do meio eram ampliados em seus objetivos [...]. Paulatinamente iam abarcando realidades mais complexas envolvendo a zona industrial, comercial e agrícola. [...] Os problemas observados nos estudos do meio eram estudados e discutidos na escola e acabavam por desencadear outras Unidades Pedagógicas. (TAMBERLINI, 1998, p. 65)

O recrudescimento da Ditadura Civil-Militar no Brasil acabou com os Ginásios Vocacionais, introduzindo no lugar um ensino tradicional alinhado aos interesses ideológicos do regime. No documentário: Vocacional - uma experiência humana (Dir. Toni Venturi. São Paulo: Mamute Filmes/Olhar Imaginário, 2011. 77 min.) revela, por meio da narrativa de ex-alunos do Ginásio Vocacional de São Paulo como o ensino era aplicado e desenvolvido, mas, com a instauração do Ato Institucional nº5 a escola foi fechada, professores e estudantes, presos.

Figura 01 - Estudo do Meio em fazenda de café. Franca/SP. Década de 1960



Grupo Vocacional Cândido Portinari (Batatais/SP) em Estudo do Meio em fazenda de café em Franca/SP. Década de 1960. IN: FERREIRA, Daniela Gomes de Albuquerque. **Ginásio Estadual Vocacional "Cândido Portinari" de Batatais: Histórias, Sujeitos e Práticas**. 2007. Dissertação (Mestrado em História e Historiografia da Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. p. 95.

1968 - A ditadura civil-militar no Brasil, através do Ato Institucional nº 5 imposto em dezembro daquele ano, coibiu quaisquer práticas de estudo do meio. Segundo Nídia Pontuschka, os estudos do meio foram proibidos e, "quando realizados, aconteciam clandestinamente. De certa forma, os estudos do meio foram 'proscritos', e a organização de trabalhos interdisciplinares desse tipo era quase uma temeridade."[11]

1969 - O governo militar instituiu a disciplina de Educação Moral e Cívica, apesar dos programas desta disciplina correlata com outras preverem saídas pedagógicas, excursões e afins, a prática pedagógica consistia em uma verificação e enaltecimento dos símbolos nacionais à luz da ordem ideológica do regime político de exceção, passando ao largo da criticidade e problematização típica do ensino de História, como conclui Lopes:

> As atividades extramuros da escola, balizadas pela disciplina de Educação Moral e Cívica, tinham o objetivo de inserir o aluno na sociedade de maneira orientada pelos valores do governo vigente (assumidamente autoritário em um segundo momento), o que engloba o culto aos heróis e também ao sistema fabril, ao trabalhador, a uma imagem ideal de cidadão, ao progresso da sociedade... O estudo do meio era um meio de fazer o aluno observar (e enaltecer) a sociedade em construção, e não analisá-la criticamente. Ele visitava a fábrica, mas não discutia o sistema fabril.
>
> LOPES, Danilo Eiji. **História dos estudos do meio: um estudo sobre as práticas extramuros da escola em São Paulo**. 2014. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. p. 77.

Década de 1970 - A partir desse período notou-se o fortalecimento e crescimento dos estabelecimentos particulares de ensino destinados à educação básica, esse movimento deveu-se ao forte processo de urbanização e crescimento econômico de setores sociais já abastados, juntou-se a isso, a descaracterização da educação pública - forçada a atender setores mais

[11] PONTUSCHKA, 2004, p. 258 *apud* LOPES, 2014 p. 53.

diversos da sociedade, não refletindo mais e somente os interesses da elite econômica. Com esse deslocamento de extratos sociais mais ricos em direção às escolas privadas e estas munidas das práticas de estudos do meio recentemente praticadas pelas Classes Experimentais e dos Ginásios Vocacionais, começaram a incorporar em suas atividades pedagógicas as saídas de campo. Por mais que o A.I.-5 tenha proibido essa tipologia pedagógica, eram realizadas de forma clandestina (situação já mencionada) como ação de resistência ao regime vigente. Muitas vezes, também executadas com certo consentimento dos agentes legais concebendo essas atividades como passeio, longe de se caracterizar como prática subversiva.

Reparamos que as experiências de estudo do meio anteriores ao golpe de 1964 concentravam-se no ensino público e, no decorrer da Ditadura, migraram para o setor privado. Almejando melhores salários e condições dignas de trabalho, muitos docentes percorreram a mesma trajetória, trazendo consigo repertório de saídas pedagógicas. Acompanhando esse percurso, começaram a surgir empresas terceiras especializadas em estudo do meio a fim de atender as demandas dos colégios particulares.

Sobre a terceirização da prática de estudos do meio, salienta Lopes:

> Por outro lado, também teve início a mercantilização do exercício [estudo do meio], ainda de maneira muito incipiente, mas que, naturalmente, passou a acompanhar o desenvolvimento do próprio mercado de escolas particulares na cidade. Essa situação acabou transformando a própria prática, anos mais tarde. E a escola pública, por sua vez, por uma escolha estatal, ficou voltada às camadas mais baixas da sociedade e à formação técnica, de mão de obra, e não propedêutica.
>
> LOPES, Danilo Eiji. **História dos estudos do meio: um estudo sobre as práticas extramuros da escola em São Paulo**. 2014. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. p. 84.

Década de 1980 - O processo de redemocratização do Brasil, trouxe um paradoxo ao ensino público, ao mesmo tempo que o distensionamento do regime deflagrou uma crise econômica abissal achatando e roendo o poder aquisitivo dos professores, transformando-os em uma classe pessimamente remunerada, foi responsável, devido ao engajamento político de professores, na alteração curricular e de práticas pedagógicas. Neste sentido, ganhou corpo a prática de estudos do meio em escolas públicas, no entanto, não como um projeto estruturado organizado pelas secretarias de educação, mas, pelo esforço de docentes comprometidos com a diversificação das didáticas de ensino.

A volta à democracia descortinou uma realidade desagradável, aquilo que nasceu como processo de autonomia e liberdade pedagógica, tornou-se também um diferencial socioeconômico, corroborando com essa análise, afirma Lopes:

> A década de 1980 é, portanto, fundamental para se compreender como as práticas extramuros da escola foram consolidadas na prática docente de História, pois elas se enquadram nas referidas "diversificações de práticas pedagógicas". Contudo, vale frisar que foram delineados caminhos diferentes para cada rede de ensino. Nas escolas públicas é observável que as atividades extramuros da escola faziam parte do engajamento político de alguns professores; já no âmbito das instituições privadas, as práticas paulatinamente começaram a ser obrigatórias no currículo e no planejamento pedagógico, sobretudo os estudos do meio, e coerentes com a ideia de que haveria um trabalho de campo pertinente a cada faixa etária, a cada fase de desenvolvimento do aluno. As práticas extramuros da escola passaram a ser encaradas como diferencial pedagógico das escolas que a utilizavam, o que lhes dava status. E, por sua mobilização, por seus custos, pela infraestrutura necessária e, evidentemente, pelo rigor pedagógico da proposta, elas eram realizadas apenas por escolas diferenciadas.
> LOPES, Danilo Eiji. **História dos estudos do meio: um estudo sobre as práticas extramuros da escola em São Paulo**. 2014. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. p. 87.

1988-1992: O governo de Luiza Erundina na prefeitura da cidade de São Paulo contou

com o educador Paulo Freire como secretário municipal de educação entre 1989-1991 que colocou as atividades extramuros no planejamento das atividades curriculares do município. Nesse contexto, produziu-se diversos materiais sobre o tema, os quais destacamos: R*eorientação Curricular do Ensino Noturno: Estudo do Meio e outras saídas para o Ensino Noturno: Teoria e Prática (Caderno de Formação 4)*[12], este volume abarca uma base teórica-metodológica e relatos de experiências.

Esses estudos do meio na capital paulista lograram muito êxito junto à comunidade escolar do período e, os materiais produzidos serviram de arcabouço teórico às pesquisas vindouras - organizados de maneira freireana em que teoria e prática compõem-se em amálgama.

A potência desses estudos do meio, residiram na sua concepção e aplicabilidade ao ensino noturno, via de regra, composto por trabalhadoras e trabalhadores.

> A necessidade premente de tentar alternativas para o ensino noturno que tornassem a escola viva, dinâmica e significativa para o trabalhador-aluno contribuiu para elaborar a hipóteses de que este tipo de projeto ampliaria o universo de possibilidades do educador do noturno sensível e comprometido com a especificidade de seus educandos. (**Secretaria Municipal de Educação**. Reorientação Curricular do Ensino Noturno: Estudo do Meio e outras saídas para o Ensino Noturno: Teoria e Prática (Caderno de Formação 4) CO-DOT-PSG-Sa – 015/92. São Paulo, 1992. p. 5).

Diante dos relatos, frisamos um trecho da experiência - Estudo do Meio: São Miguel à Noite - Igreja e Indústria - como espaço de poder e transformações, desenvolvido no bairro da zona leste paulistana:

> "Roteiro da caminhada com os professores no Centro Velho de São Miguel"
> O trajeto do grupo foi a partir da Igreja Velha de São Miguel; depois, com o grupo dividindo-se em dois, um tomando a direção leste rumo

[12] Ver: Secretaria Municipal de Educação. Reorientação Curricular do Ensino Noturno: Estudo do Meio e outras saídas para o Ensino Noturno: Teoria e Prática (Caderno de Formação 4) CO-DOT-PSG-Sa – 015/92. São Paulo, 1992.

> ao Sindicato dos Químicos de São Miguel e outro em direção ao chamado calçadão; tendo sido previsto um encontro dos dois grupos na Estação de Trem de São Miguel para onde rumaríamos em direção ao portão de saída da fábrica NITROQUÍMICA onde à partir das 22 horas ocorre a troca de turno. Todo o grupo tinha um mapa com o caminho a seguir, um membro do NAE como orientador e durante o percurso várias observações foram feitas.
> (**Secretaria Municipal de Educação**. Reorientação Curricular do Ensino Noturno: Estudo do Meio e outras saídas para o Ensino Noturno: Teoria e Prática (Caderno de Formação 4) CO-DOT-PSG-Sa – 015/92. São Paulo, 1992. p. 75).

Os estudos do meio das Classes Experimentais e dos Ginásios Vocacionais de décadas anteriores foram - até a gestão de Erundina na capital paulista - as experiências mais contundentes sobre o tema. No entanto, foi com Paulo Freire à frente da educação paulistana que pautou e deixou o legado do que viria a ser a prática dos estudos do meio posteriores.

1996 - A promulgação da Lei n° 9394/96[13] que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), advogou a favor das práticas pedagógicas extramuros, explícitas nos seguintes artigos:

> Artigo 1: [...]
> § 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.
> Artigo 3: [...]
> III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas.

A partir dos anos 2000: Nas últimas décadas, as atividades extramuros ganharam organicidade dentre as atividades pedagógicas escolares. No âmbito do ensino privado, dentre as escolas que possuem os estudos do meio como prática regular, há duas frentes bem consolidadas: uma das escolas que organizam todas as etapas pedagógicas e logísticas do estudo e aquelas que

[13] Em 1996 foi sancionada a primeira versão da LDB, no entanto, ela sofreu várias modificações ao longo do tempo. Ver na íntegra: LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em 17 dez. 2022

desenvolvem a parte pedagógica, terceirizando a logística.

Na esfera pública não há uma estrutura das redes de ensino, seja municipal ou estadual que dimensione os estudos do meio como política pública. De acordo com a administração em vigor, existe um apelo maior para o desenvolvimento do tema. Em 2007, a gestão municipal da capital paulista, publicou interessante material a respeito dos estudos do meio, como apoio didático aos docentes, cabendo o seguinte destaque ao ensino de História:

> Especialmente com preocupações históricas, é importante considerar as concepções de memória e de patrimônio histórico, valiosas para a construção de elos de identidades entre grupos sociais e entre estes, os lugares e a nação. da perspectiva da memória, nos estudos de campo, são preciosas as observações e reflexões a respeito daquilo que tem sido preservado (ou não), pela sociedade ou por instituições, como elementos significativos para relembrar outros tempos – narrativas, lendas, objetos. e em relação ao patrimônio histórico, na condição de construções e espaços institucionalmente cuidados, vale questionar o que, por que e como está sendo preservado, indagando o vínculo que esses elementos estabelecem com a memória e a identidade de grupos étnicos, de setores ou classes sociais, de comunidades ou do Estado nacional. (**Secretaria Municipal de Educação**. Diretoria de Orientação Técnica. Orientações curriculares e proposição de expectativas de aprendizagem para o Ensino Fundamental : ciclo II : História / Secretaria Municipal de Educação – São Paulo : SME / DOT, 2007. p. 83).

Já a rede pública estadual paulista propõe desde 2008 o Projeto: "Lugares de aprender: a escola sai da escola" em parceira com a empresa Faber Castell e produziu material de apoio didático aos professores, disponíveis na rede[14], a rigor, não se trata de atividades de estudo do meio, mas de um com conjunto de atividades ancoradas em saídas pedagógicas. No volume *Patrimônios, expressões e produções - Subsídios para desenvolvimento de projetos didáticos 7ª e 8ª séries – Ensino Fundamental*, constam - ao encontro do ensino de História - as seguintes expectativas de aprendizagem

[14] Os materiais estão disponíveis em: **Lugares de aprender: a escola sai da escola**. <https://culturaecurriculo.fde.sp.gov.br> Acesso em 17 dez. 2022.

> Atribuir significados aos objetos expostos (como o objeto representa a história, o lugar, a relação entre as pessoas etc.); Analisar a organização da coleção de objetos no espaço de exposição (por função, época, civilização, autor e outros motivos); Comparar e diferenciar obras de diversos autores, épocas e lugares; Valorizar as formas de produção artística e cultural; Reconhecer a importância dos espaços expositivos das instituições culturais como possibilidade de aprendizado escolar.

2017 - Neste ano, foi lançada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) leis normativas federais com o objetivo de estabelecer um conjunto de competências essenciais a todos os estudantes da educação básica brasileira. Quando aproximamos as dez Competências Gerais contidas na BNCC aos estudos meio, percebemos que esta prática auxilia no desenvolvimento de tais competências. O professor Dionísio Felipe Hatzenberger realizou estudo proeminente acerca dessa aproximação no texto "O Estudo do Meio como metodologia pedagógica para o desenvolvimento das Competências gerais da Educação Básica (BNCC)"[15] . Abaixo, reproduzimos uma tabela produzida por Hatzenberger no trabalho mencionado.

Possibilidades de Estudo do Meio com relação às Competências Gerais:

Tabela 02 - O Estudo do Meio como metodologia pedagógica para o desenvolvimento das Competências gerais da Educação Básica

Competência Geral (BNCC)	**Exemplificação de Estudo do Meio (viagem pedagógica)**	**Algumas possibilidades de desenvolvimento do conteúdo e atividades posteriores:**
1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.	Viagem pedagógica a museus, templos, pinacotecas, bibliotecas. Saídas a lugares históricos e/ou eventos culturais.	Compreensão do desenvolvimento histórico da cidade, Estado e País. Análise das contradições históricas e das injustiças que precisam ser sanadas na sociedade.

[15] Trabalho apresentado no XVIII Fórum da Rede Municipal de Ensino. Secretaria de Educação: Novo Hamburgo/RS. 15 de outubro de 2021.

2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.	Viagem pedagógica a museus de ciências, maquinas, utensílios domésticos industriais e/ou rurais. Conhecer indústrias, propriedades agrícolas e/ou de mineração.	Observar as mudanças geradas pela tecnologia e o avanço das técnicas. Pensar em problemas sociais que precisam de solução, por meio da pesquisa. Conhecer meios de produção e oportunidades do mercado de trabalho.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.	Viagem pedagógica a museus, templos, pinacotecas, bibliotecas. Saídas a lugares históricos e/ou eventos culturais.	Conhecer diferentes culturas e formas de expressão; Por meio da arte, perceber a expressão da história de nosso povo.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.	Atividade avaliativa/reflexiva pós viagem pedagógica.	Apresentar, mediado pela arte/design/vídeo, ou apenas pela oralidade, seus aprendizados e descobertas na viagem pedagógica. Produzir vídeo, música, podcast, pintura ou outro produto artístico que represente algo que lhe chamou a atenção na viagem pedagógica.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.	Visitar estúdios de televisão, redações de jornal/revistas, empresas de comunicação. Conhecer museus da comunicação.	Analisar de que forma os meios de comunicação influenciam a vida das pessoas. Compreender que as mídias digitais e as Redes Sociais são mídias pessoais, que difundem ideias, pensamentos, produtos e ajudam a mudar (ou moldar) o mundo. Elaboração de um jornal/blog da escola ou da turma.

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.	Visitar um território indígena. Visitar comunidades rurais, empreendimentos rurais orgânicos e/ou agroindústrias. Visitar empresas, fábricas e/ou centros logísticos; Visitar sindicatos, comércios, bancos, e locais de prestação de serviços.	Observar as diferentes possibilidades de trabalho e renda, pensando em seus talentos e no projeto de vida. Elaborar uma compreensão dos setores produtivos e das possibilidades de trabalho/mercado que estão envolvidos em toda cadeia dos produtos que utilizamos no nosso dia a dia. Conhecer e inspirar-se com a história de pessoas, famílias e/ou cooperativas que empreenderam e obtiveram sucesso na geração de renda e na transformação social. Estudar os direitos trabalhistas e as implicações do trabalho informal. Conhecer os caminhos para a abertura de uma empresa (inclusive uma MEI) e obtenção de crédito para a compra de máquinas e implementos.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.	Visitar locais de sua cidade, espaços de trabalho, ruas, praças, rios, comunidades indígenas, quilombolas, locais do poder público, como a Câmara de Vereadores, Prefeitura, Assembleia Legislativa,	Qualquer visita pode dar origem à observação da garantia ou não dos direitos humanos. A análise dos espaços urbanos onde vislumbra-se as moradias populares de uma favela, a poluição dos rios, o acúmulo de lixo, a existência de moradores de rua, crianças trabalhando em semáforos, são exemplos do desrespeito aos direitos humanos e que precisam ser denunciados. Os estudantes podem ser instigados a denunciar esses problemas e a propor soluções como políticas públicas ou ações sociais que visem a garantia desses direitos. O uso das redes sociais e a publicação de conteúdos com essas denúncias e propostas, são possibilidades para o desenvolvimento dessa competência.
8. Conhecer-se, apreciar-se e	Visitas a ambientes naturais.	Momentos de reflexão,

cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.	Realização de trilhas. Visita a comunidades carentes, com observação e intervenções, ajudando essas pessoas.	autoconhecimento e meditação, valorizando a vida e buscando contato com a natureza. Percepção de desigualdades e do valor do ser humano, pensando e valorizando o que se tem e percebendo que pode-se ajudar o próximo. Rodas de conversa onde expõe-se os sentimentos e fragilidades.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.	Visita a comunidades carentes, com observação e intervenções, ajudando essas pessoas. Visita abrigos, asilos e albergues. Visita a comunidades indígenas e quilombolas. Visita a comunidades de migrantes e refugiados. Visita a moradores de rua. Visita a projetos sociais e cooperativas.	Reflexão sobre o valor da vida e do ser humano. Sobre os direitos humanos e a busca pela dignidade. Pesquisa por solução de problemas sociais e coletivos. Propostas de ações sociais e assistenciais. Valorização do diferente, da diversidade.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.	Visitas a todos os tipos de locais.	Cuidar das suas coisas em uma saída de estudos. Reconhecer riscos no trajeto. Analisar a importância da coletividade, da urbanidade, do respeito e do cuidado com o meio ambiente, na prática do turismo pedagógico.

Fonte: HATZENBERGER, Dionísio Felipe. *O Estudo do Meio como metodologia pedagógica para o desenvolvimento das Competências gerais da Educação Básica (BNCC)*. **XVIII Fórum da Rede Municipal de Ensino**. Secretaria de Educação: Novo Hamburgo/RS. 15 de outubro de 2021.

Como é possível observar pelo quadro construído por Hatzenberger, apesar das críticas que pairam sobre a BNCC - muitas das quais endossamos -, tal base não tornou-se um impeditivo à execução de atividades extramuros.

Concluímos com esse histórico que desde a implementação do ensino regular no Brasil no século XIX, há indícios da previsão de atividades extraclasses e extramuros como propostas

pedagógicas. Considerando-as como um elemento constituinte de processos históricos, existiram momentos de avanços e retrocessos em sua implementação, principalmente na educação pública. Analisamos que os maiores avanços na concepção e implantação dos estudos do meio foram em períodos democráticos no Brasil, com as Classes Experimentais e Ginásios Vocacionais das décadas de 1960 (antes da Ditadura Civil-Militar) e da década de 1980 com a redemocratização, cabendo destaque às experiências paulistanas entre os anos de 1989-1992. Em resumo, há uma simbiose entre as atividades extramuros com a democracia, que consiste em utilizar os espaços públicos como elementos de aprendizagens. Desta forma, defender atividades extramuros -, além dos ganhos pedagógicos enumerados neste capítulo -, é também defender o estado democrático de direito em suas diversas atribuições, especialmente no tocante à educação em territórios públicos.

Capítulo 2: MEMÓRIA, PATRIMÔNIO, ESCRAVIZAÇÃO E CULTURA AFRO-BRASILEIRA EM SÃO ROQUE/SP

> *o patrimônio cultural de um povo é formado pelo conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade desse povo.* (IPHAN, 2012, p. 12).

Se a relação entre estudos do meio e democracia são evidentes, também a incorporação das temáticas da cultura afro-brasileira e história da África no currículo escolar se beneficiou de um ambiente de acúmulo de lutas sociais e a ascensão ao poder executivo de um partido com origens na esquerda política. A lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio, e as Diretrizes (2004) para sua aplicação, são frutos desse contexto. Essa conquista foi muito importante para que se multiplicassem as propostas de novas arquiteturas de aprendizagem sobre a história e a cultura afro-brasileira e africana através do estudo do meio.

Os estudos do meio, como mostrado anteriormente, já são tidos como práticas pedagógicas previstas e realizadas há décadas no Brasil. Com a consolidação da lei 10.639/03 - que completou vinte anos em 2023 -, as atividades extramuros ganharam incrementos potentes em seus repertórios - estudar *in loco* a presença da história e cultura africana e afro-brasileira em seus territórios. A história e a cultura afro-brasileira e africana, geralmente restrita ao estudo das leis abolicionistas, se alarga para incorporar diversos temas como o do protagonismo e resistência dos escravizados no mundo atlântico.

Nesse sentido, destacamos algumas experiências pedagógicas extramuros em que os objetivos são evidenciar a presença da escravidão e as várias formas do protagonismo escravizado. A saber:

Rotas Afro (Campinas/SP e região)[16]

O projeto iniciou-se em 2019 na maior região produtora de café do século XIX e início do século XX, sendo Campinas o polo central. Rotas Afro tem por finalidade publicizar a história desses territórios de descendência africana, muitas vezes subalternizados em Piracicaba, Vinhedo, Rio Claro, além de Campinas - cujo slogan do roteiro denomina-se: *Rotas Afro - Campinas - Conheça a história da última cidade do Brasil a abolir a escravidão!*

Fundado pela guia de turismo e produtora cultural Juliana Madeira em parceria com diversos colaboradores, o projeto ter por objetivo:

> compartilhar as histórias e a cultura afro-brasileira por meio de caminhadas turísticas e culturais envolventes em Piracicaba, Campinas, Vinhedo e Rio Claro. Com roteiros cuidadosamente elaborados, nossas caminhadas conduzem os participantes por uma jornada fascinante, revelando os aspectos muitas vezes negligenciados da história afro dessas cidades. Desde os quilombos até as manifestações culturais, passando por personalidades negras e marcos históricos, cada roteiro é projetado para proporcionar uma experiência enriquecedora, educativa e transformadora. Junte-se a nós no Rotas Afro e descubra as histórias que moldaram essas comunidades, celebrando a diversidade cultural e honrando a contribuição da comunidade negra. Reserve seu ingresso e embarque nessa jornada inspiradora com o Rotas Afro.
> **ROTAS AFRO**. Disponível em: <https://diaspora.black/host/julia-madeira>. Acesso em 15 jan. 2024

Em relação ao percurso específico de Campinas, cujo título é muito instigante, provocador e convidativo ao debate acerca da cidade que absorveu enorme capital oriundo da escravização e cafeicultura:

[16] O Projeto Rotas Afro está alocado em https://https://diaspora.black/. Acesso em 15 jan.2024

> O Rotas Afro Campinas é uma caminhada de três horas que percorre o centro da cidade de Campinas. O roteiro conta as histórias negras do último lugar do Brasil a abolir a escravidão. Iniciamos no Largo São Benedito, passamos pelo Largo do Rosário e tantos outros monumentos, ruas e lugares essenciais para a história negra do município.
> **ROTAS AFRO**. Disponível em: <https://diaspora.black/host/julia-madeira>. Acesso em 15 jan. 2024

Santa Afro Catarina (Santa Catarina)[17]

Desenvolvido em um dos estados com maior fluxo migratório de origem europeia, especialmente alemães, esse projeto vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), descortina a presença africana em Santa Catarina com muita robustez, organizado em várias frentes de ação e visa:

> [...] valorizar o patrimônio cultural associado à presença dos africanos e afrodescendentes, [...] reúne narrativas históricas, documentos, atividades para uso em sala de aula e sugestões de percurso pela cidade [Florianópolis/SC].
> **SANTA AFRO CATARINA**. Disponível em:</https://santaafrocatarina.ufsc.br/>. Acesso em 15 jan. 2024

Em relação às visitações pela cidade de Florianópolis, os roteiros são convites à "percorrer a cidade com novos olhos" e nessa perspectiva foram:

> Preparados e conduzidos por historiadores, [...] são percursos que revelam aos visitantes episódios, personagens e locais significativos da história dos africanos e afrodescendentes em Santa Catarina e permitem formular um novo olhar sobre a história e a cultura catarinense baseado na interpretação de novas fontes históricas, garimpadas nos arquivos.
> **SANTA AFRO CATARINA**. Disponível em:</https://santaafrocatarina.ufsc.br/>. Acesso em 15 jan. 2024

O objetivo é levar especialmente estudantes e professores a percorrer trechos do tecido urbano da capital catarinense, muitos deles amplamente conhecidos, na perspectiva africana e afrodescendente, potencializando percursos:

[17] O projeto Santa Afro Catarina está alocado em: https://https://santaafrocatarina.ufsc.br/santaafrocatarina/

> Silenciados da história ou apagados da memória, os locais são associados a eventos, incidentes e episódios do dia-a-dia que demonstram a luta pela sobrevivência e pela autonomia, a defesa dos direitos, as práticas de solidariedades, as resistências à opressão, o protagonismo individual, o combate ao preconceito e as práticas mágicas e religiosas da população de origem africana.
> Ao reinterpretar a constituição e as transformações do espaço urbano e evocar o apagamento dos marcos materiais relacionados à população africana, os roteiros (...) integram de forma inovadora os conteúdos da história da diáspora africana à interpretação do patrimônio cultural.
> **SANTA AFRO CATARINA**. Disponível em:</https://santaafrocatarina.ufsc.br/>. Acesso em 15 jan. 2024

Nesse sentido, o Programa Santa Afro Catarina desenvolveu e disponibilizou dois roteiros à luz dos objetivos supracitados, são eles:

> **A Desterro de Cruz e Sousa**
> O roteiro histórico A Desterro de Cruz e Sousa propõe um percurso pelo centro de Florianópolis situando a trajetória do escritor e poeta Cruz e Sousa, nascido em 1861, desde sua infância durante a Guerra do Paraguai até seu engajamento na campanha abolicionista. Por meio das experiências desse homem de cor livre aborda a vida literária e cultural do país e a história da escravidão e da liberdade nas décadas de 1860 a 1880.
> **SANTA AFRO CATARINA**. Disponível em:</https://santaafrocatarina.ufsc.br/>. Acesso em 15 jan. 2024

E:

> **Viver de quitandas**
> O roteiro histórico do Programa Santa Afro Catarina propõe percorrer, no Centro de Florianópolis, o espaço do antigo porto, do primeiro Mercado e as ruas da antiga Desterro, que eram local de trabalho e de sociabilidade para muitos escravos e libertos, homens e mulheres de origem africana que desempenhavam atividades relacionadas ao comércio de gêneros alimentícios produzidos na Ilha de Santa Catarina e no litoral adjacente.
> **SANTA AFRO CATARINA**. Disponível em:</https://santaafrocatarina.ufsc.br/>. Acesso em 15 jan. 2024

Salvador Escravista (Salvador/BA)[18]

O projeto nasceu em 2020, ano que a pauta antirracista ganhou proporções mundiais, nesse contexto:

> O assassinato de George Floyd, nos EUA, a derrubada da estátua do traficantes de africanos escravizados Edward Colston, na Inglaterra, e o movimento do Black Lives Matter criou um ambiente para discutir um assunto imperativo: o impacto do racismo e da desigualdade na organização das sociedades. O assunto sempre esteve no radar dos movimentos sociais, na agenda d@s historiadores da África, do tráfico transatlântico e da escravidão, mas a repercussão social e política permitiu que o tema ganhasse relevância midiática. Decidimos começar fazendo o dever de casa, questionando como Salvador lida com as memórias da escravidão e do tráfico transatlântico de pessoas escravizadas. Esse esforço coletivo resultou na construção do site SALVADOR ESCRAVISTA, um repositório de informações sobre os espaços da cidade que preservam a memória dos traficantes de escravos e outros personagens ligados à escravidão brasileira. Como trabalho coletivo, novos verbetes serão incorporados [...]. Esperamos que o site SALVADOR ESCRAVISTA também seja usado nas escolas da rede pública e privada de ensino nos níveis fundamental e médio como uma ferramenta educacional para o ensino de História. Naveguem pela página, façam sugestões sobre outros espaços que merecem inclusão no site. Esse é um trabalho colaborativo. Façamos juntos.
> UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (UEFS). **Lançamento do site Salvador Escravista**. Disponível em: <http://www.ehb.uefs.br/2020/08/36/Lancamento-do-site-Salvador-Escravista.html> Acesso em 29 jun. 2023

Organizado por professores e pesquisadores universitários, a plataforma digital do projeto, convida o interessado a conhecer, estudar e investigar os logradouros da capital baiana marcados pela escravização africana. Salvador Escravista, tornou-se, indubitavelmente, um roteiro primoroso para o desenvolvimento de estudos do meio temático sobre a escravidão. Inclusive, desde o nascedouro do projeto esse é um dos objetos:

> Nesse sentido, SALVADOR ESCRAVISTA pretende também contribuir para o ensino de história nos níveis fundamental e médio, servindo como uma ferramenta de pesquisa sobre a história de Salvador relacionada ao impacto da escravidão na sociedade

[18] O projeto Salvador Escravista está alocado em: https://www.salvadorescravista.com/. Acesso em 3 mar. 2023

> soteropolitana, representada, entre outros aspectos, pelas homenagens em estátuas, prédios e nomes de ruas.
> **SALVADOR ESCRAVISTA**. Disponível em <https://www.salvadorescravista.com/sobre-o-projeto/sobre-o-projeto>. Acesso em 29 jun. 2023.

Cartografia Negra (São Paulo/SP)

O projeto "Cartografia Negra" busca jogar luz nas contribuições negras no centro da capital paulista, por meio de caminhadas e visitas à logradouros identificados pela cultura das populações negras no decorrer de processos históricos, formado por uma equipe multidisciplinar. De acordo com seus organizadores:

> O coletivo Cartografia Negra surge para pensar, revisitar, conhecer e ressignificar alguns territórios negros históricos em São Paulo. Lugares de resistência ou espaços que foram utilizados para venda, tortura ou execuções de pessoas escravizadas e que hoje têm nomes e significados que apagam essas histórias – muitas vezes inclusive as contradizem. Somos um coletivo de jovens pesquisadorxs que busca estimular a conscientização da população paulistana, em primeiro lugar, sobre a memória da cidade em que vivemos. **CARTOGRAFIA NEGRA**. Disponível em <https://cartografianegra.com.br/>. Acesso em 29 jun. 2023.

Os estudos do meio realizados no centro histórico da capital paulista, tradicionalmente englobam o entorno do Patteo de Collegio[19] (núcleo inicial da colonização portuguesa e jesuítica da Cidade de São Paulo), já o projeto Cartografia Negra busca ampliar o território da cidade a ser estudado, interpretado e investigado. Trata-se de um convite ao desenvolvimento de estudos do meio sobre a cultura negra no centro da maior cidade brasileira.

[19] Para saber mais, acesse: https://www.pateodocollegio.com.br/. Acesso em 3 mar. 2023

Pequena África (Rio de Janeiro/RJ)[20]

As pesquisas na região portuária do Rio de Janeiro são reveladoras da presença afro na construção da antiga capital federal. Tal afirmação que pode parecer óbvia, afinal, essa cidade recebeu o maior contingente de africanos escravizados da humanidade, no entanto, precisou de muita pesquisa e luta para que se consubstanciasse em projetos de estudo no meio. O apagamento da presença africana nessa cidade foi um ato sistemático que remonta ao período escravista no Brasil. Um dos um dos capítulos importantes da luta para trazer à tona a presença africana no Rio, ocorreu em 1996:

> A descoberta fortuita do sítio Cemitério dos Pretos Novos, em 1996, ocorreu quando o casal Mercedes e Petruccio dos Anjos começou a reformar sua residência, na rua Pedro Ernesto nº 36, no bairro da Gamboa, cidade do Rio de Janeiro. [...] Na medida em que perfuravam o solo, com o uso de pás e picaretas, uma grande quantidade de ossos humanos era fragmentada, misturando-se com a terra durante a remoção do entulho para a superfície. [...] Através do resgate emergencial e das pesquisas históricas efetuadas foi possível identificar o local como o antigo Cemitério dos Pretos Novos (1770 a 1830), lugar destinado aos enterramentos de escravos recém-chegados que morriam logo após o desembarque no Rio de Janeiro
> MACHADO, Lilia Cheuiche. Sítio Cemitério dos Pretos Novos: análise biocultural. Interpretando os ossos e os dentes humanos. **Boletim do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB)**, Rio de Janeiro. n. 12, 2006.

A residência do casal Anjos, abriga desde 2005 o Instituto Pretos Novos (IPN) com o objetivo de:

> O Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN) foi criado em 13 de maio de 2005, com a missão de pesquisar, estudar, investigar e preservar o patrimônio material e imaterial africano e afro-brasileiro, cuja conservação e proteção seja de interesse público, com ênfase ao sítio histórico e arqueológico do Cemitério dos Pretos Novos,

[20] Em outubro de 2022, participamos do II Congresso Nacional do ProfHistória realizado na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Uma das atividades realizadas foi fazer o circuito pela Pequena África, agradeço à Prof.ª Dr.ª Monica Lima e Souza pela excelente e emocionante condução.

> sobretudo com a finalidade de valorizar a memória e identidade cultural brasileira em Diáspora.
> As ações continuadas de investigações arqueológicas e pesquisas, manutenção do acervo e atividades educativas realizadas pelo IPN, geram conhecimento que promovem a reflexão sobre a escravidão e suas seqüelas para os princípios de igualdade racial no Brasil. **INSTITUTO PRETOS NOVOS**. Disponível em <https://pretosnovos.com.br/ipn/>. Acesso em 26 jun. 2023.

As ações do IPN se potencializaram quando as obras de reforma da região começaram e revelaram a existência de sítios arqueológicos, nesse sentido:

> Desde a descoberta do Sítio Arqueológico Cemitério dos Pretos Novos, em 1996, até as obras de revitalização da Região Portuária, em 2012 a 2016, estudos e escavações arqueológicas trouxeram à tona a importância histórica e cultural desta área do Rio de Janeiro. Estes vários achados arqueológicos possibilitam uma melhor compreensão do processo da Diáspora Africana e da formação da sociedade brasileira, e por isso, motivaram a criação, pelo Decreto Municipal nº 34.803 de 29 de novembro de 2011, do Circuito e do Grupo de Trabalho Curatorial do Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana, para construir coletivamente políticas de valorização da memória e proteção deste patrimônio cultural. De lá pra cá, muito pouco foi feito para valorizar o potencial histórico da Região Portuária e constituir uma política pública que pudesse acolher e atrair um número maior de pesquisadores, estudantes, turistas e moradores da cidade. O IPN criou oficinas a céu aberto, que se tornaram verdadeiros passeios-aulas, que teve uma grande repercussão junto aos grupos de estudantes da Rede Pública de Ensino. A partir desta experiência, foi idealizado o projeto Circuito de Herança Africana, em 2016, com o forte propósito de promover e fortalecer a educação patrimonial de seus participantes, sobretudo dos educadores e estudantes. Além dos seis pontos do roteiro oficial, o IPN incluiu outras localidades que fortalecem a narrativa desta atividade e torna esta experiência ainda mais dinâmica e inesquecível. INSTITUTO PRETOS NOVOS. Disponível em: <https://pretosnovos.com.br/educativo/circuito-de-heranca-africana/>. Acesso em 26 jun. 2023.

Segundo o decreto municipal supracitado, destacam-se entre os sítios arqueológicos da região: *"CONSIDERANDO a necessidade de socializar os diversos sítios arqueológicos*

existentes na região, notadamente o Cais do Valongo e Cemitério dos Pretos Novos". (DECRETO MUNICIPAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO Nº34.803 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2021).

O IPN desenvolveu uma cartilha denominada: Pequena África - Uma sala de aula a céu aberto, é composta por inúmeras propostas pedagógicas de inferência com o meio sob a ótica de vários componentes curriculares. Em resumo, é um percurso de estudo do meio, denominado - Circuito Histórico de Herança Africana, que encontra-se na íntegra em forma de cartilha no site da instituição.[21]

Seguramente, essa experiência carioca é uma das mais exitosas em relação à prática dos estudos do meio vinculados à história, cultura africana e afro-brasileira e que, para nossa sorte, aproxima essa ação pedagógica do patrimônio e educação patrimonial, já que o Cais do Valongo[22] - patrimônio cultural da Humanidade é parte primordial desse roteiro. Portanto, esse projeto é uma importante fonte de inspiração para nosso trabalho que, da mesma maneira que seu congênere carioca, congrega no estudo do meio as temáticas da escravidão e do patrimônio histórico.

Memória, patrimônio, escravização e cultura afro-brasileira em São Roque - aproximações possíveis

Em pesquisa a página oficial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN),[23] constatamos que o Brasil possui 22 patrimônios mundiais tombados, dos quais 14

[21] Disponível em https://pretosnovos.com.br/ipn/. Acesso em 3 mar.2023.

[22] Principal porto de entrada de africanos escravizados no Brasil e nas Américas, o Cais do Valongo, localizado no Rio de Janeiro (RJ), passou a integrar Lista do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1º de março de 2017. O Brasil recebeu perto de quatro milhões de escravos, durante os mais de três séculos de duração do regime escravagista. Pelo Cais do Valongo, na região portuária da cidade, passou cerca de um milhão de africanos escravizados em cerca de 40 anos, o que o tornou o maior porto receptor de escravos do mundo. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/. Acesso em 3 mar. 2023.

[23] http://portal.iphan.gov.br. Pesquisa realizada em 25 fev. 2023.

são culturais e 1 misto (cultural/natural). Desses 15, é possível identificar a participação de mão-de-obra de escravizados em 11 deles seja de forma direta ou indireta, isto é, em 73,3% dos casos, patrimônio e escravismo são indissociáveis na história do Brasil[24]. Em larga medida, o patrimônio cultural brasileiro, é africano. Indígena. Escravista.

E em São Roque/SP? Como aproximar esses três alicerces do ensino de História: 1. estudo do meio; 2. escravização, resistência dos escravizados e cultura afro-brasileira e 3. patrimônio?

A cidade de São Roque/SP, é um dos municípios mais antigos do estado de São Paulo, fundado em 1657, pelo bandeirante judeu Pedro Vaz de Barros (Pedro-Guaçu). Com a intenção em desenvolver o setor agrícola, Barros constituiu enorme fazenda (próximo a matriz) com cerca de 1200 indígenas escravizados (SANTOS, 2012 p. 28).

Seu irmão Antônio Pedroso de Barros, também bandeirante, fixou-se no município em 1640, construiu com mão de obra de indígenas escravizados a Casa de Morada, sede da propriedade. Com a morte de Pedroso, Fernão Paes de Barros, igualmente bandeirante e irmão de ambos, herdou o sítio e edificou, com cativos indígenas, décadas mais tarde, a capela em devoção à Santo Antônio. Esse conjunto arquitetônico - composto da Casa de Morada da Capela de Santo Antônio -, denominado Sítio Santo Antônio é uma das referências da arquitetura bandeirista, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)[25]. Percebe-se, portanto, que essa cidade foi edificada, desde o nascedouro, com mãos de escravizados e sua construção original-colonial é hoje patrimônio cultural nacional tombado.

---

[24] Patrimônios Mundiais sediados no Brasil em que é possível registrar o uso de mão de obra de escravizados (africanos e indígenas): Centro Histórico de Goiás (GO), Centro Histórico de Ouro Preto (MG), Centro Histórico de Diamantina (MG), Centro Histórico de Olinda (PE), Centro Histórico de São Luís (MA), Centro Histórico de Salvador (BA), Praça São Francisco, em São Cristóvão (SE), Santuário do Bom Jesus de Matozinhos de Congonhas (MG), Paraty (RJ), Missões Jesuíticas Guaranis - ruínas de São Miguel das Missões (RS) e o Cais do Valongo, Rio de Janeiro (RJ).

[25] http://portal.iphan.gov.br. Pesquisa realizada em 3 fev. 2023

Já os primeiros vestígios da escravização africana no município datam das primeiras décadas do século XVIII com a aquisição da Fazenda Sorocamirim pela Província Carmelitana Fluminense *tendo-se originado, no século XVIII (...) Uma parte - a metade - fora doada em 1727* (STUCCHI, 2009) - futuramente dando origem ao Quilombo do Carmo, um dos palcos centrais dessa dissertação, adiante tratado.

No final do século XVIII a fronteira agrícola açucareira expande-se à oeste atingindo as freguesias de Araçariguama e São Roque, ambas, no período, pertencentes à Santana de Parnaíba. Acerca dessa expansão, temos, por volta de 1775, o seguinte cenário:

> Dado que a economia açucareira se movia em ondas, ganhando impulso à medida que avançava para oeste, afetou as novas comunidades fronteiriças ainda mais profundamente do que os antigos centros açucareiros. Itú tornou-se um centro açucareiro mais importante do que Parnaíba havia sido uma geração antes, assim como as freguesias de Araçariguama e São Roque acabaram por superar a mais antiga freguesia de Santana.
> METCALF, Alida C. **Family and frontier in colonial Brazil: Santana de Parnaíba, 1580-1822**. Austin (Texas/EUA):Universidade do Texas, 2005. p. 148.

O avanço da economia açucareira em São Roque modificou sua configuração social com a chegada de mais africanos escravizados:

> À medida que a economia açucareira se espalhava por novas áreas, os proprietários compravam escravos africanos e, à medida que a região amadurecia, o número de escravos crioulos aumentava. Esta relação entre o crescimento econômico e a vida familiar escrava pode ser observada nas freguesias da vila. A freguesia de Santana, como centro da vila, desenvolveu-se primeiro, seguida de Araçariguama e São Roque. Em 1820, quando a economia açucareira estava em declínio na freguesia de Santana, os escravos crioulos superavam os escravos africanos numa proporção de seis para um, mas em Araçariguama e São Roque, onde a economia açucareira era mais forte, os escravos crioulos superavam os africanos numa proporção de apenas dois para um. A freguesia de Santana, que incluía o centro da vila, tinha a mais extensa comunidade escrava: três irmandades negras.

> METCALF, Alida C. **Family and frontier in colonial Brazil: Santana de Parnaíba, 1580-1822**. Austin (Texas/EUA):Universidade do Texas, 2005. p. 162.

O crescimento de escravizados oriundos da África impulsionado pela economia canavieira modificou substancialmente a área e produção rural da freguesia de Santana de Parnaíba, cuja São Roque e a vizinha Araçariguama, faziam parte. Em 1775, 16% das famílias rurais possuíam escravizados -, algumas décadas posteriores -, em 1820 a quantidade saltou para 33%. Isto é, no período de 45 anos o volume de escravizados aumentou em 106%, realizamos essa análise ao encontro da seguinte informação:

> Quarenta e cinco anos trouxeram muitas mudanças. A população expandiu-se de 4.676 pessoas em 1775 para 7.090 em 1820. O campesinato aumentou 57 por cento, de 2.444 indivíduos em 1775 para 3.842 em 1820. O centro da cidade cresceu e agora sustentava um grupo muito maior de artesãos, trabalhadores e condutores de mulas. e empregados domésticos. Trinta e três por cento de todas as famílias sem escravos viviam no centro da cidade ou nos centros das freguesias de São Roque e Araçariguama, em rápido crescimento. As famílias rurais de camponeses, que passaram de 84% de todas as famílias sem escravos em 1775 para 67% em 1820, continuaram a produzir açúcar, algodão, milho, feijão, mandioca, arroz, carne bovina e suína. METCALF, Alida C. **Family and frontier in colonial Brazil: Santana de Parnaíba, 1580-1822**. Austin (Texas/EUA):Universidade do Texas, 2005. p. 143.

Curiosamente a partir das leis restritivas contra o tráfico transatlântico o nexo do comércio de escravizados ganhou nova modelagem. Desde 1830 a Inglaterra impôs a legislação internacional contra o tráfico, culminando em 1845 na Lei Bill Aberdeen que dava poder à esquadra britânica em interceptar navios que transportassem escravizados. Com essa legislação e fiscalização impulsionaram o tráfico interprovincial de cativos, e nessa lógica, a presença afro na cidade alargou-se.

A partir dos anos de 1850 a negociação de escravizados toma volume. No “livro de escrituras públicas de compra e venda de escravos do município de São Roque” aberto em 19 de

março 1862 consta o aquecimento da negociação de escravizados entre fazendeiros, políticos e comerciantes da cidade, entre estes, destacamos o Comendador Manuel Inocêncio da Rosa, político importante e irmão de Antônio Joaquim da Rosa (Barão de Piratininga) que comercializava quatro, cinco, seis, enquanto os demais escravagistas, um ou dois escravizados. Cabe destaque uma informação acerca deste livro de escrituras públicas, com a proclamação da República em 1889, o Ministro da Fazenda Rui Barbosa enviou um despacho às repartições do ministério orientando para a queima de todos os papéis, livros de matrículas e documentos relativos à escravização, assim como a eliminação de qualquer comprovante de natureza fiscal que pudesse ser utilizado pelos ex-senhores para pleitear uma indenização por conta da libertação de seus escravizados. Via de regra, parece que a orientação foi seguida pelas principais cidades brasileiras e hoje é difícil encontrarmos documentos dessa natureza sobre o sistema escravagista. Nesse contexto, o livro de compra e venda de escravizados de São Roque, fugiu a regra, foi preservado e pertence ao arquivo da Câmara Municipal de São Roque, afirma o historiador Arthur Lovisolo, idealizador e organizador do Arquivo Histórico Digital de São Roque no texto *Tempos de Escravidão* publicada em fevereiro de 2016 no jornal Vida Sábia.

O plano de insurreição de escravizados de 1854 e o início da construção da Igreja de São Benedito em 1855 (ambos analisados adiante) coincidem com o crescimento desse fluxo de escravizados na cidade. Para concluir essa contextualização do sistema escravista no município, destacamos duas informações finais - em 1858, a Fazenda do Carmo contava com 100 escravos (STUCCHI, 2009); em *ofício enviado pelo Juiz de Órfãos de São Roque para a Presidência da Província de São Paulo, declarando não existirem africanos livres nesse Termo conforme as condições determinadas pela Presidência* (Arquivo do Estado de São Paulo. **Provedoria Geral**. C5535A. São Roque: 28 de julho de 1864).

Na década de 1880, escravagistas começam a libertar seus cativos, noticiando o feito na grande imprensa da época:

> Escrevem-nos de S. Roque:
> "Sr. redactor da Província de São Paulo. - Foram hontem na matriz desta cidade pelo respectivo vigário entregues 49 cartas de liberdade. Dentre estas cartas notam-se as concedidas pelos srs. comendador Manoel Innocencio da Rosa, em número de 17; tenente Francisco Luiz de Campos 8; exma. sra. d. America Pedroso, 1; sem onus algum, e as outras com a condição de servidão até 31 de Dezembro do corrente anno.
> (**A Província de São Paulo**. São Paulo, 5 de fevereiro de 1888. p.1).

A continuação desta notícia relata a decisão de outro escravizador da cidade:

> A´ noute, no theatro, o sr. Antonio Joaquim dos Santos declarou que nunca possuiu escravos, porém que se os tinha estavam libertos de ora em diante. Em vista dessa declaração fica sendo o numero de libertos sem onus elevado a 30, porque o sr. Santos possuía 3 escravizados, e o total a 52. Seguiram-se muitos festejos em regozijo pela emancipação do municipio".
> (**A Província de São Paulo**. São Paulo, 5 de fevereiro de 1888. p.1).

Há duas constatações nessa notícia, a primeira é a publicização e alegria por conceder liberdade aos escravizados às vésperas da Lei Áurea de 13 de maio de 1888 e a segunda, a não denominação, isto é, quais são os nomes dos libertos? A interpretação dessa fonte jornalística traz nas entrelinhas a bondade e efusividade dos libertadores, em contrapartida - o anonimato dos libertos.

As pesquisas, portanto, evidenciaram forte presença africana no município desde meados do século XVIII. A partir desse momento, faremos um histórico de lugares que condensam, em certa medida, a história da escravização e, sua resistência, da cultura africana e afro-brasileira e as devidas aproximações patrimoniais.

A. Sítio Santo Antônio

Essa propriedade localiza-se na estrada Mário de Andrade, km 8, área rural do município. A Casa de Morada e Capela, constituem suas principais edificações. As particularidades desse conjunto arquitetônico levaram ao seu tombamento em 1941 pelo Iphan. Dentre suas características construtivas, destacam-se:

> Entre as casas bandeiristas, é a de maior extensão. Apresenta planta retangular de 35m x 15m, incluindo o alpendre. Cobertura em telhado de quatro águas e armadura apoiada ao longo das paredes de taipa de pilão. As janelas de reduzido número são protegidas por balaústres de madeira. A cerca de 30m se situa a capela, de Santo Antônio, construída em 1681, isto é, três décadas depois de erigida a casa. Possui excelente talha dourada no altar-mor.
> (GALVÃO, Marco Antônio Pereira. **Casas do Patrimônio**. Brasília, DF: Iphan, 2010. p. 88.).

Em trabalho junto ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), depois Iphan, Mário de Andrade fez intensa prospecção em território nacional a fim de inventariar bens que compusessem o patrimônio histórico brasileiro, nesse trabalho, chegou ao Sítio Santo Antônio e com a intenção de preservá-lo, comprou-o de um um lavrador humilde, que se dedicava ao cultivo de cebolas e batatas (CERQUEIRA, Carlos G.F.; SAIA NETO, José. 1997, p. 25.).

> Mario foi o primeiro responsável pela condução dos trabalhos na então 4ª Região do Iphan, que compreendia os estados de São Paulo, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Adquiriu a seu tempo, com o propósito de restaurá-lo e deixá-lo como herança ao SPHAN para ser utilizado como refúgio de artistas, o Sítio Santo Antônio e sua Capela, construídos no século XVII, em São Roque (SP), pelo bandeirante Fernão Pais de Barros. O Sítio foi tombado em 1941, Mario o doou ao Iphan, em 1944, e seu desejo foi em parte realizado: atualmente, o Sítio está restaurado e aberto à visitação pública.
> (Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/noticias. Acesso em 20 jul. 2023).

Como já mencionado, essa propriedade pertenceu ao bandeirante Antônio Pedroso de Barros, responsável pela construção da Casa de Morada, com sua morte, Fernão Paes de Barros - seu irmão e herdeiro - construiu a capela em devoção à Santo Antônio. O historiador Gustavo Velloso, apontou em sua dissertação de mestrado a causa mortis de Pedroso:

> Ambas [Casa de Morada e Capela] pertenceram a Fernão Paes de Barros, irmão e herdeiro de Antônio Pedroso de Barros, um dos maiores proprietários de terras e escravos indígenas daquele século e que fora trucidado em 1652 por uma rebelião dos índios Guarani e Guayaná de sua fazenda.
> (VELLOSO, Gustavo. **Ociosos e Sedicionários: populações indígenas e os tempos do trabalho nos Campos de Piratininga (século XVII)**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, Departamento de História, 2016. p. 6.).

Os Barros foram notórios bandeirantes afortunados detentores de centenas de indígenas escravizados, estes protagonizaram, como mencionado acima, grande levante contra o trabalho forçado, Gustavo Velloso, esmiuçou os acontecimentos acerca dessa revolta de 1652:

> [...] os índios (entre os quais Guayaná e Karijo) arrasaram as terras de Pedroso de Barros, destruíram sua casa e outros bens, ateando fogo em boa parte e tomando para si algumas coisas (instrumentos de ferro, pedaços de madeira, peças e panos, e outros "mimos e dádivas"). Assassinaram Pedroso de Barros e outros brancos, mataram todos os animais do sítio, comeram alguns e talvez até tenham devorado gente branca, incluindo nela o próprio senhor, possibilidade plausível pelo testemunho de Pedro vaz de Barros, irmão do falecido: "foi tanto o número de gentio que naquela ocasião acudiu a morte de seu amo e outros alheios que não deixaram cousa viva que não destruíssem, matassem e comessem por serem de seu natural daninhos. Outros índios, por sua vez, também perderam a vida na situação, alguns fugiram para o sertão e havia ainda aqueles que, segundo o relator, esconderam-se nas casas dos proprietários vizinhos. Dos indígenas sobreviventes, 323 permaneceram no sítio e/ou foram posteriormente encontrados e resgatados.
> (VELLOSO, Gustavo. **Ociosos e Sedicionários: populações indígenas e os tempos do trabalho nos Campos de Piratininga (século XVII)**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, Departamento de História, 2016. p. 207.).

No século XIX o sítio foi adquirido pelo ilustre político sãoroquense - Antônio Joaquim da Rosa, o Barão de Piratininga que o adquiriu definitivamente em 1868:

> Cinco anos depois, por 3 contos e 600 réis acerta com o Comendador Antonio Joaquim da Rosa - futuro Barão de Piratininga - a hipoteca do Sítio Santo Antonio. E, dois anos depois (fevereiro de 1868), a sua venda definitiva por mais 5 contos.
> (CERQUEIRA, Carlos G.F.; SAIA NETO, José. **Sítio e Capela de Santo Antônio: roteiro de visitas**. São Paulo, 9º Coordenadoria Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1997, p. 25.).

Barão de Piratininga era grande proprietário de africanos escravizados, o próprio Mário de Andrade ressaltou a presença de cativos e senzala no Sítio Santo Antônio à época do Barão:

> A primitiva propriedade do capitão Fernão Pais de Barros sabe-se ao certo que se compunha pelo menos de dois edifícios, a casa-grande e a capela. Provavelmente teria a sua senzala também, pois que, no seu testamento, conhecido do barão de Piratininga, Fernão Pais instituira um vínculo perpétuo na fazenda de Santo Antônio, compreendendo, alem das terras, "grande número de escravos do gentio de Guiné e do gentio do Brasil[26].
> (ANDRADE, Mário. Capela de Santo Antônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 01, 1937, p.121.).

Sombra Junior (2015) traz detalhes acerca da presença de africanos escravizados na propriedade desse barão ao transcrever um depoimento do Sr. Manuel Oliveira Rosa endereçado ao Sr. Luís Saia, datado de 1948 à época do processo de restauro da propriedade:

> Visitando o sitio 'Santo Antônio', no dia 2 do corrente, tenho o imenso prazer de informar a Vª Exª que as obras de restauração da casa grande me parecem exatas, sobre tudo na parte da recomposição da ala, que destruída, o seu material aproveitado pelos Senhores João Venancio Fernandes e Euclides d´Oliveira. Tanto o telhado como os compartimentos e o alpendre estão atualmente do mesmo modo que eu os conheci em 1884. Nessa data, o Barão de Piratininga construiu uma casa nova entre a antiga e a capela, abrindo nessa ocasião uma porta para fazer ligação entre a construção nova e a antiga.

[26] Importante destacar que o Sítio Santo Antônio absorveu escravizados indígenas e africanos, inclusive concomitantemente, rompendo, portanto, com a associação exclusiva que o senso comum faz entre escravização e africanidade.

> As senzalas que existiam na frente da casa nova foram queimadas em 1887.
> Meus agradecimentos pelo modo carinhoso com que fui recebido no referido sitio no dia mencionado. [...]
> (SOMBRA JUNIOR, Fausto Ferreira. **Luís Saia e o restauro do sítio Santo Antônio: diálogos modernos na conformação arquitetônica paulista**. 2015. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015. p. 219-220.).

Figura 02: Planta baixa do Sítio Santo Antônio

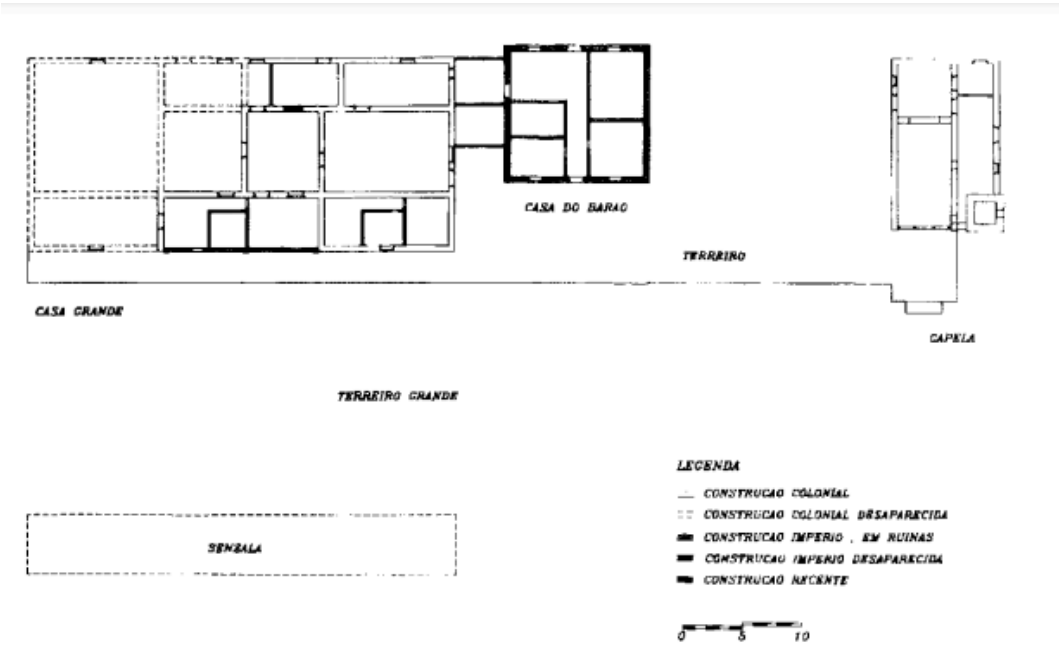


Fig. 1: Plano do sítio de Santo Antônio conforme desenho original de Luís Saia

Representação da planta baixa das edificações do Sítio Santo Antônio feita por Luís Saia, observamos a localização da senzala primitiva. Em frente da Casa do Barão, destruída no processo de restauro por não pertencer ao projeto inicial do século XVII, haviam as senzalas incendiadas em 1887. IN: ANDRADE, Mário. Capela de Santo Antônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 01, 1937, fig. 01.

A intensa presença de africanos escravizados no decorrer da segunda metade do século XIX, foi identificada por Mario de Andrade no artigo sobre a Capela de Santo Antônio, escrito em 1937, destacada por Sombra Junior (2015):

> E, por fim, confirmando e complementando a informação prestada por Mário de Andrade em seu artigo de 1937 acerca do relato dado por uma ex-escrava do Barão, Daniel Linguanotto, ratifica que tiveram a oportunidade de conversar com a mesma - Avelina Soares da Rosa. Na época esta senhora ainda morava numa "sitioca nas proximidades de Santo Antônio, com o seu segundo marido, Benedito Rodrigues da Conceição". Segundo seu depoimento, ela seria "filha e neta de escravos de Una", sendo comprada pelo Barão aos 11 anos e permanecendo com ele até a sua morte. A partir daí, todos os bens teriam ficado para os seus ex-escravos:
> *Já tinhamos sido alforriados fazia 4 anos, mas continuávamos trabalhando para ele. Cada um dos 70 escravos ganhou bastante para tocar a vida. Este sítio mesmo foi o Barão que me deu. Quando ele nos alforriou todos nós 'tomemos' o nome dele. Tudo ficou sendo fulano 'da Rosa'*.
> (SOMBRA JUNIOR, Fausto Ferreira. **Luís Saia e o restauro do sítio Santo Antônio: diálogos modernos na conformação arquitetônica paulista**. 2015. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015. 219-220. p.147.).

Figura 03: Avelina Soares ex-escravizada do Barão de Piratininga



Avelina Soares, ex-escrava [escravizada] do Barão, dec. 1940 IN: SOMBRA JUNIOR, Fausto Ferreira. **Luís Saia e o restauro do sítio Santo Antônio: diálogos modernos na conformação arquitetônica paulista**. 2015. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015. p.147.

O Sítio Santo Antônio compõe um espaço que começou a ser erigido no período colonial e que em pouco tempo vivenciou uma das mais importantes revoltas contra a escravização

ocorrida em 1652. Ao longo do processo histórico absorveu africanos escravizados, especialmente na segunda metade do século XIX, quando essa propriedade foi adquirida pelo Barão de Piratininga, contendo há poucos metros da Casa de Morada, uma senzala, hoje inexistente. Portanto, esse sítio que é um dos locais de nascedouro do município tornou-se um espaço histórico e de memória da presença e resistência contra o cativeiro, essas características advogam a favor da preservação desse bem patrimonial tombado pelo Iphan que nas palavras de Mário de Andrade, tal tombamento deveria obedecer um valor histórico:

> O critério tem de ser outro. Tem de ser histórico, e em vez de se preocupar muito com beleza, há de se reverenciar e defender especialmente as capelinhas toscas, as velhices dum tempo de luta e os restos de luxo esburacado que o acaso se esqueceu de destruir. (ANDRADE, Mário. Capela de Santo Antônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 01, 1937, p.119.).

Na década de 1930 começaram as incursões ao Sítio Santo Antônio com o objetivo de identificar, preservar e restaurar esse bem. O escritor e jornalista Paulo Duarte que à época também era deputado estadual, assim revelou um indício fundamental da importância histórica do Sítio Santo Antônio:

> Há pouco tempo, antes das chuvas, visitei adiante de São Roque, a capela Santo Antonio, acabada de construir em 1681 pelo paulista Fernão Paes de Barros. Acha-se na fazenda que pertence hoje um sitiante hespanhol, de nome Trujillo, homem hospitaleiro e que, na medida de posses conserva a pequena capella. Washington Luís visitando-a, há annos, dalli trouxe duas estatuas de madeira, especimes preciosos de esculpturam dos escravos, que se encontram hoje no Museu do Ipiranga.
> (DUARTE, Paulo. *Contra o Vandalismo e o Extermínio*. **O Estado de São Paulo**, 11 de junho de 1937. p.5.).

Paulo Duarte que posteriormente acompanhou Mário de Andrade ao sítio, trouxe nesse artigo de 1937, elementos relevantes acerca da historicidade desse bem patrimonial. Primeiro, a ação de Washington Luís, então governador de S. Paulo à época da sua visita, que subtraiu as

duas estátuas, levando-as ao Museu do Ipiranga, em um claro gesto de fornecer valor cultural às peças. E, segundo, trata-se nas palavras de Mário de Andrade de candelabros antropomórficos, representando escravos da guiné, portanto, o vestígio inicial no intuito da preservação cultural, foi por meio de elementos vinculados à escravização, corroborando, assim, com critério histórico do mesmo Mário de Andrade.

Há outros objetos que compõem o patrimônio cultural do Sítio, entre eles, obras de arte sacra. Infelizmente, parte delas foram furtadas e constam na relação de bens desaparecidos do Iphan. Em 2015[27], a Polícia Federal recuperou a imagem de Nossa Senhora do Rosário que estava à venda em um antiquário na região de Campinas, outras saqueadas na mesma época seguem desaparecidas desde 1985. A peça encontrada integra o acervo do Iphan. A partir dessas informações pode-se trabalhar com a temática da aquisição inadequada de patrimônio.

Em vista disso, essa propriedade contempla todos os objetivos propostos nesta dissertação à realização de um estudo do meio.

B. Igreja, Festa de São Benedito e Congadas

Historicamente, as comunidades e igrejas de São Benedito vinculam-se à religiosidade e à cultura afro-brasileira, apesar de algumas particularidades, São Roque pertence à regra. Dos territórios levantados sobre reminiscências, história e cultura de escravizados, a Igreja São Benedito é a única situada na região central da cidade, localizada na Rua 15 de Novembro, 125 (antiga Rua 13 de Maio). Essa informação já é um elemento instigante para analisar as várias camadas de histórias que compõem as memórias deste lugar religioso e afro-brasileiro

[27] Ver matéria jornalística disponível em: https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2015/01/furtada-ha-20-anos-imagem-de-santa-e-recuperada-pela-pf-em-jaguariuna.html. Acesso em 16 fev. 2024.

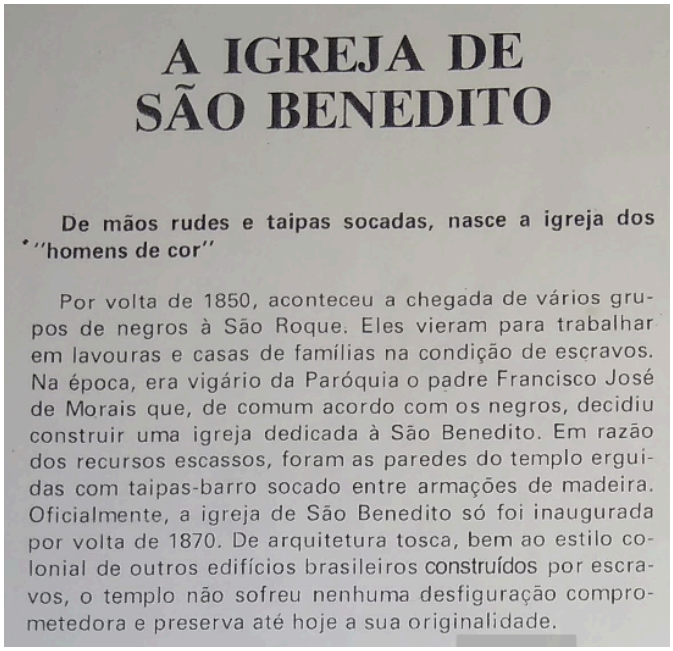
posicionado à rua nomeada em comemoração a proclamação da república e, não mais naquela que celebra abolição da escravização, essa alteração revela, de forma deliberada ou não, um apagamento de certa camada de história.

O atual templo foi erigido com estruturas de taipas em 1855 (data indicativa no frontão) -, momento em que a escravização africana estava em curso no Brasil - e, ampliado no início do século XX.

As pesquisas demonstram uma narrativa de aproximação íntima entre africanos com a edificação da igreja, a análise de algumas fontes posteriores à atual edificação afirmam e reafirmam que sua construção, de fato, executou-se por meio de mãos cativas.

Corroborando com tal aproximação, essa publicação de 1989 reiterou a participação efetiva de mãos escravizadas em sua construção:

Figura 04 - Revista "Projeto Memória: o retrato de São Roque no século XIX" p.10



A IGREJA DE SÃO BENEDITO

De mãos rudes e taipas socadas, nasce a igreja dos "homens de cor"

Por volta de 1850, aconteceu a chegada de vários grupos de negros à São Roque. Eles vieram para trabalhar em lavouras e casas de famílias na condição de escravos. Na época, era vigário da Paróquia o padre Francisco José de Morais que, de comum acordo com os negros, decidiu construir uma igreja dedicada à São Benedito. Em razão dos recursos escassos, foram as paredes do templo erguidas com taipas-barro socado entre armações de madeira. Oficialmente, a igreja de São Benedito só foi inaugurada por volta de 1870. De arquitetura tosca, bem ao estilo colonial de outros edifícios brasileiros construídos por escravos, o templo não sofreu nenhuma desfiguração comprometedora e preserva até hoje a sua originalidade.

AYR, Silveira. **Projeto Memória: o retrato de São Roque no século XX**. São Roque/SP: Samber, 1989. p.10.

Em décadas anteriores, no ano de 1975, o professor Paulo da Silveira Santos em artigo no jornal Diário Popular alertou sobre as precárias condições de conservação da igreja e relacionou a crescente escravização africana com o início das obras de construção do templo:

> O início das obras da Igreja está vinculado à chegada a São Roque das primeiras levas de escravos africanos, o que ocorreu por volta de 1850. Dali por diante foi paulatinamente aumentando o número de trabalhadores escravos. Os maiores fazendeiros, aqueles que detinham quantidade ponderável de cativos, eram os irmãos Rosa (Comendador Manoel Inocêncio e Antonio Joaquim da Rosa, Barão de Piratininga); possuíam também, enorme escravaria, o cel. Amaro Dias de Oliveira, o cap. José Caetano de Arruda, o cel. Manoel da Silveira Vieira, meu bisavô paterno.
> SANTOS, Paulo da Silveira. Velha Igreja em perigo. **Diário Popular**. São Paulo, 6 de julho de 1975.

Na sequência do artigo, o autor continuou a enfatizar o aumento da escravização africana no município e revelou a presença de escravizados na construção da igreja:

> Aos poucos, com o movimento crescente das tropas de carga, verificou-se a expansão do pequeno comércio local e da incipiente agricultura, sobretudo as lavouras, estas graças ao trabalho dos negros cativos. Foi então que o padre Francisco José de Moraes, de tradicional família sanroquense, tomou a iniciativa de fundar a Irmandade de São Benedito e de construir uma capela para a comunidade dos homens de cor, visto que os brancos já possuíam a Igreja Matriz.
> E assim, em 1855 se iniciaram as obras do templo, e ainda aqui, com o trabalho gratuito dos próprios escravos
> SANTOS, Paulo da Silveira. Velha Igreja em perigo. **Diário Popular**. São Paulo, 6 de julho de 1975.

Concernente ao levantamento documental realizado nos acervos do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - adiante ACMSP - nos livros e pastas referentes à paróquia de São Roque, não há informações do início da construção.

No primeiro quartel do século XX, o professor e memorialista Joaquim Silveira Santos (1864 - 1947) já advertira a ausência documental eclesiástica acerca da Igreja São Benedito:

> E´que falta no arquivo [Cúria Metropolitana de São Paulo] o segundo livro do tombo, que é o correspondente ao tempo em que serviu na paróquia o padre Chico [Francisco José de Morais, pároco que iniciou a construção da igreja de São Benedito, segundo Silveira Santos]. Penso entretanto que as despesas foram custeadas pelo próprio vigário que, [...] era rico, desambicioso e modesto [...]
> (SANTOS, Joaquim Silveira. São Roque de outrora. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, volume XXXVII, 1939, p.458.)

No entanto, a julgar pela narrativa-histórica tecida no município, esse templo religioso, sedimentou-se em um território do catolicismo afro na cidade - desde meados dos novecentos, aproximadamente. Além das congadas que deixaram de existir no pós-abolição, o momento ápice dessa aproximação dá-se anualmente entre os dias 03 à 06 de janeiro, período em que se comemora, liturgicamente, a Festa de São Benedito:

Figura 05 - Cartaz da Festa de São Benedito, 2024



Folheto distribuído pelos membros organizadores da festa de 2024 (reprodução/2024).

Em muitas localidades, as festas de São Benedito são realizadas em outubro, mês do nascimento desse santo preto. Em São Roque, realizam-se nos primeiros dias de janeiro, juntamente à festa dos Reis Magos e dos festejos das congadas, essa tradição dos novecentos permaneceu até o século XXI.

A edificação cravada no centro da cidade - sufocada por intensa especulação imobiliária, festa em janeiro, missas às quartas-feiras e utilização do templo para apresentações culturais (como corais e concertos), formam ações de resistência, permanência e vivência desse território preto no município, assim como, as extintas congadas definidas por Silveira Santos, dessa maneira:

> Em São Roque houve regularmente Congadas, promovidas pelos negros da Irmandade de S. Benedito, em louvor do padroeiro dos homens de côr (6 de janeiro). A partir de 1860 tais folguedos se realizaram com maior regularidade, naquela data, constituindo a principal atração dos festejos. A partir da Libertação foram, porém, casa vez mais rareando até que desapareceram por completo.
> LIMA, Vero de; VILLANI, André (orgs.). **3º Centenário de São Roque - Documento Ilustrado**. Atlas dos Municípios: São Paulo, 1957. n.p.

Em suas memórias redigidas no início do século XX, denominadas *São Roque de Outrora*, Silveira Santos, recordou a presença das congadas relacionadas às festas de São Benedito:

> Lembro-me, entre outras coisas, que ali assistia, em menino, aos ensaios das congadas, representações simbólicas por meio de marchas, danças, cantos e "falas" que os pretos, vestidos a caráter, realizavam por ocasião das festas anuais de S. Benedito.
> (SANTOS, Joaquim Silveira. São Roque de outrora. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, volume XXXVII, 1939, p.274).

No capítulo *Coisas D'antanho - As Congadas*, o mesmo autor narrou com detalhes o espetáculo das congadas pelas ruas da cidade, reproduziremos alguns trechos com a intenção de subsidiar a presença dessa manifestação afrodescendente no município.

A seguir, informações sobre a formação e participantes das congadas na perspectiva peculiar desse memorialista -, na reedição de São Roque de Outrora de 2012 consta na nota 123 a afirmação sobre os conguinhos: personagens sempre representados por crianças negras - reparemos, portanto, no número de crianças negras oficialmente presentes no evento:

> [...]
> Ao que li há pouco tempo, as congadas continuam a existir, mas estilizadas, bem organizadas, e como número de atração nas festas populares. As que se faziam em S. Roque, entretanto, tal como as vi em menino, há mais de 60 anos, eram representações rudimentares, com aquele toque de simplicidade condizente com a mentalidade dos figurantes e dirigentes. Basta dizer que, sendo todos analfabetos, as "falas" eram aprendidas de cor, segundo as ia ensinando o ensaiador-mor, que era um preto muito vivo e lépido, apesar de já maduro, que se chamava Marcelino – escravo do comendador Manuel Inocêncio.
> As "congadas" figuravam o combate entre duas forças inimigas. De um lado o grupo constituído pelo "rei", a "rainha", as "damas de honra" e os "fidalgos", e de outro o grupo dos atacantes, formado por 30 ou 40 conguinhos, dirigidos pelo chefe, que era o "embaixador", o já referido Marcelino.
> (SANTOS, Joaquim Silveira. São Roque de outrora. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, volume XXXVII, 1939, p.382.)

Adiante, temos a noção de como se configurava uma das forças inimigas representativas nas congadas:

> Quando o exército inimigo vinha se aproximando, o "conselheiro", que era um rapagão vistoso e divertido, mostrava o perigo que o reino corria, e concitava a reagir censurando a inércia do rei. Então este se levantava (e quem fazia o papel de rei era o João Creoulo, um preto alto e corpulento, escravo do Comendador). Levantava-se e fazia uma "fala" querendo dizer que ia arrasar o inimigo, e passariam todos a fio de espada. Era quando a rainha (uma preta retinta, bem apessoada, que se chamava Catarina, e escrava do Capitão Arruda), também se

> levantava, e dizia numa voz aflautada: “Rei soberano! Não se botai a perder, pra maior vitória do Divino Espírito Santo!”.
> (SANTOS, Joaquim Silveira. São Roque de outrora. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, volume XXXVII, 1939, p.383).

Em contrapartida, a resposta da força opositora que estilizando à inimizade:

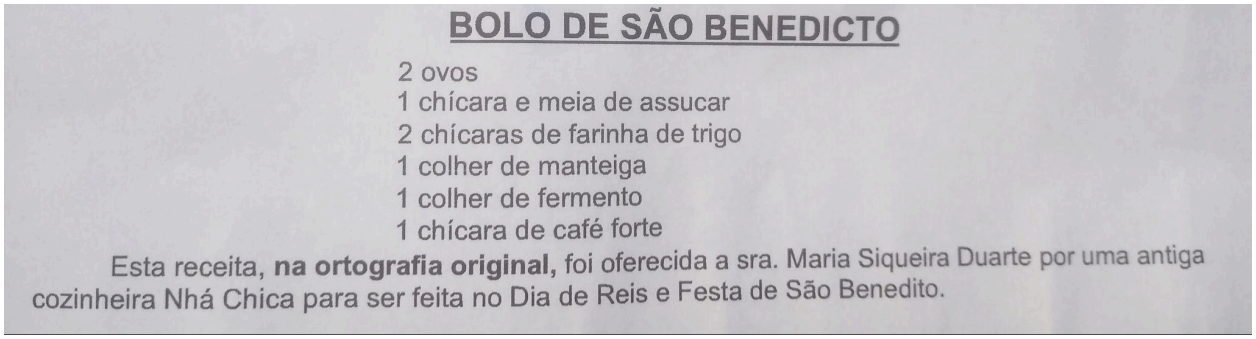
> Nisto aproximava-se a força atacante, formada como disse de cerca de 40 rapazinhos, todos uniformizados a caráter: saiote de metim [cetim] cor-de-rosa ou azul, faixas brancas a tiracolo, meias compridas e turbante da cor do saiote. Vinham todos *munidos de um pequeno bastão*, à guisa de arma ofensiva.
> Pelas ruas que percorriam antes de alcançar a “corte”, vinham em passo cadenciado ao som de tambores e adufes, e cantando versas dos quais me ocorrem os seguintes:
> [...]
> Viemos de Loanda,
> Viemos de Portugá!
> Pobres coitadinhos,
> Não podemos mais andá!
> [...]
> O rei profeta
> Dançava e cantava
> Com gosto e alegria!
> Os conguinhos vêm agora
> Também festejá
> O rosário de Maria!
> (SANTOS, Joaquim Silveira. São Roque de outrora. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, volume XXXVII, 1939, p.383-384).

Por fim, Silveira Santos, asseverou aquilo que se manteve desde a segunda metade do século XIX até a atualidade - a permanência da festa em 6 de janeiro -, enaltecendo sua importância ao município e região:

> [...] diversão que, figurando como número de sensação nas festas de S. Benedito, que se realizavam a 6 de janeiro, atraía para a cidade não só moradores dos bairros como muita gente das localidades vizinhas.
> (SANTOS, Joaquim Silveira. São Roque de outrora. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, volume XXXVII, 1939, p.385).

Uma das curiosidades relacionadas à igreja e a festa, é a história da receita do bolo de São Benedito. Segundo a tradição oral da comunidade de São Benedito, trata-se de uma receita transmitida por Nhá Chica - escravizada da senhora Maria Siqueira Duarte, essa iguaria é vendida durante as festas.

Figura 06 - Receita do bolo de São Benedito



BOLO DE SÃO BENEDICTO

2 ovos
1 chícara e meia de assucar
2 chícaras de farinha de trigo
1 colher de manteiga
1 colher de fermento
1 chícara de café forte

Esta receita, **na ortografia original,** foi oferecida a sra. Maria Siqueira Duarte por uma antiga cozinheira Nhá Chica para ser feita no Dia de Reis e Festa de São Benedito.

Nos dias de festa, é comercializado um pequeno kit contendo: uma imagem de São Benedito, uma xícara com o nome do santo e a receita acima - percebemos a transmissão popular dessa receita, inclusive com a ortografia original redigida pela escravizada.

Há um ponto de aproximação que cabe destaque. No dia 6 de janeiro ocorre a procissão de São Benedito cortejada pela Banda Santa Teresinha - grupo musical do Bairro do Carmo (um dos lugares afros explorados nesta dissertação) e na procissão da Festa de Nossa Senhora do Carmo realizada neste bairro que ocorre sempre próximo ao dia 16 de julho, além da mesma banda acompanhar, o primeiro dos vinte santos que liturgicamente abrem o cortejo, é São Benedito. Portanto, o mais antigo templo religioso do centro da cidade é preto e de alguma maneira estabelece conexões culturais com o principal território quilombola do município.

Figura 07 - Igreja São Benedito com apresentação da Banda Santa Teresinha



Apresentação da banda Santa Teresinha durante a Festa de São Benedito, cuja igreja está ao fundo.
Foto de Julio Schneider Neto, 2024.

Por fim, concluímos que todas as manifestações religiosas e culturais vinculadas à igreja existiram ou ainda resistem, pela presença, literalmente concreta do templo, é a materialidade cultural que conflui as demais atividades - o patrimônio cultural tem como suporte, sempre, vetores materiais (MENEZES, 2009). Em pesquisa à hemeroteca da Biblioteca Municipal Prof. Arthur Riedel, localizada nas dependências do Centro Cultural Brasital, diversas publicações locais alertam, historicamente, para as condições estruturais da edificação e o esforço da comunidade em sua preservação patrimonial.

Ainda no final do século XIX e início do século XX, as autoridades eclesiásticas já alertavam para as condições, conservação e reforma do templo. Os três documentos localizados no ACMSP e também publicados no livro feito na Festa em Louvor a São Benedito – De 03 a 06 de janeiro de 1999, acentuam a preocupação e esforços:

> "Visita Pastoral a Parochia e Cidade de São Roque
> Bispo – D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho
> Além da Matriz há na cidade outro templo. É a antiga Capella de S. Benedicto, que se acha assas deteriorada, e cremos que em trabalhos de reconstrução. Ao zelo do Revdo. Vigário e piedade de seus Parochianos recomendamos esse trabalho, tão urgentemente necessário em uma cidade que não conta, alem da Igreja Matriz outro templo se não o de que se tracta. 06/janeiro/1878"
> (Autos de Ereções e Patrimônios de Capelas n.01. IN: Catálogo de livros de História (1768-1798) junto ao Livro de Tombo da Paróquia de São Roque (SP). **ACMSP**).

> "p.62: Encontrei a igreja de S. Benedicto com o telhado arruinado, o frontespicio desabando, sem soalho das grades para cima e sem forro. Depois de ter todo o trabalho do frontespicio, inclusive pintura, retoquei o telhado da igreja, forrei toda Ella, assoalhei a parte, que faltava, colloquei vidraças na porta do corredor, fechaduras nas portas, e sob minha direcção se começou o corredor, que está em obra. Fiz restauração completa de tudo, que serve de Capella mor; caiando toda a igreja e mandando pintar no forro a imagem de S. Benedicto, terminando pela plantação de quatro coqueiros na porta principal. Despendi em tudo a quantia de um conto de réis.
> S.Roque, 1° de janeiro de 1884. As. Vigr° João Carlos da Cunha"
> (Autos de Ereções e Patrimônios de Capelas n.01. IN: Catálogo de livros de História (1768-1798) junto ao Livro de Tombo da Paróquia de São Roque (SP). **ACMSP**).

> "PAPEIS AVULSOS de S. Roque
> Obra de 1901 – Igreja de S. Benedito. Recibos:
> N°1 - 250$000 – tiragem e condução de areia – Luigi Bonomi
> N°2 – 350$000 – tapavento e um altar da mesma Egreja – Alessandro Beldi
> N°3 – 800$000 – construção de uma torre da Egreja...de tijolos que forneci as ditas obras – Luis Villaça
> N°4 – 550$000 – diversos trilhos e ferragens – Francisco Liugli
> N°5 – 500$000 – cal virgem – Joaquim da Silveira Roya
> N°6 – 300$000 – emboço do telhado e pintura do interior della – Benedicto Gisinio da Rosa.

> Pedreiro ou Mestre responsável pela obra (orçamento de 1901) – Julio Arduino
> Orçou: Frontão esquerdo e do meio / Cimalha / Platibanda / Frontespício / Torre"
> (Autos de Ereções e Patrimônios de Capelas n.01. IN: Catálogo de livros de História (1768-1798) junto ao Livro de Tombo da Paróquia de São Roque (SP). **ACMSP**).

O poder executivo municipal realizou no final da década de 1990, um levantamento acerca dos bens imobiliários de interesse histórico, por meio do Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural da Estância Turística de São Roque (CONPREHA) em parceria com o Iphan, indicando por meio do Decreto Municipal nº 3.221/90 de 2 de setembro de 1998, o tombamento de vários imóveis da região central, entre eles a Igreja São Benedito, tais processos de tombamento não seguiram adiante. Portanto, esse templo é aglutinador de memórias vinculadas à escravização, à cultura afro-brasileira e ao debate patrimonial, cabendo, por consequência, visitação e práticas educativas.

C. Morro do Saboó e a Insurreição de Escravizados de 1854

Em 1854, São Roque tomou o noticiário do recente jornal denominado Correio Paulistano, ao analisar as notícias publicadas sobre esse município, evidenciamos a trama de uma insurreição de escravizados que prometeria sacudir a cidade e região.

> Descobrio-se um plano de insurreição em S. Roque, que segundo corre o plano, se ramificava por Sorocaba, Una, Campo Largo, Araçariguama e Itú.
> A delegacia já fez prisões, e instaura processos.
> Marcharam da capital 10 praças, commandadas por um official.
> Esperamos a carta do nosso correspondente[28] em S. Roque, que nos orientará detalhadamente.
> CORREIO PAULISTANO. N.24 (24/07/1854) p.4.

[28] Sabe-se que o influente político e deputado provincial são-roquense - Barão de Piratininga - era um dos correspondentes desse periódico.

O líder do movimento, segundo delações, era José Cabinda, liberto e grão-mestre da Cabula - religião afro-brasileira originária no século XIX. Transcrevemos aqui como as autoridades locais chegaram em José Cabinda:

> À cadêa se acha apinhada de presos; muitas escoltas partem em todas as direcções, e a cada momento chegam novos inquilinos à casa barata do carcereiro, que por certo ainda hontem não esperava ser honrado com tantas visitas.
> Cumpre que sem mais demora dêmos a razão a todo este movimento.
> D'algum tempo a esta parte começou a propalar-se vagamente, que nas immediações d'esta villa, em noites e lugares indeterminados, se fasiam grandes reuniões d'escravos e de pessoas livres.
> O digno delegado de policia procedeu às necessárias indagações policiais com toda a circumspecção, mas pouco facto colheu das suas pesquisas, porque tudo se envolvia nas trévas do mysterio.
> Na noite de 18 do corrente uma caso feliz levou trez homens que procuravam dous escravos ao Engenho da Sra. D. Anna Theresa, e ahi foram persentidos por sentinella, que guardava a porta do templo - onde a grande ordem celebrava uma de suas sessões.
> Um grito de - mata caboclo! - quebrou pavorosamente a solidão da noite.
> No mesmo instante esse brado de morte foi respondido por vozes numerosas, e um enxame de captivos e livres accometteu de facca em punhos aos tres temerarios. que foram perseguidos com tenacidade, e que devem a vida às brumas da noite e ao cebo das canellas.
> Informado d'este facto o digno delegado de policia, decretou hoje a prisão dos indiciados, e tem conseguido muito, graças á coragem e dedicação geral que tem encontrado n'este povo, que hoje se há coberto de gloria, expondo sua vida com heroico denodo para salvar a ordem publica.
> Tendo um dos presos revelado o lugar em que se achava occulto perto desta villa o preto forro de nome José, morador em Sorocaba, e que é o grão mestre da associação, dirigiu-se para ali uma escolta, que conseguiu captural-o depois de porfiada e perigosa luta.
> (CORREIO PAULISTANO N.26 (26/07/1854) p.2/3.

Interrogado e preso junto com outras (os) líderes e acusadas (as), evidenciou-se que além de líder religioso, José Cabinda, era, também, líder político que rodava a região organizando o levante de escravizados contra o sistema. Inclusive, as autoridades preocupavam-se com a possibilidade dos escravizados usarem as festividades religiosas do meio do ano.

As notícias da insurreição preencheram as páginas do Correio Paulistano entre julho e agosto de 1854. São Roque comemora seu aniversário em 16 de agosto, entendia-se, portanto, a preocupação das autoridades para se revoltarem - o clima festivo e de relaxamento social poderia beneficiar o levante.

Interessante realçar que esse movimento religioso-político contava com a lideranças de mulheres: *Os nossos conspiradores são da mesma opinião, e tanto que já se acham recolhidas a cadêa não menos de cinco sacerdotisas* (CORREIO PAULISTANO N.26 (26/07/1854) p.2) e também: *A rainha d'uma das lojas chama-se Mambeque.* (CORREIO PAULISTANO N.27 (27/07/1854) p.3). Percebemos, segundo as notícias, que o movimento continha número considerável de participantes, inclusive com protagonismos femininos.

Chamado por seus irmãos religiosos de Pai Gavião ou Coroado - José Cabinda era responsável pela organização de três centros religiosos denominados de lojas:

> A primeira denomina-se - Filho das hervas.
> A segunda - Maçonaria negra.
> A terceira - Campo encantado
> O grão-mestre da ordem é o celebre José Cabinda, a quem os irmãos não conhecem se não for pelo nome de - Pai Gavião, ou Coroado. (CORREIO PAULISTANO N.27 (27/07/1854) p.3)

Entretanto, sua liderança seria questionada pelos próprios irmãos, depois de uma cilada imposta pelo delegado responsável pela ação:

> Segundo o jornalista, a sala do delegado estava "lotada de gente". O interrogado em momento algum foi chamado pelo seu nome, José Cabinda. Durante o interrogatório, Pai Gavião teve seus poderes de adivinhação testados: deveria saber onde certos objetos teriam sido escondidos naquela sala. O jornalista denunciou que, quando Pai Gavião indicou o local correto, um dos presentes mudou os objetos de lugar, "trapaceando-o" – acusação feita pelo jornalista. Seguiu-se, então, uma série de chacotas a Pai Gavião, ao seu fracasso, denunciado como falso pelo jornalista que se vangloriou da derrota

> "pública do espírito", demonstrando uma contradição do valor que dava aos "seus poderes".
> (COUCEIRO, Luiz Alberto. **A sedução do feitiço: Juca Rosa, Pai Gavião e acusações de feitiçaria no Império do Brasil.** XVIII Encontro de História Anpuh Rio. Rio de Janeiro: ANPUH, 2018. p. 3)

José Cabinda foi condenado e preso. A falsa "falsidade religiosa" foi um elemento fundamental de sua desmoralização e repressão. No entanto, a temeridade das autoridades e elites locais residia na arquitetura do plano de revolta que tomaria o poder da cidade e região:

> ...promete aos irmãos em um futuro não remoto.
> 'Que gosarão de liberdade pela morte de seus senhores."
> 'Que possuirão grandes riquezas.'
> 'Que seus senhores não terão animo de castigal-os.'
> 'Que nem ferro, nem ballas callarão em seus corpo'
> (CORREIO PAULISTANO N.27 (27/07/1854) p.3)

Ainda segundo os noticiários de julho de 1854, é notório, como dito anteriormente o grau de organização do movimento, em uma expedição geológica pela região, a equipe de pesquisadores, deparou-se com:

> ...Segundo um morador, "as primeiras impressões visuais do dr. Roth, acerca da configuração da Montanha do Sabão, apontavam para uma vasta riqueza mineral". Tal montanha era de "formato piramidal, e de seu topo podia-se ver as povoações de Sorocaba, Itu, Araçá e São Roque".
> [...]
> Em sua expedição, o dr. Roth, escoltado por alguns praças, encontrou no cume da montanha uma pequena construção, com "mais de 300 espingardas, e alguns objetos estranhos, tais como dentes de cobra e patuás". Assim, foi "descoberta mais uma parte das armas que os Filhos das Trevas" diziam possuir – e que muitas autoridades locais haviam acreditado serem imaginárias – "muito mais do que a própria Guarda Nacional, agentes de polícia, senhores de escravos e comerciantes somados possuíam" nas redondezas. A localização do paiol de armas obedecia, ao que parecia, "a uma estratégia de observação de todos os que Pai Gavião havia prometido atacar" [ou seja] "todos os brancos" [daquela região]. Do cume da montanha, os escravos poderiam observar a movimentação cotidiana dos moradores das cidades, dos grupos armados, para, enfim, decidirem a melhor

> estratégia de ataque. “Desta forma, poderiam tomar de assalto toda a região.
> (COUCEIRO, Luiz Alberto. **Acusações de feitiçaria e insurreições escravas no sudeste do Império do Brasil**. Afro-Ásia, nº 38, 2008, p. 224).

Confrontando essa análise com as fontes primárias do período, concluímos que a Montanha do Sabão relatada é na verdade, o Morro do Saboó, elevação de mais de mil metros, considerado um dos principais pontos turísticos e cartões postais da cidade:

> O presidente da provincia nomêa ao Sr. Dr. Carlos Rath para, [...] verificar a existencia nesta província de [...] minas de ferro, de argila de refracção, e dos ingredientes proprios para os primeiros fabricos de ferro, examinando igualmente as montanhas do Sabaó, o Vuturuma em S. Roque.
> (CORREIO PAULISTANO. N.26 (26/07/1854) p. 2)

Figura 08: Vista panorâmica do Morro do Saboó



Vista panorâmica do cume do Morro do Saboó, com o Morro Voturuna (Araçariguama/SP) ao fundo. Foto de Julio Schneider Neto, 2021.

O suposto plano de revolta alertou parte da população, fazendo-a mobilizar agentes policiais:

> No dia 23 de *agosto 1854,* o mesmo jornal *Correio Paulistano* publicou uma pequena nota, afirmando que, no dia dez do mesmo mês, na fazenda do capitão Joaquim de Souza, havia sido descoberto mais um projeto de insurreição ligado à loja Filhos das Trevas *[Ervas]*. As autoridades policiais, atendendo ao chamado do fazendeiro, foram, no mesmo dia, "verificar a veracidade" [do tal] "projeto", [mas] "não encontraram nada referente à revolta de escravos". Já no dia 25, noticiou-se que escravos e pretos livres, "assegurava uma pessoa de fé dos redatores, continuavam a se reunir no cemitério da cidade para fogar, especificamente nos dias santificados". Apesar das denúncias, dizia o autor da notícia, as autoridades locais não tomavam providência alguma e a polícia de São Paulo dizia que não possuía soldados, nem dinheiro bastante para dar conta daqueles encontros para fogos e, mesmo, ameaças de insurreição dos escravos, que, para ela, não passavam de boatos. (COUCEIRO, Luiz Alberto. **Acusações de feitiçaria e insurreições escravas no sudeste do Império do Brasil**. Afro-Ásia, nº 38, 2008, p. 224-225). *(grifo nosso).*

Para saber mais sobre o suposto plano de insurreição de 1854, o eventual esconderijo das armas, o paradeiro de José Cabinda e da rainha Mambeque são necessárias futuras pesquisas. Contudo, o plano de revolta, a prática da Cabula, seus líderes e o Morro do Saboó constituem memórias de resistência ao cativeiro na região de São Roque, cabendo no território dessa elevação geológica, práticas de estudos do meio.

D. Quilombo do Carmo

A comunidade remanescente de quilombolas localizada no Bairro do Carmo (São Roque/SP), é uma das mais antigas do Brasil. A história remonta à primeira metade do século XVIII, quando a Província Carmelita Fluminense (PFC) adquiriu a gleba original, à essa propriedade denominou-se Fazenda Sorocamirim ou do Carmo.

O Laudo Antropológico[29] elaborado pela antropóloga e analista pericial em Antropologia Deborah Stucchi, sob encomenda do Ministério Público Federal, revela com exatidão a aquisição da fazenda por essa ordem religiosa:

> A Fazenda do Carmo ou Sorocamirim figura entre os bens da Província Carmelitana Fluminense, tendo-se originado, no século XVIII, a partir de duas outras propriedades. Uma parte - a metade - fora doada em 1727 pelo Padre José Machado, que" entrou e professou nesta Religião", e outra metade fora doada por escritura confirmada em testamento, no ano de 1736, por Belchior Borba Paes, mediante o pagamento de sessenta missas [...].
> (STUCCHI, Deborah. **Os pretos de Nossa Senhora do Carmo - estudo antropológico sobre uma comunidade remanescente de quilombo no município de São Roque/SP**. 2009. Laudo Antropológico n.01/2009. Ministério Público Federal, São Paulo, SP. p. 89).

Desde os primórdios das atividades dos Carmelitas nessa localidade, utilizou-se sistematicamente o trabalho de africanos escravizados, no entanto, os registros mais concretos do número de cativos são do século XIX:

> Em 1858 os escravos da Santa somavam 1476, montante este avaliado em 662:740$000. Destes, 513 cativos estavam em terras do Rio de Janeiro, 200 no Pará, 80 no Espírito Santo e 683 em São Paulo.
> No relatório do ano em questão, Sorocamirim aparece com 100 escravos que valiam 40:000$000, enquanto as terras da fazenda valiam 2:000$000. Essa tendência se aplicava às outras fazendas também, que em geral valiam menos que os escravos que a ocupavam.
> STUCCHI, Deborah. **Os pretos de Nossa Senhora do Carmo - estudo antropológico sobre uma comunidade remanescente de quilombo no município de São Roque/SP**. 2009. Laudo Antropológico n.01/2009. Ministério Público Federal, São Paulo, SP. p. 96.

[29] STUCCHI, Deborah. **Os pretos de Nossa Senhora do Carmo - estudo antropológico sobre uma comunidade remanescente de quilombo no município de São Roque/SP**. 2009. Laudo Antropológico n.01/2009. Ministério Público Federal, São Paulo, SP.

Ao longo desses quase trezentos anos[30] as configurações históricas se modificaram, hoje o território quilombola do Carmo condensa apenas 1% da gleba original (BASTOS; OLIVEIRA, 2019) e ainda luta[31] junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) pela titulação das terras.

A comunidade remanescente de quilombolas que se constituiu a partir da Fazenda Sorocamirim originando o atual bairro do Carmo congrega elementos potentes para o desenvolvimento de estudos acerca da escravidão e cultura afro-brasileira.

A seguir desdobraremos esses elementos.

D. 1. Vila, capela Nossa Senhora do Carmo e cemitério de escravizados

Os escravizados do Carmo eram da santa, em nome e a serviço dela os cativos trabalhavam. Nesse sentido, a ordem do trabalho compulsório diferenciava-se das tradicionais *plantations* do sudeste brasileiro - os escravizados carmelitas gozavam de certa liberdade. Esse contexto histórico devia-se ao fato de que a administração da Província Carmelita Fluminense (PCF) situava-se na capital paulista, restando à Fazenda do Carmo feitores, por inúmeras vezes também escravizados com visitas esporádicas dos frades.

O controle da escravaria residia nessa situação particular, garantido pelo fato de serem escravos da santa e não de um dono convencional, característica que permitia a não administração *in loco* da PCF. Nesse suposto acordo, os escravizados mantinham-se contidos, impedindo-os de serem vendidos ou arrendados aos locais de plantio de café, como Campinas, por exemplo. Essa flexibilização aterrorizava as autoridades municipais. Os escravizados da

[30] Não pertence ao objeto desse trabalho esmiuçar o histórico dessa localidade, vale frisar, no entanto, que o referido laudo antropológico é contundente e conclusivo sobre a herança afro-brasileria erguida pela escravidão nesse território.
[31] Até a presente data a referida titulação encontra-se em tramitação.

Fazenda do Carmo eram vistos no centro da cidade realizando atividades diversas sem nenhum tipo de vigia ou acompanhamento senhorial:

> Ora, eram os religiosos do Convento do Carmo acusados pelas autoridades de São Roque de serem proprietários ausentes, o que assegurava a autonomia dos cativos e sua participação na economia local.
> (STUCCHI, Deborah. **Os pretos de Nossa Senhora do Carmo - estudo antropológico sobre uma comunidade remanescente de quilombo no município de São Roque/SP**. 2009. Laudo Antropológico n.01/2009. Ministério Público Federal, São Paulo, SP. p. 135).

Em 24 de março de 1836, o prefeito da Vila de São Roque recebeu do Inspetor de Quarteirão, o seguinte ofício:

> [...]que mandei avisar o feitor da Fazenda do Carmo do Bairro de Sorocamirim para a factura do caminho; respondeo o feitor que nada obedece sem ordem do Reverendo Prior. Por esta ocasião participo Vossa Excelência que naquela Fazenda se achão acoutados alguns indivíduos forros e captivos que tendo feito alguns roubos pelas vizinhanças e já se vão alongando até o povoado; e até os escravos da mesma fazenda respondem que ali não consentião chegar próximo quem vá destinado a fazer prisão; enquanto até naquela Fazenda se estão refugiando indivíduos que se pretendia recrutar porque estavão em muito boas circunstâncias; pelo aspecto que apresenta aquela fazenda logo se constitui um formidável Quilombo, bastantemente fructtoso de sucesso pella aparição em que está que não se poderão attacar com pouca gente.
> (Documento pertencente ao Arquivo do Estado de São Paulo, transcrito em: STUCCHI, Deborah. **Os pretos de Nossa Senhora do Carmo - estudo antropológico sobre uma comunidade remanescente de quilombo no município de São Roque/SP**. 2009. Laudo Antropológico n.01/2009. Ministério Público Federal, São Paulo, SP. p. 117).

O presente documento consta na tese de doutorado de Sandra Rita Molina de 2006, que conclui da seguinte maneira, a forma e flexibilização dos cativos do Carmo:

> Guardadas as devidas proporções, sem deixar de lado as possíveis disputas de poder entre as autoridades de São Roque e os Carmelitas,

> ou entre estes e o Presidentes de Província, a descrição do Inspetor evidencia uma extrema segurança dos cativos no exercício de sua autonomia, sobretudo porque, para além de proteger os fugitivos, eles ainda demarcavam uma fronteira entre as leis dos brancos e o universo criado nas terras da Santa em Sorocamirim, ameaçando qualquer um que se atrevesse a desrespeitá-lo.
> (MOLINA, Sandra Rita. **A Morte da Tradição: a Ordem do Carmo e os Escravos da Santa contra o Império do Brasil (1850/1889)**. Tese (Doutorado). São Paulo. Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/USP. 2006 p. 217).

Com essas características peculiares edificou-se a vila dentro da Fazenda entorno da capela de Nossa Senhora do Carmo, erigida pelos seus devotos de primeira ordem, mas escravizados. Ali no pátio da igreja também eram enterrados como eterno gesto de gratidão e servidão: *Descendo pela rua principal chega-se à capela de Nossa Senhora do Carmo, com pátio à frente e o cemitério de escravos ao lado.* (STUCCHI: 2009 p. 25).

Propiciar atividades extramuros com o objetivo de identificar e compreender a importância desse templo religioso e seus arredores na história dessa comunidade quilombola, é trazer ao presente três séculos de memória.

D.2. A Festa de Nossa Senhora do Carmo e as bandas musicais

Não há exatidão temporal de quando as bandas do Carmo surgiram no território quilombola, pelos relatos orais são centenárias, no mínimo. A constatação fundamental é que, assim como outros aspectos da cultura da localidade, essas bandas musicais estão intimamente ligadas à religiosidade católica e suas apresentações obedeciam ao calendário das festividades litúrgicas, como relata o depoimento de um morador do bairro transcrito no Laudo Antropológico:

> Em outros tempos era realizado no bairro, antes da procissão de Nossa Senhora do Carmo do "precatório", assim descrito pela Informante n.8: "o precatório é assim, no dia da Nossa Senhora do Carmo, pegava a cruz daqui da capela e saia, saia com o São Benedito, que sai da Igreja, e ele vai a cada casa buscar os outros, com a banda atrás. Pega a imagem e vai indo pra outra casa, a primeira que a gente ia buscar era Nossa Senhora Aparecida, lá no casarão. Quando chegava de volta a procissão já estava formada. Vai de casa em casa buscar os santos, que já ficam esperando enfeitados.
> (STUCCHI, Deborah. **Os pretos de Nossa Senhora do Carmo - estudo antropológico sobre uma comunidade remanescente de quilombo no município de São Roque/SP**. 2009. Laudo Antropológico n.01/2009. Ministério Público Federal, São Paulo, SP. p. 47-48).

Historicamente, surgiu primeiro da banda do Carmo, tempos depois fundou-se a Banda Santa Teresinha fruto da junção com a banda já citada:

> "...a cruz segue à frente e a tradicional banda da comunidade, Banda de Santa Teresinha, existente há um século e oriunda da fusão com a Banda de Nossa Senhora do Carmo, segue entre o andor de Santa Teresinha e Nossa Senhora do Carmo, este que é sempre o último." (STUCCHI, Deborah. **Os pretos de Nossa Senhora do Carmo - estudo antropológico sobre uma comunidade remanescente de quilombo no município de São Roque/SP**. 2009. Laudo Antropológico n.01/2009. Ministério Público Federal, São Paulo, SP. p. 46).

A sede da Banda de Santa Teresinha situa-se próxima à capela, já a da Banda do Carmo encontra-se em condições precárias:

> A sede da Banda Nossa Senhora do Carmo encontra-se abandonada, em más condições de conservação. Outrora eram realizados os bailes do bairro, e o futuro do imóvel preocupa moradores [...] A sede da Banda Santa Teresinha, que é fruto da junção com a outra banda mencionada, permanece próxima à capela.
> (STUCCHI, Deborah. **Os pretos de Nossa Senhora do Carmo - estudo antropológico sobre uma comunidade remanescente de quilombo no município de São Roque/SP**. 2009. Laudo Antropológico n.01/2009. Ministério Público Federal, São Paulo, SP. p. 26).

A existência das bandas e de suas sedes físicas demonstram características da cultura afro-brasileira que protagonizam mulheres e homens negros, para além, do fornecimento da mão de obra escravizada. Juntamente com a capela e cemitério, as edificações que abrigam esses conjuntos musicais são passíveis de interferência pedagógica, por meio de visitações.

Existe uma forte intimidade dessas bandas com a Festa de Nossa Senhora do Carmo realizada sempre próximo do dia 16 de julho. Essa festividade congrega aquilo que há de mais sensível nesses três séculos de permanência negra nesse território - a devoção à santa -, que de alguma forma, motivou a escravização, mas também a perpetuação da resistência e ocupação do local. A imersão nessa festividade é um grande repertório ao desenvolvimento de práticas didáticas vinculadas aos estudos da religiosidade e suas contribuições ao ensino de História. A seguir, um recorte da liturgia da procissão que é acompanhada pelas bandas:

> A festa de homenagem à Santa atualmente se dá no domingo posterior ao seu dia, quando este é comemorado em dia útil. É no dia da Festa Grande que acontece a missa solene e a procissão completa, com os 27 santos, carregados em andores enfeitados por seus responsáveis ou por pagadores de promessas.
> A Ordem de saída dos andores seguida em todas as Procissões em homenagem a Nossa Senhora do Carmo é a seguinte: 1° São Benedito, 2° Nossa Senhora Aparecida, 3º São Judas Tadeu, 4° Nossa Senhora das Dores, 5° Sagrado Coração de Jesus, 6° Nossa Senhora de Fátima, 7° São Jorge, 8° Nossa Senhora de Monte Serrat, 9° Bom Jesus, 10° Santa Catarina, 11° Divino Espírito Santo, 12° Santa Rita, 13° São Sebastião, 14° Nossa Senhora das Graças, 15° Santa Edwiges, 16° Santo Antônio, 17° Santa Carmem, 18° Santo Expedito, 19° Nossa Senhora do Rosário, 20° São José, 21° Nossa Senhora da Conceição, 22° Frei Galvão, 23° Arcanjos, 24° Santa Teresinha, 25° Nossa Senhora do Carmo.
> (STUCCHI, Deborah. **Os pretos de Nossa Senhora do Carmo - estudo antropológico sobre uma comunidade remanescente de quilombo no município de São Roque/SP**. 2009. Laudo Antropológico n.01/2009. Ministério Público Federal, São Paulo, SP. p. 45).

Figura 09 - Procissão da Festa de Nossa Senhora do Carmo



Festa da Nossa Senhora do Carmo com andor de São Benedito abrindo a procissão. Foto de Julio Schneider Neto, 2023.

A festa em homenagem à Nossa Senhora do Carmo pertence ao calendário litúrgico oficial da Arquidiocese da região, mas o bairro também aglutina e profere o catolicismo popular - elemento potente na composição de atividades de estudos do meio - , como afirma o relato de um depoente acerca do batismo:

> A Informante n.°8, em entrevista realizada em 17 de abril de 2009, afirma que o batismo se dá com os padrinhos rezando o Creio em Deus Pai e o Pai Nosso. Em frente aos santos, se diz "eu batizo fulano de tal em nome de Deus, do espírito santo, e no nome dos santos que estão ali presentes". A criança é então posta aos pés dos santos da devoção dos padrinhos. No caso dessa informante, os santos seriam o "Sagrado Coração de Jesus e Nossa Senhora Aparecida, que estão ali."A criança terá os padrinhos de casa e os padrinhos da Igreja, sendo que todos "têm o mesmo valor", já que o "batismo em casa é como se fosse o batismo do padre".
> (STUCCHI, Deborah. **Os pretos de Nossa Senhora do Carmo - estudo antropológico sobre uma comunidade remanescente de quilombo no município de São Roque/SP**. 2009. Laudo Antropológico n.01/2009. Ministério Público Federal, São Paulo, SP. p. 255).

Para finalizar este tópico, vale relatar que em 2012 ocorreu o furto da imagem da santa esculpida há mais de 200 anos que abrigava o altar-mor da capela. A notícia[32] rodou o país e, mais uma vez, um objeto de muito valor religioso, histórico e cultural caiu nas mãos de comerciantes ilegais do patrimônio cultural brasileiro. A partir desse triste fato pode-se trabalhar com a temática da aquisição inadequada de patrimônio.

D.3. Fazenda Icaraí

Figura 10 - Ruínas da Senzala e Casa Grande



Ruínas da Senzala (esq.) e Casa Grande (dir.). Foto de Julio Schneider Neto, 2024.

Essa fazenda foi adquirida por meio de compra e venda de terras da própria PCF, mas seus limites foram avançados através de grilagem sobre terras quilombolas. A análise documental revela essa ação no início do século XX, momento em que a especulação imobiliária avançava sobre as antigas terras da PCF:

> De outro lado, a outra faixa de terras livres, porém eficazmente cercada, é constituída por domínios da antiga Fazenda Icaraí, confrontante dos limites da Fazenda do Carmo, cujo antigo

[32] Os principais veículos de comunicação noticiaram o ocorrido e até a presente data a imagem não foi localizada. Disponível em: https://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/03/santa-e-furtada-de-capela-em-sao-roque-sp.html. Acesso em 12 abr. 2023.

> proprietário abarcara várias áreas pertencentes aos descendentes de escravos, por compra ou simplesmente por "tomada"...”
> (STUCCHI, Deborah. **Os pretos de Nossa Senhora do Carmo - estudo antropológico sobre uma comunidade remanescente de quilombo no município de São Roque/SP**. 2009. Laudo Antropológico n.01/2009. Ministério Público Federal, São Paulo, SP. p. 15).

Explorar essa fazenda será um dos momentos mais sensíveis de aproximação da realidade atual com a mão de obra de escravizados. As edificações da Fazenda Icaraí (hoje sob administração municipal) eram compostas sob a lógica da tradição brasileira da Casa Grande e Senzala. As construções estão precárias. Na Casa Grande o assoalho e o teto estão comprometidos, já a Senzala está em ruínas restando apenas três paredes.

Importante observar que os escravizados pertencentes à PCF tinham relativa flexibilidade comparado com aqueles da cidade, da região e da vizinha Fazenda Icaraí, em que suas ruínas (Casa Grande e Senzala) revelam a evidência material da existência da escravização. No final do século XIX, identificamos a presença da mão de obra escravizada nessa fazenda:

> O primeiro proprietário da fazenda Icaraí e mais lembrado pelos informantes do Carmo, embora não o mais antigo, é Antônio Xavier de Lima Sobrinho, conhecido como Antônio Chato, casado com Maria Custódia de Moraes no final do século XIX. Maria Custódia de Moraes é filha de Joaquim Firmino de Morais, referido pelos atuais descendentes como Firminão, fazendeiro, proprietário de escravos de origem portuguesa, que adquiriu terras pertencentes à Fazenda do Carmo em data imprecisa, mas que, em 1872, consta do livro de batismos da Paróquia de São Roque como proprietário de escravas que tiveram filhos a partir de 28.09.1871, quando editada a Lei n°2050, do Ventre Livre.
> (STUCCHI, Deborah. **Os pretos de Nossa Senhora do Carmo - estudo antropológico sobre uma comunidade remanescente de quilombo no município de São Roque/SP**. 2009. Laudo Antropológico n.01/2009. Ministério Público Federal, São Paulo, SP. p. 276).

D.4. Organização da Associação do Território Quilombola do Bairro do Carmo (ATEQUIBACA)

Com a diminuição do território e proximidade com a região metropolitana de São Paulo, muitos descendentes desse quilombo periurbano migraram para outras cidades, especialmente Vargem Grande Paulista, entre outras da região metropolitana. No entanto, a partir de 2014, muitos desses descendentes resolveram realizar o percurso de retorno, reivindicando, alegoricamente, o direito à herança, neste caso, terras da santa.

Nesse mesmo ano, os retornados ocuparam uma área do território que servia a outros particulares. Construíram e constroem suas residências. O secular problema fundiário desse quilombo, ainda continua, transformado agora, em questão pelo direito à moradia. Essa ocupação é desagravo às autoridades, ao Condomínio Patrimônio do Carmo[33] e aos próprios moradores do bairro. As disputas internas, mostram-no a pluralidade ideológica entre os quilombolas, fazendo da ocupação um lugar interessante de visitação para compreender assuntos contemporâneos relacionados aos remanescentes de quilombolas do Carmo:

> Grande ocupação de uma área de litígio próxima ao condomínio "Patrimônio do Carmo", transformada em espaço de reprodução dos costumes tradicionais e protesto por agilização na demarcação do território. Cerca de quarenta famílias praticam a agropecuária de subsistência, com pequenas criações e plantações diversas. Ali também se realizam reuniões com representantes de uma nova associação sobre assuntos quilombolas. O local é motivo de cisão dentro do território pois foram trazidos familiares dos remanescentes, originários de outros locais (BASTOS, Guilherme Jeremias de Oliveira; OLIVEIRA, Rafael Fabrício de. Patrimônio cultural do Quilombo do Carmo: demarcado no território a memória a partir da cartografia social. **Scientia Vitae**, v.7, n.23, p. 50-67, jan./mar. 2019 p. 57).

[33] O laudo antropológico evidencia que esse condomínio de alto padrão foi erguido sobre terras quilombolas.

A temática da terra no Quilombo do Carmo, desde os primórdios até hoje, é complexa que pode ser explorada pedagogicamente com visita à ocupação, estabelecendo uma interface com os moradores.

D.5. Paisagens do território quilombola - Pedra Balão

O território quilombola é composto por lugares em que as reflexões sobre a escravização podem ser realizadas. A transmissão oral dessas memórias chegou aos atuais descendentes e moradores da comunidade. Nesse sentido, destaca-se a Pedra Balão que segundo (BASTOS; OLIVEIRA: 2019) constitui-se em topo de relevo com 1040 metros de altura, era uma área de refúgio, descrita pelos descendentes como espaço de fuga de escravizados quando da opressão e perseguição.

Há outros espaços no território quilombola que remetem à memória da escravização, como a Trilha dos Mortos que, segundo a oralidade da comunidade, era o trajeto do cortejo fúnebre que levava os corpos falecidos ao cemitério na cidade de São Roque.

Quilombo do Carmo: patrimônio-territorial e cultural afro-brasileiro

Quando analisamos os elementos tangíveis e intangíveis que formam esse bairro, podemos concluir que a escravidão organizou um território de exceção, mas de resistência. O quilombo do Carmo é secularmente um espaço oriundo da escravização, onde seus moradores carregam em suas mentes e corpos, memórias do cativeiro. A excepcionalidade torna-se tangível, ao passo que seus moradores vêm perdendo seu território, principalmente por grilagens de terras, restando apenas 1% da gleba original (Bastos; Oliveira, 2019). Essa porcentagem é representativa da resistência empreendida pela comunidade. É o território de exceção do que

sobrou das terras originais. Nesse sentido, o Carmo, pode-se enquadrar no conceito de patrimônio-territorial definido por, como sendo um território patrimonial ativado e valorado popularmente pelos subalternizados da história, negligenciado pelas políticas públicas de patrimônio, residindo, portanto, na resistência (Batista da Costa, 2017).

Memórias da escravização, bandas musicais, cristianismo popular, o Carmo congrega também, elementos do patrimônio cultural afro-brasileiro que:

> Herdeiros do legado dos africanos aqui chegados escravizados, seus descendentes souberam honrar a memória dos antepassados e negociar com as transformações urbanas e culturais atualizando repertórios e pautas de luta e inserção social. (DICIONÁRIO TEMÁTICO DE PATRIMÔNIO - DEBATES CONTEMPORÂNEOS: 2020 p. 243).

Um dos eventos historicamente responsáveis por determinar uma unidade entre os descendentes de escravizados, foi o arrendamento pela PCF de cerca de 65 escravizados ao Barão de Boa Vista, entre 1866 e 1886. Durante esses vinte anos, parte dos cativos trabalhou nas fazendas de café desse barão no município de Bananal (RJ):

> Assim, terminado o prazo do contrato de arrendamento entre o Barão de Bela Vista e o Convento do Carmo de São Paulo que fora de vinte anos - 1866 a 1886 - os negros teriam retornado a São Roque onde se reuniram aos que ficaram na Fazenda de Sorocamirim, ali permanecendo até a abolição.
> (STUCCHI, Deborah. **Os pretos de Nossa Senhora do Carmo - estudo antropológico sobre uma comunidade remanescente de quilombo no município de São Roque/SP**. 2009. Laudo Antropológico n.01/2009. Ministério Público Federal, São Paulo, SP. p. 195).

Ironicamente, essa ausência marcou um sentimento de pertencimento ao território do Carmo. Para os cativos, o trabalho desempenhado seja em Sorocamirim ou em Bananal/RJ era ofício à Santa e o retorno ao Carmo, também. Alguns moradores do bairro informaram um

cativeiro intermediário de 18 meses em Bananal/RJ, devido ao pagamento da dívida da Santa, como relata o Informante nº 07, 78 anos, descrito no Laudo Antropológico:

> 'A santa teve que ir ao Bananal, pagar uma conta de 18 mil réis. Os escravos se reuniram nos cargueiros para viajar, velhos e crianças. A santa foi num cargueiro sozinha. Eles andaram durante 6 meses, trabalharam para pagar a conta da santa por mais 6 meses. Depois de paga a conta, os escravos voltaram com as famílias para o Carmo. Demoraram mais 6 meses para fazer a viagem de volta. Quando voltaram do Bananal foram pegos pelo feitor e aí foi que ficaram escravizados.
> STUCCHI, Deborah. **Os pretos de Nossa Senhora do Carmo - estudo antropológico sobre uma comunidade remanescente de quilombo no município de São Roque/SP**. 2009. Laudo Antropológico n.01/2009. Ministério Público Federal, São Paulo, SP. p. 193).

Em 2014, aconteceu o segundo evento (já relatado anteriormente), de marcação identitária como remanescentes de descendentes de quilombolas quando muitos desses descendentes resolveram realizar o percurso de retorno, reivindicando o direito à herança, ocupando uma parte da gleba do território quilombola e organizando a Associação do Território Quilombola do Bairro do Carmo (ATEQUIBACA), instituição mais recente de luta e reivindicação das terras da Santa. E, ao encontro dessa luta, o Iphan, em resposta ao requerimento emitido por essa associação, publicou em 2024, a seguinte Nota Técnica (nº99):

> ASSUNTO: Reconhecimento como patrimônio cultural da Casa-Grande, Senzala e Cemitério da Comunidade do Quilombo do Carmo, no município de São Roque-SP. REFERÊNCIA: Proc. 01506.000169/2024-17.

Indubitavelmente, o bairro do Carmo condensa elementos potentes ao desenvolvimento de estudos do meio acerca da presença escravista e suas resistências sociais e culturais ao sistema escravista em São Roque[34].

Patrimônio cultural como campo de aprendizagem

Neste momento, faremos uma breve reflexão acerca da educação patrimonial. Nas últimas décadas no Brasil, o tema passou por ressignificações consideráveis, publicações oficiais (especialmente IPHAN) e textos acadêmicos diversos mostram um deslocamento da instrumentalização à criticidade do processo educativo patrimonial, abandonando propostas de simples visitações aos centros históricos de cidades para uma concepção dialógica. Nessa vinculação entre criticidade e dialogia, cabe referência o trabalho de Átila Tolentino (2016), quando afirma que a educação patrimonial não é uma ação de alguém ungido de conhecimento transferindo aquilo que é importante como patrimônio, nesse sentido, ressalta:

> Como diante do trabalho com o patrimônio cultural exige-se conceber a dimensão política e reflexiva da educação, o primordial (...) é aguçar a reflexão crítica do educador (...) partem da concepção de que a educação patrimonial efetiva é dialógica, reflexiva e crítica, que contribui para a construção democrática do conhecimento e para a transformação da realidade, e não uma educação instrutivista, homogeneizadora e bancária (na acepção freiriana), a serviço da manutenção de um determinado status quo e de sistemas de dominação vigentes.
> TOLENTINO, Átila. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. IN: **Educação Patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas**. João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016. (Caderno Temático; 5) p. 46-47.

[34] A Associação do Território Quilombola do Bairro do Carmo (ATEQUIBACA) já recebe grupos de estudantes interessados em conhecer os locais que compõem esse território quilombola.

A educação patrimonial de base democrática encontra-se com a historicidade do estudo do meio já relatada nesta dissertação que favorece e convida às atividades extramuros, assim como, possibilita o desenvolvimento de uma educação (patrimonial) igualmente democrática.

A interdisciplinaridade e transversalidade, também já apontadas em momentos anteriores, são peças-chave para o êxito da educação patrimonial na contemporaneidade, tal como, o protagonismo dos sujeitos diante do patrimônio cultural. Dessa forma, constata Tolentino:

> [...] tanto no âmbito formal como no não formal da educação, defende-se que a educação patrimonial deve ser um processo transversal, não presa a uma determinada disciplina. Da mesma forma, a educação patrimonial é entendida como um elemento fundamental integrado às práticas cotidianas dos sujeitos, concebendo-os como protagonistas na construção e apropriação do seu patrimônio cultural, incentivando, assim, a participação social em todas as etapas de preservação dos bens e manifestações culturais.
> TOLENTINO, Átila. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. IN: **Educação Patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas**. João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016. (Caderno Temático; 5) p. 44.

Quando do desenvolvimento das pesquisas acerca dos territórios afros em São Roque deparamo-nos com uma grande variedade de patrimônios - desde tombados pelo Iphan à construções quilombolas centenárias em ruínas, passando por paisagens, até então, desprovidas de historicidade local, mas carregada de referências patrimoniais feudais (europeus). No entanto, o esforço empenhou-se em olhar criticamente aos quatro territórios e ressignificá-los. Não pelo fato, por exemplo, do Sítio Santo Antônio ter sido construído por bandeirantes e condicionar elementos católicos, mas também por ter sido local de uma importante revolta indígena no século XVII e por ter sua senzala queimada no final do século XIX - as pesquisas trazem outros eventos e sujeitos históricos ao encontro também de outros atores sociais da atualidade, mais plural e, - voltando ao argumento - mais democrático.

Recorrendo novamente à Tolentino, compreendemos:

> O patrimônio cultural, concebido como um elemento social inserido nos espaços de vida dos sujeitos, que dele se apropriam, deve ser tratado, nas práticas educativas, levando em conta a sua dimensão social, política e simbólica. Isso implica dizer que, nas ações educativas, o patrimônio cultural não pode ser tratado como pré-concebido, em que seu valor é dado *a priori*, cabendo ao indivíduo aceitar essa valoração e reconhecê-lo como parte de sua herança cultural. Além disso, nas práticas educativas que se pretendem dialógicas e democráticas, o patrimônio cultural concebido como um elemento social implica reconhecer o jogo de forças existentes no seu processo seletivo e até mesmo de sua apropriação, em que estão imbricados os conflitos e as divergências na permanente luta entre a memória e o esquecimento.
> TOLENTINO, Átila. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. IN: **Educação Patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas**. João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016. (Caderno Temático; 5) p. 44.

Por meio desse prisma mais amplo, as etapas e atividades de estudos do meio e suas aproximações com o patrimônio cultural e educação patrimonial foram idealizados, não como uma rígida metodologia, mas como um campo de aprendizagem em que o estudante tem a oportunidade de se relacionar com o campo do patrimônio cultural a partir e por meio de diversos estímulos.

Não propomos aos estudantes um escaneamento do patrimônio visitado, mas uma interação cognitiva, experimental, interpretativa, sensorial, afetiva e, tomando de empréstimo a análise realizada por Ulpiano Bezerra de Menezes ancorado na Constituição Federal de 1988 ao caracterizar os patrimônios intangíveis (uma das categorias de patrimônio cultural), afirmou: *como formas de expressão, modos de criar, fazer viver, os quais, porém, se examinarmos mais de perto, pressupõem múltiplos suportantes sensoriais, incluindo o corpo.* (MENEZES, 2009). E mais adiante atribui o “saber-fazer” do patrimônio cultural intangível como um conhecimento

corporificado (MENEZES, 2009). Corpo e patrimônio. Corpo e meio. É nessa relação e composição que defendemos as atividades extraclasses.

Junta-se a isso, à atribuição do patrimônio cultural como campo de aprendizagem, alarga-se, por conseguinte, às possibilidades de leituras patrimoniais. De acordo com (MENEZES, 2009) o campo do patrimônio cultural compõe-se, segundo dos seguintes valores: cognitivos, formais, afetivos, pragmáticos e éticos, no entanto, não existem isolados, mas agrupam-se de forma variada, produzindo combinações, recombinações, superposições, hierarquias diversas, transformações e conflitos. Transpondo essas características ao campo de aprendizagem em patrimônio cultural temos os mesmos valores e relações. Esses valores são:

> (...) mobilizados pelas sociedades, grupos sociais, comunidades, para socializar, operar e fazer agir suas ideias, crenças, afetos, seus significados, expectativas, juízos, critérios, normas (..)
> MENEZES, Ulpiano Bezerra de. "O campo do patrimônio cultural: Uma revisão de premissas". **Anais do Fórum Nacional do Patrimônio Cultural**: Sistema nacional de patrimônio cultural. Desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Ouro Preto, 2009. p. 32.

Dos valores mencionados, destacamos o ético, por considerá-lo soberano. O campo de aprendizagem não deve ultrapassar os limites da ética, considerando-o sua realização em um estado democratico de direito. Acerca do valor ético vinculado ao patrimônio cultural, temos:

> São aqueles associados não aos bens [culturais], mas às interações sociais em que eles são apropriados e postos a funcionar, tendo como referência o lugar do outro (...) se o direito à cultura é o direito à diferença, esta só tem legitimidade quando capaz de dialogar e produzir transformações mútuas.
> MENEZES, Ulpiano Bezerra de. "O campo do patrimônio cultural: Uma revisão de premissas". **Anais do Fórum Nacional do Patrimônio Cultural**: Sistema nacional de patrimônio cultural. Desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Ouro Preto, 2009. p. 37.

Defendemos o patrimônio cultural como campo de aprendizagem, tornando-se meio em um processo pedagógico dialógico e democrático como afirma TOLENTINO, 2016, ético na concepção de MENEZES, 2009, político na dimensão já mencionada por TOLENTINO, 2016 e eminentemente político, isto é, aquilo gerido e compartilhado pelos cidadãos, a coisa comum, de interesse público e por ser político, é uma arena de conflito, de confronto - de avaliação, valoração (MENEZES, 2009), valoração também salientada por TOLENTINO, 2016.

Portanto, cabe essa reflexão desafiadora aos professores e estudantes ao adentrarem no campo de aprendizagem do patrimônio cultural:

> Desse modo, a atividade no campo do patrimônio cultural é complexa, delicada e trabalhosa. Exige postura crítica e rigorosa. Exige capacidade de ir além de suas próprias preferências pessoais. Mas por isso também é tão fascinante e gratificante, pois estamos tratando, não de coisas, mas daquela matéria-prima - os significados, os valores, a consciência, as aspirações e desejos - que fazem de nós, precisamente, seres humanos.
> MENEZES, Ulpiano Bezerra de. "O campo do patrimônio cultural: Uma revisão de premissas". **Anais do Fórum Nacional do Patrimônio Cultural**: Sistema nacional de patrimônio cultural. Desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Ouro Preto, 2009. p. 38.

A intencionalidade pedagógica é provocar inquietação, reflexão e atribuir ao patrimônio cultural meio de aprendizagem protagonizado pelos interlocutores, isto é, professores e estudantes. Por essa ótica, as etapas e atividades de estudos do meio e suas aproximações com o patrimônio cultural e educação patrimonial foram idealizados, não como uma rígida metodologia, mas como um campo de aprendizagem (ver capítulo 3).

Capítulo 3: UMA PROPOSTA DE ESTUDO DO MEIO NAS SERRANIAS ESCRAVISTAS

"Não são alunos ou orientandos simplesmente,
são malungos de viagem, com quem o professor
vai aprendendo" (Robert Slenes)

Reunidas as informações indicativas sobre os temas que iremos analisar nesta dissertação, o objetivo deste terceiro capítulo é o de desenvolver o roteiro e atividades acerca do estudo do meio sobre o eixo temático da escravização, suas resistências e cultura afro-brasileira em São Roque, em diálogo com a educação patrimonial.

Esse roteiro destina-se aos docentes do Ensino Fundamental Anos Finais de História, especificamente aos do oitavo ano. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nesse ano curricular encontram-se como "Objetos do Conhecimento" os seguintes temas:

- A revolução dos escravizados em São Domingo e seus múltiplos significados e desdobramentos: o caso do Haiti. Este objeto articula-se com as habilidades "EF08HI10 - Identificar a Revolução de São Domingo como evento singular e desdobramento da Revolução Francesa e avaliar suas implicações" e com a "EF08HI11 - Identificar e explicar os protagonismos e a atuação de diferentes grupos sociais e étnicos nas lutas de independência no Brasil, na América espanhola e no Haiti".
- A tutela da população indígena, a escravidão dos negros e a tutela dos egressos da escravidão. Este objeto se vincula com a habilidade "EF08HI14 - Discutir a noção da tutela dos grupos indígenas e a participação dos negros na sociedade brasileira do final do período colonial, identificando permanências na forma de

preconceitos, estereótipos e violências sobre as populações indígenas e negras no Brasil e nas Américas".

- O escravismo no Brasil do século XIX: *plantations* e revoltas de escravizados, abolicionismo e políticas migratórias no Brasil Imperial. Esta temática articula-se com as habilidades "EF08HI19 - Formular questionamentos sobre o legado da escravidão nas Américas, com base na seleção e consulta de fontes de diferentes naturezas" e "EF08HI20 - Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas".
- Pensamento e cultura no século XIX: darwinismo e racismo. O discurso civilizatório nas Américas, o silenciamento dos saberes indígenas e as formas de integração e destruição de comunidades e povos indígenas. A resistência dos povos e comunidades indígenas diante da ofensiva civilizatória. Tais temas vinculam-se com a habilidade "EF08HI27 - Identificar as tensões e os significados dos discursos civilizatórios, avaliando seus impactos negativos para os povos indígenas originários e as populações negras nas Américas".
- O desenvolvimento desses Objetos do Conhecimento aproxima-se das Competências Específicas de Ciências Humanas para o Ensino Fundamental 1, 4, 6 e 7 da BNCC, a saber: **1.** Compreender a si e ao outro como identidades diferentes, de forma a exercitar o respeito à diferença em uma sociedade plural e promover os direitos humanos; **4.** Interpretar e expressar sentimentos, crenças e dúvidas com relação a si mesmo, aos outros e às diferentes culturas, com base nos instrumentos de investigação das Ciências Humanas, promovendo o acolhimento

> e a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza; **6.** Construir argumentos, com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, para negociar e defender ideias e opiniões que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental, exercitando a responsabilidade e o protagonismo voltados para o bem comum e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva; **7.** Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica e diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação no desenvolvimento do raciocínio espaço-temporal relacionado à localização, distância, direção, duração, simultaneidade, sucessão, ritmo e conexão.

O trabalho com esses Objetos do Conhecimento e das Competências Específicas de Ciências Humanas para o Ensino Fundamental 1, 4, 6 e 7 vinculam-se às Competências Gerais 1, 6 e 9 da BNCC, são elas: **1.** Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva; **6.** Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade; **9.** Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

Para concluir o balizamento legal desse roteiro de atividades, é fundamental lembrarmos ainda da lei 10.639 e das Diretrizes (apresentada no capítulo 2), que estabeleceu, a obrigatoriedade, do estudo da história da África e cultura afro-brasileira.

Diante disso, propomos que o estudo do meio nas Serranias Escravistas seja dividido em quatro etapas: A) Sítio Santo Antônio; B) Igreja São Benedito; C) Morro do Saboó e D) Quilombo do Carmo.

E, de acordo com a metodologia apresentada no primeiro capítulo, desenvolvemos o roteiro alicerçado em 1. Pré-estudo; 2. Estudo *in loco*; 3. Pós-estudo para cada uma das três etapas supracitadas.

Sugerimos, a seguir, um roteiro de vivências extraclasses nos territórios elencados anteriormente com objetivo de contribuir ao ensino de História, entretanto, é imperioso frisar: 1) A exploração desses territórios pela comunidade escolar frequentemente acaba por extrapolar a programação do roteiro, o que não deve ser visto como um problema, já que pode garantir ganhos substanciais de aprendizagem. Assim, a diretividade das atividades doravante expostas não se esgota nela, pelo contrário, abre potenciais trilhas investigativas que essa dissertação não alcança; 2): O percurso proposto é resultado das ações do professor-pesquisador. Nessa perspectiva, o educador-historiador deve estar aberto, - parafraseando Marc Bloch - à imprevisibilidade histórica e pedagógica, em outras palavras, à livre exploração, pois, esses são também caminhos para a aprendizagens.

Os espaços e eventos históricos expostos no capítulo 2 são poucos explorados pedagogicamente, em sala de aula, visando o conjunto de atividades extraclasses dar maior

visibilidade a novas interpretações (frequentemente restritas ao ambiente acadêmico) acerca dessas localidades.

O percurso de atividades extraclasse é resultado das reflexões desta dissertação de mestrado, que será confeccionado em forma de um livro/guia contendo as etapas, informações gerais e específicas dos locais a serem visitados e atividades propostas. A ideia é produzir um material com variada tipologia de informações, composto de mapas, textos, fotografias entre outros elementos gráficos, destinado aos professores. Apresento a seguir a estrutura e informações centrais que irão estar presente no roteiro de estudo do meio.

A. <u>Sítio Santo Antônio</u>

Essa propriedade está situada na estrada Mário de Andrade a 8 km do centro de São Roque. Trata-se de um ponto turístico de âmbito nacional, contando, inclusive, com visitação guiada opcional. Local de fácil acesso, é destino de grupos escolares, famílias e turistas em geral. O conjunto arquitetônico é composto de duas edificações (Casa de Morada e Capela) unidas por extenso gramado limitado à represa do córrego Boy-poruçuguaba.

Pré-estudo docente

É fundamental que os professores envolvidos realizem a visita prévia ao local para conhecer o espaço e definirem: a) a opção ou não pela visitação guiada; b) atividades; c) divisão dos grupos; d) ordenação de visitação; e) tipos de roupas; f) tempo de permanência; g) materiais.

Enfatizamos que os estudos do meio são, a rigor, interdisciplinares, por isso, quanto mais diversa for a equipe envolvida no pré-estudo docente, maior a possibilidade de compreender e entender o meio/território em sua complexidade. Assim, sugerimos a participação dos

professores de Artes, Geografia, Educação Física, Língua Portuguesa entre outros. No caso específico do professor de História, é preciso saber quais objetivos levam à visitação ao Sítio Santo Antônio. Há várias possibilidades de interação com esse território, acreditamos que, a partir dos elementos apresentados no capítulo 2, existem inúmeras perspectivas de abordagem com intuito de complexificar a história e a memória do local, especialmente naquilo que tange à resistência ao cativeiro.

Até a presente data, há um servidor público do Iphan que trabalha e mora no local, trata-se do senhor Paulo Severino que detém uma história de vida e de relação com o Sítio bem particular, seu pai fora morador e zelador da propriedade, ou seja, além de exercer a função pública, reside há muito tempo da localidade. Entrar em contato com ele e organizar uma roda de conversa entre os estudantes com esse funcionário no dia da visitação, pode ter ganhos significativos de aprendizagem.

Estudo prévio discente

A preparação proposta aos estudantes no âmbito da História, inicia-se com uma pergunta norteadora: Por que visitar o Sítio Santo Antônio? A partir disso, as pesquisas acerca dessa propriedade erigida no século XVII podem ser feitas em material previamente selecionado. Propomos duas aulas com as fontes presentes ou citadas no capítulo 2 e uma de socialização das pesquisas objetivando que os estudantes se apropriem da complexidade histórica circunscrita nessa localidade. Com esse conjunto de aulas, os estudantes terão conhecimentos históricos sobre a importância de visitar esse território. Nesse sentido, indicamos algumas possibilidades de trabalho, como ler, interpretar e analisar:

a) O Plano do Sítio Santo Antônio realizado pelo arquiteto e restaurador Luis Saia:

Figura 11: Planta baixa do Sítio Santo Antônio

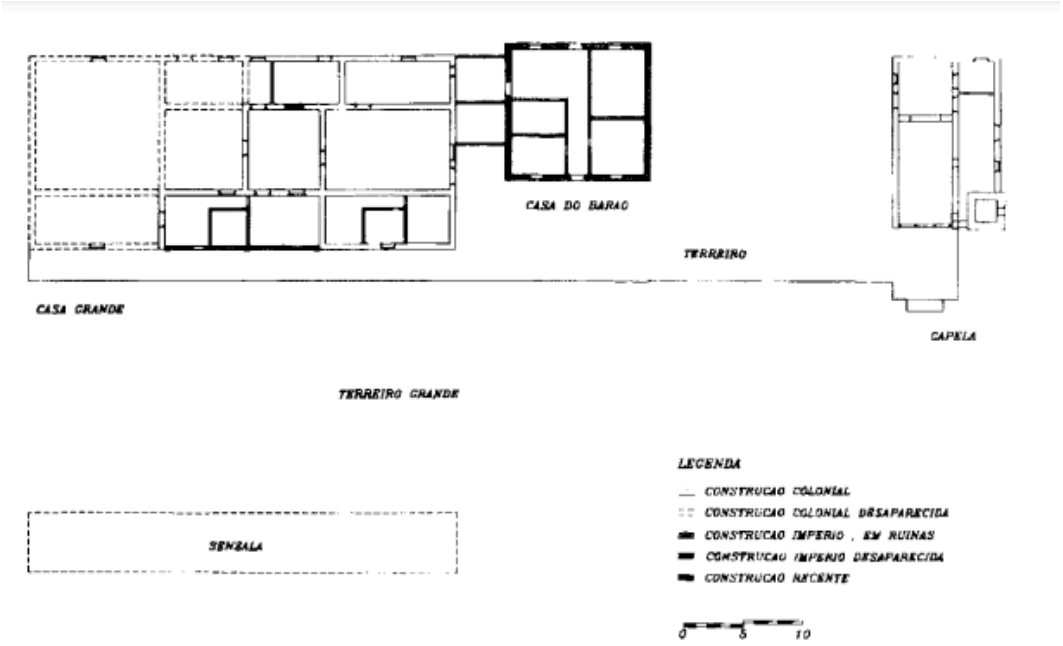


Fig. 1: Plano do sítio de Santo Antônio conforme desenho original de Luís Saia

Representação da planta baixa das edificações do Sítio Santo Antônio feita por Luís Saia, observamos a localização da senzala primitiva. Em frente da Casa do Barão, destruída no processo de restauro por não pertencer ao projeto inicial do século XVII, haviam as senzalas incendiadas em 1887. IN: ANDRADE, Mário. Capela de Santo Antônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 01, 1937, fig. 01.

b) Um trecho da dissertação de mestrado de Fausto Ferreira Sombra Junior demonstrando a intensa presença de africanos escravizados:

> E, por fim, confirmando e complementando a informação prestada por Mário de Andrade em seu artigo de 1937 acerca do relato dado por uma ex-escrava do Barão, Daniel Linguanotto, ratifica que tiveram a oportunidade de conversar com a mesma - Avelina Soares da Rosa. Na época esta senhora ainda morava numa "sitioca nas proximidades de Santo Antônio, com o seu segundo marido, Benedito Rodrigues da Conceição". Segundo seu depoimento, ela seria "filha e neta de escravos de Una", sendo comprada pelo Barão aos 11 anos e permanecendo com ele até a sua morte. A partir daí, todos os bens teriam ficado para os seus ex-escravos:
> *Já tinhamos sido alforriados fazia 4 anos, mas continuávamos trabalhando para ele. Cada um dos 70 escravos ganhou bastante para tocar a vida. Este sítio mesmo foi o Barão que me deu. Quando ele nos*

> *alforriou todos nós 'tomemos' o nome dele. Tudo ficou sendo fulano 'da Rosa'*.
> (SOMBRA JUNIOR, Fausto Ferreira. **Luís Saia e o restauro do sítio Santo Antônio: diálogos modernos na conformação arquitetônica paulista**. 2015. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015. 219-220. p.147.).

Figura 12: Avelina Soares ex-escravizada do Barão de Piratininga



Avelina Soares, ex-escrava [escravizada] do Barão, dec. 1940 IN: SOMBRA JUNIOR, Fausto Ferreira. **Luís Saia e o restauro do sítio Santo Antônio: diálogos modernos na conformação arquitetônica paulista**. 2015. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015. p.147.

c) Um excerto da dissertação de mestrado de Gustavo Velloso acerca da revolta de indígenas escravizados de 1652:

> [...] os índios (entre os quais Guayaná e Karijo) arrasaram as terras de Pedroso de Barros, destruíram sua casa e outros bens, ateando fogo em boa parte e tomando para si algumas coisas (instrumentos de ferro, pedaços de madeira, peças e panos, e outros "mimos e dádivas"). Assassinaram Pedroso de Barros e outros brancos, mataram todos os animais do sítio, comeram alguns e talvez até tenham devorado gente branca, incluindo nela o próprio senhor, possibilidade plausível pelo testemunho de Pedro vaz de Barros, irmão do falecido: "foi tanto o número de gentio que naquela ocasião acudiu a morte de seu amo e outros alheios que não deixaram cousa viva que não destruíssem,

> matassem e comessem por serem de seu natural daninhos. Outros índios, por sua vez, também perderam a vida na situação, alguns fugiram para o sertão e havia ainda aqueles que, segundo o relator, esconderam-se nas casas dos proprietários vizinhos. Dos indígenas sobreviventes, 323 permaneceram no sítio e/ou foram posteriormente encontrados e resgatados.
> (VELLOSO, Gustavo. **Ociosos e Sedicionários: populações indígenas e os tempos do trabalho nos Campos de Piratininga (século XVII)**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, Departamento de História, 2016. p. 207.).

d) A revelação do escritor Paulo Duarte sobre as esculturas confeccionadas por escravizados:

> Há pouco tempo, antes das chuvas, visitei adiante de São Roque, a capela Santo Antonio, acabada de construir em 1681 pelo paulista Fernão Paes de Barros. Acha-se na fazenda que pertence hoje um sitiante hespanhol, de nome Trujillo, homem hospitaleiro e que, na medida de posses conserva a pequena capella. Washington Luís visitando-a, há annos, dalli trouxe duas estatuas de madeira, especimes preciosos de esculpturam dos escravos, que se encontram hoje no Museu do Ipiranga.
> (DUARTE, Paulo. *Contra o Vandalismo e o Extermínio*. **O Estado de São Paulo**, 11 de junho de 1937. p.5.).

e) A definição de tombamento de Mario de Andrade:

> O critério tem de ser outro. Tem de ser histórico, e em vez de se preocupar muito com beleza, há de se reverenciar e defender especialmente as capelinhas toscas, as velhices dum tempo de luta e os restos de luxo esburacado que o acaso se esqueceu de destruir. (ANDRADE, Mário. Capela de Santo Antônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 01, 1937, p.119.).

Não é objeto dessa dissertação esmiuçar como a logística e infraestrutura será realizada, mas é uma etapa que deve ser organizada pelos professores, coordenadores e diretores com esmero, especialmente a parte legal, como as autorizações dos responsáveis[35].

[35] Essa informação é importante e válida para todos os outros destinos explorados nesta dissertação.

Estudo do meio – a vivência

Essa saída pedagógica está programada para ter a duração de um período, sugerimos a parte da manhã. O período da tarde será dedicado à visitação à Igreja São Benedito.

Recomendamos que ao chegar ao Sítio Santo Antônio, os estudantes não recebam orientações, deixando-os livres para observar, contemplar, investigar, para só depois dar início à visitação guiada. Indicamos que os estudantes acompanhem a monitoria programada e interajam com o profissional responsável pelo roteiro. A partir dessas duas ações propomos tais atividades *in loco*:

a) Registros fotográficos: é importante incentivar os estudantes a fotografarem o percurso, cenas, situações e impressões, com objetivo de expor essas fotografias no pós-estudo.

b) Registros escritos: estimular a escrita no decorrer do estudo do meio, como forma de reter e organizar informações (pode ser feito com caderno e lápis). Esse é um procedimento que tem como objetivo a participação ativa do estudante na visitação.

c) Interpretação de fontes primárias, historiográficas e jornalísticas: sugerimos que sejam levadas documentos e textos historiográficos (trabalhadas no pré-estudo) sobre o Sítio em cópias plastificadas, objetivando a realização de uma roda de conversa com os estudantes, para identificar as construções edificadas existentes e as destruídas.

d) Esboço da senzala: propor que delineiem um desenho de onde e como a senzala era antes de ser destruída, assim como, a edificação anexa à Casa de Morada que serviu de residência ao Barão de Piratininga.

e) Depoimentos visuais/orais: propomos aos estudantes que gravem pequenos depoimentos *in loco*, contendo suas impressões e sensações ao visitarem a localidade.

f) Roda de conversa: bate-papo entre os estudantes com o senhor Paulo Severino, funcionário do Iphan, lotado no Sítio Santo Antônio.

Frisamos que a condução do professor no território visitado ancorada nos estudos prévios tornam o aprendizado mais efetivo e uma forma de compreender a particularidade em estudar eventos históricos nos lugares em que ocorreram. Tal condução deve ser modulada no intuito de evitar o cerceamento extremo das observações espontâneas realizadas pelos alunos/as[36].

Figura 13 - Sítio Santo Antônio



Casa de Morada, à direita e Capela, à esquerda - fotografia tirada da localização da extinta senzala. Foto de Julio Schneider Neto, 2023.

[36] Essa orientação é importante e válida para todos os outros destinos explorados nesta dissertação.

Pós - estudo, a sistematização

De volta ao ambiente escolar, sugerimos a divisão da turma em pequenos grupos com a intenção de expor aos demais estudantes e comunidade escolar a vivência no Sítio Santo Antônio. Como culminância do pós-estudo, propomos a confecção de uma maquete - de preferência feita com materiais recicláveis -, juntamente com cartazes que narrem a experiência *in loco.*

Dessa forma, indicamos a organização das atividades:

a) Cartazes: intenciona-se que os estudantes elaborem cartazes com fotos, trechos dos depoimentos, esboços dos desenhos, folders, panfletos, documentos de época, trechos de textos históricos, "making off" da maquete entre outros materiais dispostos de maneira que o interlocutor consiga compreender o histórico do Sítio com a intermediação discente.

b) Maquete: os estudantes podem elaborar as construções existentes e projetar as que foram demolidas; confeccionar peças, esculturas, objetos que observaram ou pertenciam à propriedade. Indicamos a produção desse tipo de objeto com o intuito de concretizar a reflexão sobre o patrimônio, por exemplo: por que a Casa de Morada e Capela foram tombados e preservados, enquanto a Casa do Barão de Piratininga e senzala, demolidas? Quais seriam as disposições dentro das edificações dos objetos que desapareceram do sítio?

c) Monitoria: caso os visitantes da exposição necessitem de monitoria ou tenham questionamentos, sinalizamos a importância dos alunos estarem prontos para responder questões e explicar suas escolhas.

B. Igreja, Festa de São Benedito e Congadas

A seguir indicamos uma proposta de estudo do meio junto à Igreja São Benedito. Trata-se de um templo religioso localizado à Rua 15 de Novembro, 125. A edificação recebe com frequência grupos turísticos, pesquisadores, atrações culturais que fazem da igreja algo peculiar na região central da cidade. Local de fácil acesso, necessita de agendamento prévio de visitação, até a presente data uma das responsáveis pela agenda é a guia de turismo Adriana Boccato.

Pré-estudo docente

É fundamental que os professores envolvidos realizem a visita prévia ao local para: a) receberem visitação monitorada para conhecer as várias camadas de histórias da edificação; b) definirem atividades; c) propor divisão dos grupos; d) ordenação de visitação; e) tempo de permanência; g) materiais.

Enfatizamos novamente que os estudos do meio são, a rigor, interdisciplinares, por isso, quanto mais diversa for a equipe envolvida no pré-estudo docente, maior a possibilidade de compreender e entender o meio/território em sua complexidade. Assim, sugerimos a participação dos mesmos professores indicados no item pré-estudo docente do Sítio Santo Antônio (entre outros). No caso específico do professor de História, é preciso saber quais objetivos levam à visitação à Igreja São Benedito. Há várias possibilidades de interação com esse território, acreditamos que, a partir dos elementos apresentados no capítulo 2, existem inúmeras perspectivas de abordagem com intuito de complexificar a história e a memória do local, especialmente naquilo que tange às aproximações entre as várias interfaces religiosas e culturais congregadas ao longo do tempo nessa edificação - desde sua construção realizada por

escravizados até a permanência na atualidade da Festa de São Benedito, passando pelas extintas congadas.

Hoje, a senhora Wilma e Adriana Boccato, mãe e filha, respectivamente, protagonizam as atividades relacionadas à igreja. Ambas são muito solícitas e residem vizinhas à igreja. Entrar em contato e organizar uma roda de conversa entre elas e os estudantes podem trazer ganhos significativos de aprendizagem. Há também a historiadora e restauradora Magali Nogueira, profunda conhecedora sobre os assuntos relativos à igreja, propomos também uma conversa entre ela e os estudantes, com o intuito de enriquecer temas relacionados à preservação e ao restauro.

Em frente à igreja, localiza-se a praça Heitor Bocato, de um lado há um pequeno museu com equipamentos tipográficos antigos pertencentes ao *Jornal Democrata* (com sede vizinha a igreja) e do outro lado temos a agência dos Correios, portanto, o trânsito de pessoas nessa praça é intenso, possibilitando a interação dos estudantes com os transeuntes.

Estudo prévio discente

A preparação proposta aos estudantes no âmbito do componente curricular História, inicia-se com uma pergunta norteadora: Por que visitar a Igreja São Benedito? A partir disso, as pesquisas acerca dessa propriedade erigida no século XIX podem ser feitas em material previamente selecionado. No entanto, como vimos no capítulo 2, os materiais sobre a igreja são escassos, por isso, indicamos a leitura do capítulo: *Coisas D'antanho - as Congadas*, texto do livro *São Roque de Outrora* de autoria de Joaquim Silveira Santos, esse texto também fora publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, ambas edições indicadas na bibliografia. Projetamos uma aula para essa atividade e uma de socialização objetivando que os

estudantes se apropriem da complexidade histórica circunscrita nessa localidade juntamente com a elaboração de um conjunto de questões a serem levadas às pessoas que receberão os estudantes *in loco*.

Os professores podem explorar a área central da cidade tendo como ponto de partida a Igreja de São Benedito, especialmente projetando atividades na praça Heitor Penteado e como dito acima, possibilitando a interação dos estudantes com os transeuntes. Sugerimos que os discentes confeccionem uma enquete a ser realizada junto às pessoas que circulam pelo local, com perguntas que objetivem identificar qual relação e conhecimentos a população detém deste patrimônio religioso - entre outros assuntos que sejam definidos com a orientação dos professores.

Estudo do meio - a vivência

Essa saída pedagógica está programada para ter a duração de um período, sugerimos a parte da tarde (como dito acima o período da manhã deve ser reservado à visitação ao Sítio Santo Antônio). Como a Igreja São Benedito localiza-se na região central da cidade, sugerimos que ao terminar a visitação no Santo Antônio a turma seja dirigida até as proximidades da São Benedito, pois há uma oferta maior de paragem para alimentação, inclusive, sugerimos também, uma visitação pelas ruas centrais da cidade.

Recomendamos que ao chegar à Igreja São Benedito os estudantes não recebam orientações do docente responsável, deixando-os livres, durante um tempo, para a observação, contemplação, investigação. Em seguida, deve ser iniciada a visitação guiada, interagindo com o profissional responsável pelo roteiro. A partir dessas duas ações propomos tais atividades *in loco*:

a) Registros fotográficos: é importante incentivar os estudantes a fotografarem o percurso, cenas, situações e impressões, com objetivo de expor essas fotografias no pós-estudo.

b) Registros escritos: estimular a escrita no decorrer do estudo do meio, como forma de reter e organizar informações (pode ser feito com caderno e lápis). Esse é um procedimento que tem como objetivo a participação ativa do estudante na visitação.

c) Depoimentos visuais/orais: propomos aos estudantes que gravem pequenos depoimentos *in loco*, contendo suas impressões e sensações ao visitarem a localidade.

d) Roda de conversa: bate-papo entre os estudantes com as responsáveis pela visitação guiada. Também, é o momento de registrar as respostas das perguntas elaboradas no pré-estudo.

e) Depoimentos espontâneos / enquete: ao transitar pelos arredores da igreja, sugerimos que os estudantes façam entrevistas e apliquem a enquete (proposta no pré-estudo) junto aos transeuntes com a intenção de obter informações, conhecimentos, curiosidades acerca do templo, sobre a mudança do nome da rua, sobre as extintas congadas entre outros assuntos - estabelecendo um diálogo profícuo alicerçado na aprendizagem.

Figura 14 - Igreja São Benedito



Igreja São Benedito localizada na região central com grande circulação de pessoas, facilitando a interação social nas atividades de campo. Foto de Julio Schneider Neto, 2023.

Pós - estudo, a sistematização

De volta ao ambiente escolar, indicamos a organização dessas atividades:

a) Trabalho individual: elaboração de um texto autoral a partir da vivência e experiência obtidas no decorrer da visitação à Igreja São Benedito e arredores. A forma desse texto vai depender dos objetivos de aprendizagens determinados pelos docentes, no entanto, sugerimos que esse texto traga à tona as inquietações dos estudantes, não simplesmente

um relatório de visita. Deve-se, portanto, aguçar a criatividade discente fomentando-os à confecção de contos, poemas, crônicas, ficções, distopias, entre outros gêneros.

b) Trabalho coletivo: confecção do bolo de São Benedito. A partir da apropriação da receita desse bolo cuja trajetória chegou aos dias atuais e que é servido durante a festa, indicamos que os estudantes se reúnam em pequenos grupos e o façam para ser servido à comunidade escolar.

c) Apresentação (Sarau): organização de atividade aberta à comunidade em que os estudantes leiam, recitem, interpretem seus textos autorais e que seja servido o bolo de São Benedito.

C. Morro do Saboó e a Insurreição de Escravizados de 1854

A seguir apresentamos uma proposta de estudo do meio para o Morro do Saboó. Essa elevação montanhosa com cerca de mil metros de altitude, destaca-se na paisagem da região, sendo local de visitas por acampantes, religiosos e por turistas em geral. Distante 13 km do centro de São Roque, para chegar ao cume, é necessário fazer uma trilha de média intensidade.

Pré-estudo docente

É fundamental que os professores envolvidos realizem a visita prévia ao local para decidirem: a) lugar de desembarque; b) pausas intermediárias; c) tipos de roupas; d) tempo de permanência; e) divisão dos grupos; f) quantidade de estudantes por vez no cume; g) materiais. É fundamental ainda elaborar as atividades e dinâmicas que serão propostas e desenvolvidas pelos estudantes. Como a trilha é longa, é necessário planejar etapas intermediárias de estudos.

Importante destacar que os estudos do meio são, a rigor, interdisciplinares, por isso, quanto mais diversa for a equipe envolvida no pré-estudo docente, maior a possibilidade de

compreender e entender o meio/território em sua complexidade. Assim, sugerimos a participação dos professores de Geografia, Ciências, Educação Física, entre outros. No caso específico do professor de História, é preciso saber que o objetivo central da visitação ao Morro do Saboó deve-se às relações existentes entre essa formação geológica com a Insurreição de 1854. No entanto, a presença de um castelo edificado com arquitetura medieval, vai aguçar a curiosidade dos professores e dos estudantes. Acreditamos que tais indagações possam ser trabalhadas no pós-estudo.

Estudo prévio discente

A preparação proposta aos estudantes no âmbito da História, inicia-se com uma pergunta norteadora: Por que visitar o Morro do Saboó? A partir disso, as pesquisas acerca dessa formação geológica podem ser feitas em material previamente separado. Propomos duas aulas com as fontes presentes ou citadas no capítulo 2 e uma de socialização das pesquisas objetivando que os estudantes se apropriem da complexidade histórica circunscrita nessa localidade. Com esse conjunto de aulas, os estudantes terão conhecimentos históricos sobre a importância de visitar esse território. Nesse sentido, indicamos algumas possibilidades de trabalho, como ler, interpretar e analisar:

a) Trechos do jornal Correio Paulistano sobre o plano de sedição de 1854:

> Descobrio-se um plano de insurreição em S. Roque, que segundo corre o plano, se ramificava por Sorocaba, Una, Campo Largo, Araçariguama e Itú.
> A delegacia já fez prisões, e instaura processos.]
> Marcharam da capital 10 praças, commandadas por um official.
> Esperamos a carta do nosso correspondente[37] em S. Roque, que nos orientará detalhadamente.
> CORREIO PAULISTANO. N.24 (24/07/1854) p.4.

[37] Sabe-se que o influente político e deputado provincial são-roquense - Barão de Piratininga - era um dos correspondentes desse periódico.

E:

> À cadêa se acha apinhada de presos; muitas escoltas partem em todas as direcções, e a cada momento chegam novos inquilinos à casa barata do carcereiro, que por certo ainda hontem não esperava ser honrado com tantas visitas.
> Cumpre que sem mais demora dêmos a razão a todo este movimento.
> D'algum tempo a esta parte começou a propalar-se vagamente, que nas immediações d'esta villa, em noites e lugares indeterminados, se fasiam grandes reuniões d'escravos e de pessoas livres.
> O digno delegado de policia procedeu às necessárias indagações policiais com toda a circumspecção, mas pouco facto colheu das suas pesquisas, porque tudo se envolvia nas trévas do mysterio.
> Na noite de 18 do corrente uma caso feliz levou trez homens que procuravam dous escravos ao Engenho da Sra. D. Anna Theresa, e ahi foram persentidos por sentinella, que guardava a porta do templo - onde a grande ordem celebrava uma de suas sessões.
> Um grito de - mata caboclo! - quebrou pavorosamente a solidão da noite.
> No mesmo instante esse brado de morte foi respondido por vozes numerosas, e um enxame de captivos e livres accometteu de facca em punhos aos tres temerarios. que foram perseguidos com tenacidade, e que devem a vida às brumas da noite e ao cebo das canellas.
> Informado d'este facto o digno delegado de policia, decretou hoje a prisão dos indiciados, e tem conseguido muito, graças á coragem e dedicação geral que tem encontrado n'este povo, que hoje se há coberto de gloria, expondo sua vida com heroico denodo para salvar a ordem publica.
> Tendo um dos presos revelado o lugar em que se achava occulto perto desta villa o preto forro de nome José, morador em Sorocaba, e que é o grão mestre da associação, dirigiu-se para ali uma escolta, que conseguiu captural-o depois de porfiada e perigosa luta.
> (CORREIO PAULISTANO N.26 (26/07/1854) p.2/3.

E:

> ...promete aos irmãos em um futuro não remoto.
> 'Que gosarão de liberdade pela morte de seus senhores."
> 'Que possuirão grandes riquezas.'
> 'Que seus senhores não terão animo de castigal-os.'
> 'Que nem ferro, nem ballas callarão em seus corpo'
> (CORREIO PAULISTANO N.27 (27/07/1854) p.3)

b) Excerto da to texto de Luis Alberto Couceiro e a relação da insurreição como o Morro do Saboó (Montanha do Sabão):

> ...Segundo um morador, “as primeiras impressões visuais do dr. Roth, acerca da configuração da Montanha do Sabão, apontavam para uma vasta riqueza mineral”. Tal montanha era de “formato piramidal, e de seu topo podia-se ver as povoações de Sorocaba, Itu, Araçá e São Roque”.
> [...]
> Em sua expedição, o dr. Roth, escoltado por alguns praças, encontrou no cume da montanha uma pequena construção, com “mais de 300 espingardas, e alguns objetos estranhos, tais como dentes de cobra e patuás”. Assim, foi “descoberta mais uma parte das armas que os Filhos das Trevas” diziam possuir – e que muitas autoridades locais haviam acreditado serem imaginárias – “muito mais do que a própria Guarda Nacional, agentes de polícia, senhores de escravos e comerciantes somados possuíam” nas redondezas. A localização do paiol de armas obedecia, ao que parecia, “a uma estratégia de observação de todos os que Pai Gavião havia prometido atacar” [ou seja] “todos os brancos” [daquela região]. Do cume da montanha, os escravos poderiam observar a movimentação cotidiana dos moradores das cidades, dos grupos armados, para, enfim, decidirem a melhor estratégia de ataque. “Desta forma, poderiam tomar de assalto toda a região.
> (COUCEIRO, Luiz Alberto. **Acusações de feitiçaria e insurreições escravas no sudeste do Império do Brasil**. Afro-Ásia, nº 38, 2008, p. 224).

Estudo do meio - a vivência

Essa saída pedagógica está programada para ter a duração de um dia. Como a trilha até o cume é longa, as atividades intermediárias devem ser feitas a partir de perguntas disparadoras a exemplo de: Onde possivelmente estavam guardadas as 300 espingardas da insurreição? Também é fundamental estimular os estudantes a criarem hipóteses sobre os caminhos, rotas e destinos percorridos pelos escravizados e pelos agentes públicos, assim como indagá-los sobre a importância dessa localidade como patrimônio natural e paisagístico. É importante ainda refletir de que maneira a Insurreição de 1854 transformou o Saboó em um espaço de memória contra a escravização e em patrimônio de resistência contra o escravismo.

Nesse sentido, propomos as seguintes atividades *in loco*:

a) Registros fotográficos: é importante incentivar os estudantes a fotografarem o percurso, cenas, situações e impressões, com objetivo de expor essas fotografias no pós-estudo.

b) Registros escritos: estimular a escrita no decorrer do estudo do meio, como forma de reter e organizar informações (pode ser feito com caderno e lápis). Esse é um procedimento que tem como objetivo a participação ativa do estudante na visitação.

c) Interpretação de fontes primárias: sugerimos que sejam levadas algumas das fontes primárias (trabalhadas no pré-estudo) sobre a Insurreição de 1854 em cópias plastificadas, objetivando a realização de uma roda de conversa com os estudantes, para identificar as cidades nelas citadas e o quão estratégico era o lugar para o êxito do levante.

d) Esboço da paisagem: a vista da paisagem a partir do Morro do Saboó é impactante, por isso, propomos que em algum momento, esses estudantes munidos de papel e lápis, construam um esboço dessa paisagem, com os caminhos, rotas e destinos percorridos pelos escravizados e pelos agentes que deflagraram o local, inclusive concebendo como e onde seria a choupana que armazenava as armas.

e) Depoimentos visuais/orais: propomos aos estudantes que gravem pequenos depoimentos *in loco*, contendo suas impressões e sensações ao visitarem a localidade.

Figura 15 - Trilhas do Morro do Saboó



Local de eventual parada intermediária antes de seguir ao cume ao Morro do Saboó, percebemos diversas trilhas que levam a vários lugares da elevação montanhosa. Foto de Julio Schneider Neto, 2022.

Pós - estudo, a sistematização

De volta ao ambiente escolar, sugerimos a divisão da turma em pequenos grupos com a intenção de expor aos demais estudantes e comunidade escolar a vivência no Morro do Saboó. Propomos uma mostra acerca desse estudo do meio, com as seguintes ações aos grupos:

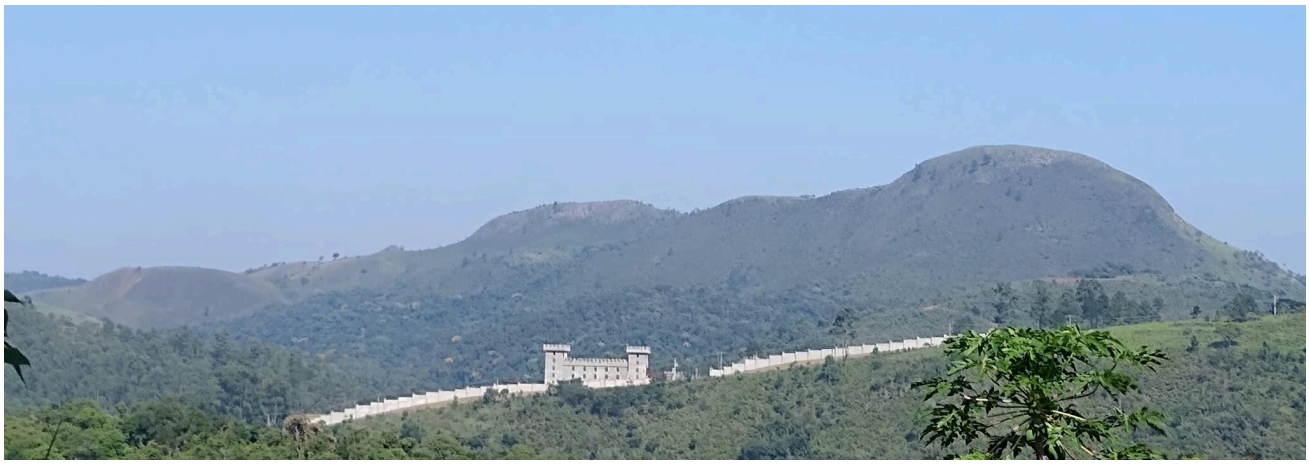
a) Sob coordenação do professor de História, organiza-se uma roda de conversa sobre o castelo medieval (mencionado no item: pré-estudo docente). Essa construção chamará a

atenção dos estudantes pelo destaque que ocupa na paisagem, ela é um empreendimento turístico, com o objetivo de:

> [...] reunir a história em um ambiente totalmente medieval. O espaço vai servir como museu, restaurante medieval, espaço para eventos e além disso, nossos visitantes vão poder se sentir no antigo mundo alugando trajes antes de entrar no castelo. De fato não está bem definido o que vai ser o castelo, mas de uma coisa sabemos, vamos fazer história! (Disponível em:http://ocastelo.com.br/#empresa. Acesso em 10 jul. 2023).

Esse empreendimento possivelmente vai constar em boa parte das fotografias, dada a posição de destaque que ele tem no cenário local. Reproduzimos a seguir uma fotografia da referida paisagem:

Figura 16 - Morro do Saboó e castelo medieval



Vista panorâmica do Morro do Saboó e avistamos um castelo de arquitetura medieval. Foto de Julio Schneider Neto, 2024.

Nesse momento do pós-estudo, os estudantes já reconheceram a importância do Saboó como espaço de memória e de resistência contra a escravização e que aos pés desse morro há a construção de um elemento da cultura medieval europeia, que a rigor não tem sintonia histórica com o território. Intenciona-se nessa atividade debater como uma memória local, vinculada à

escravidão é parcamente publicizada, enquanto a memória medieval é deslocada anacronicamente com o objetivo de vivenciar uma história em um território não medieval. Munidos dessa argumentação, os estudantes, podem dialogar com os visitantes da mostra sobre essa temática patrimonial.

b) Confecção de um cartaz (banner) explicativo sobre o Morro do Saboó e da Insurreição de Escravizados de 1854;
c) Organização de uma exposição dos esboços realizados *in loco*;
d) Seleção de fotos e organização de uma exposição fotográfica (impressa ou uma apresentação em slides);
e) Edição e apresentação dos depoimentos visuais/orais dos estudantes.
f) Elaboração de um cartaz apresentando a problemática do espaço de memória de resistência contra a escravização em contraposição ao espaço de memória medieval, sugerido no item a.

D. <u>Quilombo do Carmo</u>

A seguir indicamos uma proposta de estudo do meio destinado ao Quilombo do Carmo. Esse território quilombola localizado no bairro de mesmo nome, localiza-se a 22 km do centro da cidade. Trata-se de uma comunidade com vários espaços de visitação descritos no capítulo 2 e até a presente data a Associação do Território Quilombola do Bairro do Carmo (ATEQUIBACA) conta com receptivo e visitação guiada.

Pré-estudo docente

É fundamental que os professores envolvidos realizem a visita prévia ao local para conhecer os espaços, comunidade, lideranças e definirem: a) percurso - por se tratar de vários locais de visitação; b) atividades; c) divisão dos grupos; d) ordenação de visitação; e) tipos de roupas; f) tempo de permanência; g) materiais.

Enfatizamos que os estudos do meio são, a rigor, interdisciplinares, por isso, quanto mais diversa for a equipe envolvida no pré-estudo docente, maior a possibilidade de compreender e entender o meio/território em sua complexidade. Assim, sugerimos a participação dos professores de Artes, Geografia, Educação Física, Língua Portuguesa entre outros. No caso específico do professor de História, é preciso saber quais objetivos levam à visitação à Comunidade Quilombola do Carmo. Há várias possibilidades de interação com esse território, acreditamos que, a partir dos elementos apresentados no capítulo 2, existem inúmeras perspectivas de abordagem com intuito de complexificar a história e a memória do local, especialmente naquilo que tange à resistência e memória ao cativeiro e a cultura afro-brasileira.

Atualmente o presidente da Associação do Território Quilombola do Bairro do Carmo (ATEQUIBACA), o Sr. Isaque da Cruz, é também um dos responsáveis pelo receptivo e monitoria, que por se tratar de grupos escolares, é obrigatória. Essa etapa preparatória do estudo é fundamental para que o corpo docente defina junto com a monitoria as abordagens significativas à aprendizagem.

Uma das possibilidades é prospectar a Escola Municipal de Ensino Fundamental Rabindranath Tagore Dos Santos Pires, localizada no centro do bairro, objetivando fazer um intercâmbio entre os estudantes visitantes com aqueles que estudam no território quilombola. Os

professores podem promover uma comunicação entre eles, culminando na visita à escola no decorrer da visitação ao Carmo. Essa comunicação pode ser feita via carta, estimulando os estudantes na prática da escrita.

Estudo prévio discente

A preparação proposta aos estudantes no âmbito da História, inicia-se com uma pergunta norteadora: Por que visitar o Quilombo do Carmo? A partir disso, as pesquisas acerca desse território nascido no século XVIII podem ser feitas em material previamente selecionado. Projetamos quatros aulas para essa atividade e uma de socialização objetivando que os estudantes se apropriem da complexidade histórica circunscrita nessa localidade, com esse conjunto de aulas, os estudantes terão conhecimentos históricos sobre a importância de visitar esse território. Propomos ações com as fontes presentes ou citadas no capítulo 2. No entanto, indicamos, a seguir, possibilidades de trabalho:

a) Ler, interpretar e analisar os seguintes trechos do Laudo Antropológico referenciado na bibliografia:

1) Sobre a aquisição da fazenda pela Província Carmelita Fluminense:

> A Fazenda do Carmo ou Sorocamirim figura entre os bens da Província Carmelitana Fluminense, tendo-se originado, no século XVIII, a partir de duas outras propriedades. Uma parte - a metade - fora doada em 1727 pelo Padre José Machado, que" entrou e professou nesta Religião", e outra metade fora doada por escritura confirmada em testamento, no ano de 1736, por Belchior Borba Paes, mediante o pagamento de sessenta missas [...].
> (STUCCHI, Deborah. **Os pretos de Nossa Senhora do Carmo - estudo antropológico sobre uma comunidade remanescente de quilombo no município de São Roque/SP**. 2009. Laudo Antropológico n.01/2009. Ministério Público Federal, São Paulo, SP. p. 89).

2) Sobre a quantidade de escravizados na Fazenda Sorocamirim (Fazenda do Carmo) no decorrer do século XIX:

> Em 1858 os escravos da Santa somavam 1476, montante este avaliado em 662:740$000. Destes, 513 cativos estavam em terras do Rio de Janeiro, 200 no Pará, 80 no Espírito Santo e 683 em São Paulo. No relatório do ano em questão, Sorocamirim aparece com 100 escravos que valiam 40:000$000, enquanto as terras da fazenda valiam 2:000$000. Essa tendência se aplicava às outras fazendas também, que em geral valiam menos que os escravos que a ocupavam. STUCCHI, Deborah. **Os pretos de Nossa Senhora do Carmo - estudo antropológico sobre uma comunidade remanescente de quilombo no município de São Roque/SP**. 2009. Laudo Antropológico n.01/2009. Ministério Público Federal, São Paulo, SP. p. 96.

3) Sobre as particularidades da escravização na Fazenda do Carmo de acordo com o ofício recebido pelo prefeito do Inspetor de Quarteirão, em 24 de março de 1836:

> [...]que mandei avisar o feitor da Fazenda do Carmo do Bairro de Sorocamirim para a factura do caminho; respondeo o feitor que nada obedece sem ordem do Reverendo Prior. Por esta ocasião participo Vossa Excelência que naquela Fazenda se achão acoutados alguns indivíduos forros e captivos que tendo feito alguns roubos pelas vizinhanças e já se vão alongando até o povoado; e até os escravos da mesma fazenda respondem que ali não consentião chegar próximo quem vá destinado a fazer prisão; enquanto até naquela Fazenda se estão refugiando indivíduos que se pretendia recrutar porque estavão em muito boas circunstâncias; pelo aspecto que apresenta aquela fazenda logo se constitui um formidável Quilombo, bastantemente fructtoso de sucesso pella aparição em que está que não se poderão attacar com pouca gente.
> (Documento pertencente ao Arquivo do Estado de São Paulo, transcrito em: STUCCHI, Deborah. **Os pretos de Nossa Senhora do Carmo - estudo antropológico sobre uma comunidade remanescente de quilombo no município de São Roque/SP**. 2009. Laudo Antropológico n.01/2009. Ministério Público Federal, São Paulo, SP. p. 117).

4) Sobre a liturgia da procissão da Festa do Carmo que ocorre em 16 de julho:

> A festa de homenagem à Santa atualmente se dá no domingo posterior ao seu dia, quando este é comemorado em dia útil. É no dia da Festa Grande que acontece a missa solene e a procissão completa, com os 27

> santos, carregados em andores enfeitados por seus responsáveis ou por pagadores de promessas.
> A Ordem de saída dos andores seguida em todas as Procissões em homenagem a Nossa Senhora do Carmo é a seguinte: 1° São Benedito, 2° Nossa Senhora Aparecida, 3º São Judas Tadeu, 4° Nossa Senhora das Dores, 5° Sagrado Coração de Jesus, 6° Nossa Senhora de Fátima, 7° São Jorge, 8° Nossa Senhora de Monte Serrat, 9° Bom Jesus, 10° Santa Catarina, 11° Divino Espírito Santo, 12° Santa Rita, 13° São Sebastião, 14° Nossa Senhora das Graças, 15° Santa Edwiges, 16° Santo Antônio, 17° Santa Carmem, 18° Santo Expedito, 19° Nossa Senhora do Rosário, 20° São José, 21° Nossa Senhora da Conceição, 22° Frei Galvão, 23° Arcanjos, 24° Santa Teresinha, 25° Nossa Senhora do Carmo.
> (STUCCHI, Deborah. **Os pretos de Nossa Senhora do Carmo - estudo antropológico sobre uma comunidade remanescente de quilombo no município de São Roque/SP**. 2009. Laudo Antropológico n.01/2009. Ministério Público Federal, São Paulo, SP. p. 45).

5) Sobre a formação da Fazenda Icaraí no território quilombola:

> O primeiro proprietário da fazenda Icaraí e mais lembrado pelos informantes do Carmo, embora não o mais antigo, é Antônio Xavier de Lima Sobrinho, conhecido como Antônio Chato, casado com Maria Custódia de Moraes no final do século XIX. Maria Custódia de Moraes é filha de Joaquim Firmino de Morais, referido pelos atuais descendentes como Firminão, fazendeiro, proprietário de escravos de origem portuguesa, que adquiriu terras pertencentes à Fazenda do Carmo em data imprecisa, mas que, em 1872, consta do livro de batismos da Paróquia de São Roque como proprietário de escravas que tiveram filhos a partir de 28.09.1871, quando editada a Lei n°2050, do Ventre Livre.
> (STUCCHI, Deborah. **Os pretos de Nossa Senhora do Carmo - estudo antropológico sobre uma comunidade remanescente de quilombo no município de São Roque/SP**. 2009. Laudo Antropológico n.01/2009. Ministério Público Federal, São Paulo, SP. p. 276).

6) Sobre o arrendamento de escravizados à Bananal (SP) para trabalharem na lavoura de café:

> Assim, terminado o prazo do contrato de arrendamento entre o Barão de Bela Vista e o Convento do Carmo de São Paulo que fora de vinte anos - 1866 a 1886 - os negros teriam retornado a São Roque onde se

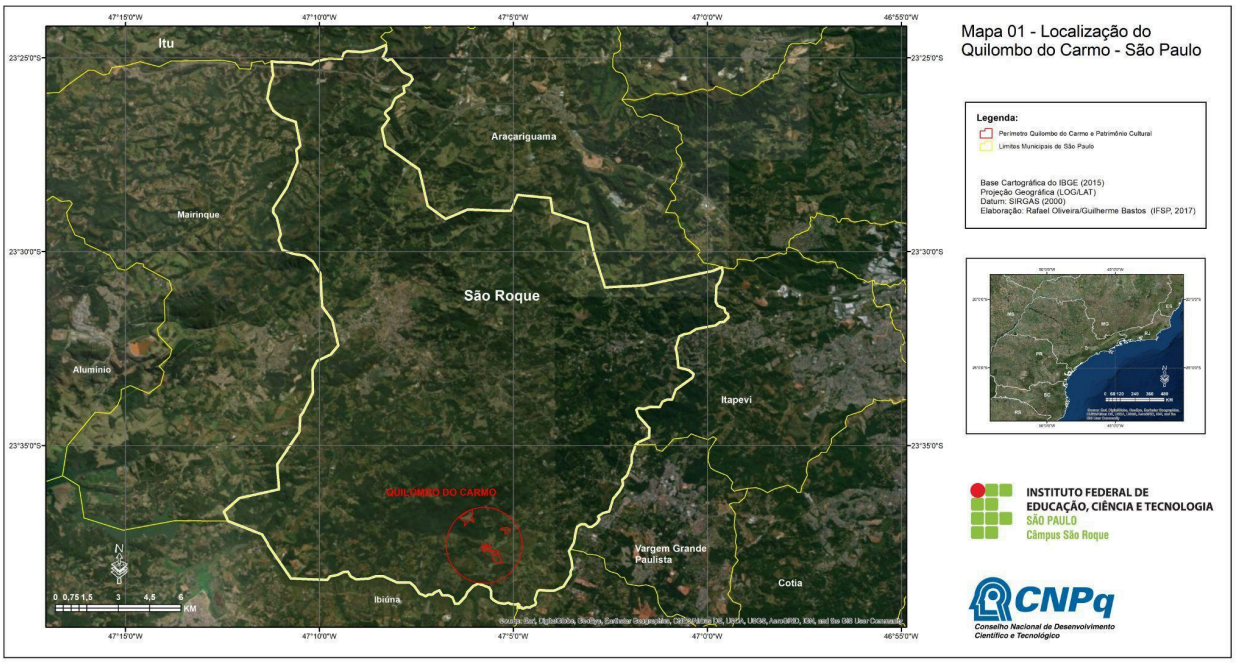
> reuniram aos que ficaram na Fazenda de Sorocamirim, ali permanecendo até a abolição.
> (STUCCHI, Deborah. **Os pretos de Nossa Senhora do Carmo - estudo antropológico sobre uma comunidade remanescente de quilombo no município de São Roque/SP**. 2009. Laudo Antropológico n.01/2009. Ministério Público Federal, São Paulo, SP. p. 195).

E

> 'A santa teve que ir ao Bananal, pagar uma conta de 18 mil réis. Os escravos se reuniram nos cargueiros para viajar, velhos e crianças. A santa foi num cargueiro sozinha. Eles andaram durante 6 meses, trabalharam para pagar a conta da santa por mais 6 meses. Depois de paga a conta, os escravos voltaram com as famílias para o Carmo. Demoraram mais 6 meses para fazer a viagem de volta. Quando voltaram do Bananal foram pegos pelo feitor e aí foi que ficaram escravizados.
> STUCCHI, Deborah. **Os pretos de Nossa Senhora do Carmo - estudo antropológico sobre uma comunidade remanescente de quilombo no município de São Roque/SP**. 2009. Laudo Antropológico n.01/2009. Ministério Público Federal, São Paulo, SP. p. 193).

b) Também como atividade prévia, sugerimos aos professores que trabalhem com o artigo de Guilherme Jeremias de Oliveira Bastos e o de, Rafael Fabrício de Oliveira. *Patrimônio cultural do Quilombo do Carmo: demarcado no território a memória a partir da cartografia social*. O objetivo é expor os alunos em contato com uma cartografia social desenvolvida no Carmo, dessa forma, os estudantes podem ir a campo compreendendo em parte a complexidade histórica a ser explorada. A seguir, reproduzimos os mapas contidos no artigo supracitado:

Mapa 01 - Localização do Quilombo do Carmo - São Roque/SP

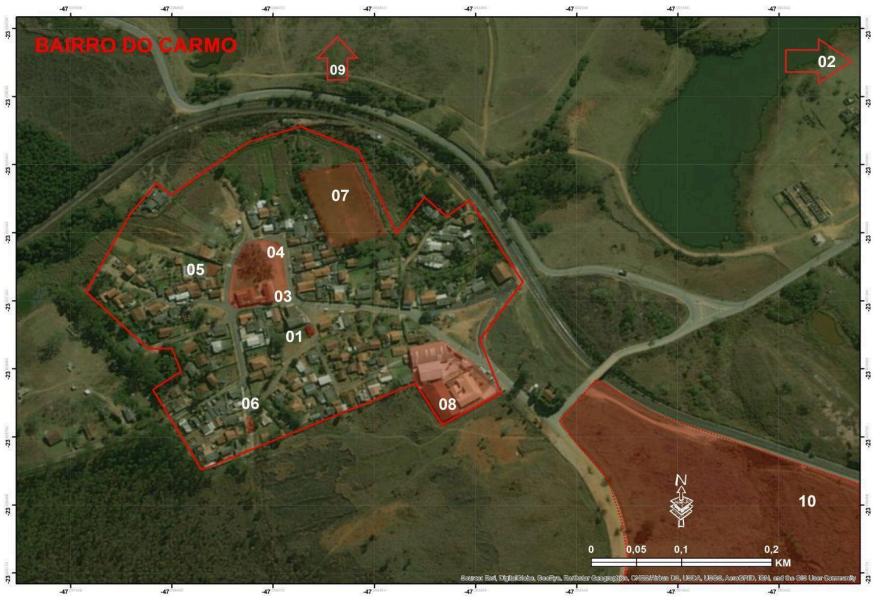


Mapa 02 - Localização do Patrimônio Material - Quilombo do Carmo



01 Cadeia do Carmo	Entrada do Bairro do Carmo	Área simbólica da repressão, dos castigos e atos disciplinares. Em condição de desaparecimento.
02 Casa Grande e Senzala	Limites da Entrada do Carmo e Serrinha	Ruínas da antiga propriedade-sede da Ordem Carmelita. Outros usos ao longo dos anos. Em condição de desaparecimento.
03 Capela de N. S. do Carmo	Centro do Bairro do Carmo	Patrimônio religioso do Quilombo, rodeado por um conjunto de habitações, bares e um mercadinho.
04 Largo de N. S. do Carmo	Centro do Bairro do Carmo	Espaço público, gramado, em frente à igreja de N. S. do Carmo. Espaço de encontro, passagem e festas, muito presente na memória da população.
05 Cemitério dos Escravos	Desconhecido	Antigo cemitério desativado, ainda não localizado precisamente.
06 Pedra Balão da Mata	Nas adjacências da Estrada do Carmo, área de topo e de interesse ambiental	Área de refúgio, descrita pelos remanescentes como espaço de fuga dos escravos quando da opressão e perseguições. Difícil acesso ainda nos dias atuais, pela mata e por ser o ponto mais alto da região (1045m).
06 Cruzeiro do Carmo	Nos limites, ao alto do bairro, sentido Leste	Cruz de madeira afixada nos limites do bairro, evidenciando a religiosidade/devoção católica da população local.
07 Campo de Futebol	Área de várzea, rodeada por casas próximo ao centro do bairro	Espaço de lazer, prática do futebol de várzea e atividades de entretenimento pela população local.
08 Escola e Posto de Saúde do Carmo	Na entrada do Bairro pela Estrada do Carmo, conjunto de Creche, pré-escola, escola e posto de saúde.	Serviços de educação e saúde do município de São Roque prestados à população. Elementos centrais da comunidade, com ponto de ônibus, telefone público e prestação de serviços básicos.
09 Ruínas do Carmo	Áreas ainda em fase de identificação, nos limites do bairro	Pelourinhos, vestígios da antiga ocupação Carmelita e escrava no local. Ainda em fase de identificação, nos limites com o município de Vargem Grande Paulista (IMSP).
10 Bosque e Ocupação	Ocupação, próxima ao condomínio e o edifício da empresa de telefonia.	Patrimônio contemporâneo, símbolo da luta quilombola na região e Estado de São Paulo. Espaço coletivo, hortas e bosque no fundo de vale.

Quadro 01: Levantamento do Patrimônio Material do Quilombo do Carmo.

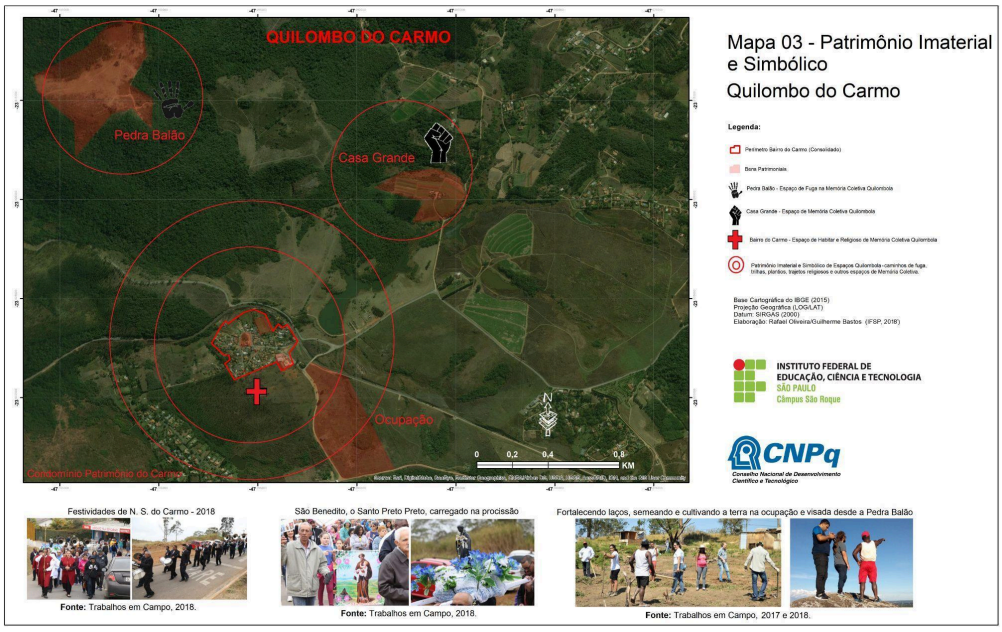


01 - Cadeia do Carmo	**Entrada do bairro do Carmo**	**Área simbólica da repressão, dos castigos e dos atos disciplinares. Em condição de desaparecimento.**
02 - Casa Grande e Senzala	**Limites da estrada do Carmo e Serrinha**	**Ruínas da antiga propriedade sede da Ordem Carmelita *(Fazenda Icaraí, segundo análise encontrada no Laudo Antropológico)*. Outros usos ao longo dos anos. Em condição de desaparecimento.**
03 - Capela N. S. do Carmo	**Centro do bairro do Carmo**	**Patrimônio religioso do Quilombo, rodeado por um conjunto de habitações, bares e um mercadinho.**
04 - Largo de N. S. do Carmo	**Centro do bairro do Carmo**	**Espaço público, gramado em frente a igreja N. S. do Carmo. Espaço de encontro, passagem, e festas, muito presente na memória da população.**
05 - Cemitério dos Escravos (*sic*)	**Desconhecido**	**Antigo cemitério desativado, ainda não localizado precisamente**
06 - Pedra Balão da Mata	**Nas adjacências da Estrada do Carmo, área de topo e interesse ambiental**	**Área de refúgio, descrita pelos remanescentes como espaço de fuga dos escravos (*sic*) quando da opressão e perseguidos. Difícil acesso ainda nos dias atuais, pela mata e por ser o ponto mais da região (1040m)**

06 - Cruzeiro do Carmo	**Nos limites, ao alto do bairro, sentido leste.**	**Cruz de madeira afixado nos limites do bairro evidenciando a religiosidade/devoção católica da população local.**
07 - Campo de Futebol	**Área de várzea, rodeada por casas próximo ao centro do bairro**	**Espaço de lazer, prática de futebol de várzea e atividades de entretenimento da população local.**
08 - Escola e Posto de Saúde do Carmo	**Na entrada do Bairro pela Estrada do Carmo, conjunto de Creche, pré-escola, escola e posto de saúde.**	**Serviços de educação e saúde do município de São Roque prestados à população. Elementos centrais da comunidade, com ponto de ônibus, telefone público e prestação de serviços básicos.**
09 - Ruínas do Carmo ***(não há identificação exata no mapa)***	**Área ainda em fase de identificação, nos limites do bairro**	**Pelourinhos, vestígios da antiga ocupação Carmelita e escrava no local. Ainda em fase de identificação, nos limites com o município de Vargem Grande Paulista (RMSP).**
10 - Bosque e Ocupação	**Ocupação próximo ao condomínio e o edifício da empresa de telefonia**	**Patrimônio contemporâneo, símbolo da luta quilombola na região e Estado de São Paulo. Espaço coletivo, hortas e bosque no fundo do vale.**

Quadro 1: Levantamento do Patrimônio Material do Quilombo do Carmo (editado)

Mapa 03: Patrimônio imaterial e simbólico - Quilombo do Carmo



Estudo do meio - a vivência

Essa saída pedagógica está programada para ter a duração de um dia inteiro, com chegada bem cedo, por contar com trilhas de média dificuldade, mas relativamente longas.

Sugerimos que ao chegar ao Quilombo, os estudantes sejam recepcionados na sede da Associação e recebam informações sobre o local, no entanto, vale frisar de que o pré-estudo discente tem por objetivo central levantar informações básicas do espaço a ser visitado. E, de acordo com o estabelecido e planejado no pré-estudo docente, o roteiro de visitação seja executado no decorrer do dia. Importante, que os estudantes interajam com a monitoria e a comunidade em geral, estabelecendo diálogos, fazendo perguntas, enfim, socializando-se com as pessoas do seu entorno.

A partir dessas premissas propomos tais atividades *in loco*:

a) Registros fotográficos: é importante incentivar os estudantes a fotografarem o percurso, cenas, situações e impressões, com objetivo de expor essas fotografias no pós-estudo.

b) Registros escritos: estimular a escrita no decorrer do estudo do meio, como forma de reter e organizar informações (pode ser feito com caderno e lápis). Esse é um procedimento que tem como objetivo a participação ativa do estudante na visitação.

c) Socialização junto com os membros da comunidade e monitoria das atividades desenvolvidas no estudo prévio com o Laudo Antropológico e com o artigo *Patrimônio cultural do Quilombo do Carmo: demarcado no território a memória a partir da cartografia social*. propõe-se, uma roda de conversa entre os envolvidos no estudo.

e) Depoimentos visuais/orais: propomos aos estudantes que gravem pequenos depoimentos *in loco*, contendo suas impressões e sensações ao visitarem a localidade.

f) Entrevistas/depoimentos: intenciona-se que os estudantes se aproximem dos moradores e frequentadores desse território, colhendo (com suas devidas autorizações) entrevistas, depoimentos, fotos, áudios, vídeos, objetivando identificar e compreender a dinâmica social e histórica desse território patrimonial.

g) Registros afetivos: objetiva-se ao estudante que registre de alguma forma seus sentimentos e sensações, como: alegria, tristeza, liberdade, injustiça, indignação, altruísmo, solidariedade, incômodo, descontração, paz, violência, insegurança e também identificar cheiros, texturas, temperaturas, luminosidades, enfim, identificar como as múltiplas sensorialidades do corpo e sentidos se relacionam com esse território quilombola.

Pós - estudo, a sistematização

De volta ao ambiente escolar, sugerimos a divisão da turma em pequenos grupos com a intenção de expor aos demais estudantes e comunidade escolar a vivência no Quilombo do Carmo. Como resultado do pós-estudo, propomos a confecção de um mapa afetivo acerca da experiência *in loco.* Os grupos podem socializar ideias, situações, problemas, mas indicamos que cada estudante se debruce individualmente sobre seu mapa e afetividades.

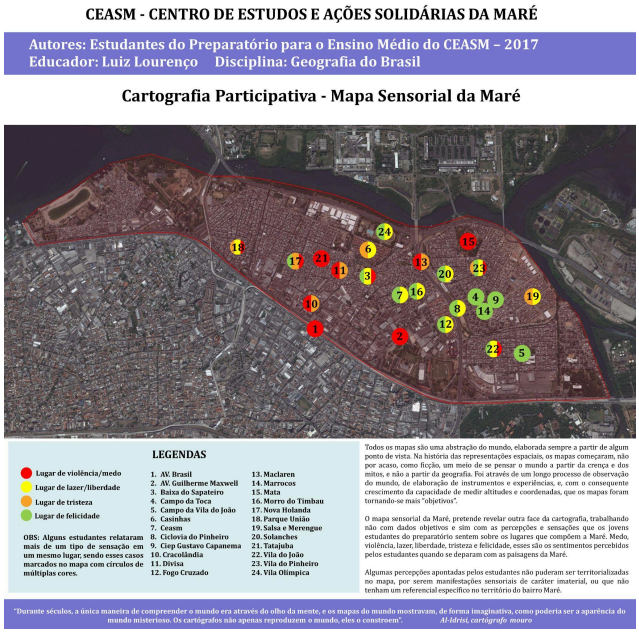
Existem inúmeras formas de construir esse tipo de mapa, como:

a) Bidimensional em cartolina, papel kraft, etc., utilizando canetas e lápis coloridos, post-it, tarraxas para legendas - indicando edificações, pessoas, paisagens, situações, sensações e sentimentos;

b) Tridimensional utilizando os mesmos materiais do modelo bidimensional acrescido de volumes para representar edificações, pessoas, paisagens, situações, sensações e sentimentos.

Recomendamos essa ação como culminância às atividades extraclasses do Quilombo do Carmo com objetivo de aproximação do corpo docente, estudantes e comunidade escolar de modo geral à realidade desse espaço sócio-histórico. Esse recurso não é uma novidade pedagógica, muitos educadores utilizam-no de forma regular, cabendo destaque a experiência orientada pelo educador Luiz Lourenço realizada junto aos estudantes do Curso Preparatório do Ensino Médio do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM), localizado no Complexo de Favelas da Maré - Rio de Janeiro/RJ que desenvolveram o projeto Cartografia Participativa - Mapa Sensorial da Maré, resultando no seguinte produto:

Mapa 04 - Cartografia Participativa - Mapa Sensorial da Maré



Disponível em: **Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM)** <https://www.ceasm.org.br/post/mapas-decoloniais-e-o-ensino-de-geografia-no-bairro-mar%C3%A9>. Acesso em 8 dez. 2023.

No caso da Maré, o recurso do mapa afetivo trouxe aos estudantes uma complexidade da realidade, como menciona o educador Luiz Lourenço (2017): *A ideia era mostrar que o território deles é diverso. Tem violência, mas tem felicidade. Tem tristeza, mas tem situações de liberdade*.

Mapas afetivos são recursos pedagógicos potentes quando vinculados à educação patrimonial, nesse sentido destacamos o artigo: Mapas afetivos no caminho decolonial da Educação Patrimonial no Rolé na Penha de Ana Gabriela Saba, nele essa historiadora apresenta:

> "...busca apresentar a experiência de um projeto escolar de Educação Patrimonial no Ensino de História, o Rolé na Penha, que foi elaborado coletivamente pelo professor de História e seus alunos, a partir das histórias, memórias e saberes que emergiram na realização de mapas afetivos. A atividade propunha que fossem feitos desenhos, os mapas afetivos, com os caminhos que os alunos faziam para chegar à escola diariamente. Uma escola municipal e periférica, localizada na Vila Cruzeiro, uma das favelas do bairro da Penha na cidade do Rio de Janeiro. A partir dos mapas afetivos, as referências culturais do bairro foram identificadas, de acordo com as vivências e memórias da comunidade escolar. A prática pedagógica resultou na criação do projeto, que possui como uma de suas atividades uma visitação as referências culturais, tendo os alunos como monitores que contam suas histórias junto com os conteúdos históricos de cada local. Uma proposta de identificação e reconhecimento ampla e plurais dos patrimônios…" (SABA, Ana Gabriela. Mapas afetivos no caminho decolonial da educação patrimonial no rolé na Penha. **Sillogés** – v.5. n.1. jan./jul. 2022 p.365).

Indicamos que os estudantes organizem uma exposição que narre a vivência no Quilombo do Carmo, contendo:

a) Confecção de um cartaz (banner) contendo um mapa dos lugares constituintes do quilombo;
b) Seleção de fotos e organização de uma exposição fotográfica (impressa ou uma apresentação em slides);

c) Apresentação dos mapas afetivos como foco central da exposição.

O objetivo do conjunto das ações apresentadas neste capítulo é o de produzir um guia que possa auxiliar os docentes na organização das atividades de estudo do meio. Como destacado acima, os docentes poderão adaptar o material desta dissertação conforme a realidade escolar que vivenciam. No entanto, o que nos parece sempre necessário é o cumprimento das quatro etapas destacadas em cada caso aqui analisado (pré-estudo docente, pré-estudo discente, estudo do meio e pós-estudo do meio) para se atingir o melhor resultado possível.

CONCLUSÃO

Em virtude dos objetivos propostos e pesquisas realizadas consideramos as atividades extraclasses/extramuros uma forma pedagógica capaz de aproximar os estudantes do conhecimento histórico, não com o compromisso de substituir aulas regulares e regimentais da educação formal, mas na intenção de transformá-las em ordem frequente no processo de ensino-aprendizagem.

O acúmulo de duas décadas organizando estudos do meio em variados destinos como Ouro Preto, Mariana, Tiradentes, Paraty, Quilombo de Ivaporunduva, Recife, Olinda etc. tornou-se o arcabouço vivencial, experimental, intelectual, sensorial à redação desta dissertação. Esses longevos anos de experiência alargaram os olhares, as sensibilidades e criticidades sociais de dezenas de estudantes, alargamentos igualmente sentidos por mim, nessa trajetória privilegiada de tantos estudos do meio[38].

Com esse repertório, pesquisamos territórios de São Roque/SP marcados pela presença da escravização e cultura afro-brasileira e, com isso, desenvolvemos um roteiro de estudo do meio. Apesar de serem espaços públicos, conhecidos e visitados, as prospecções, via atividade extramuros revelaram outras formas de interpretá-los e reconhecê-los, identificando-os como patrimônios culturais.

No desenvolvimento do capítulo 3 sugerimos um leque de atividades dos espaços visitados (Sítio Santo Antônio, Igreja São Benedito, Morro do Saboó e Quilombo do Carmo) sob

[38] Sobre nossa experiência em estudos do meio, sugerimos a leitura do artigo: SANTOS, E. J. & SCHNEIDER NETO, J. O estudo do meio como prática pedagógica regular. IN: MAIOR, P. S.; PESSOA, A.E.S; SALLES, A.M.; (ORG.). **Saberes históricos, patrimônio e espaços de memória**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2022. (Coleção experimentos e reflexões sobre práticas no ensino de História, v.2). p. 273. (Indicado na bibliografia).

a ótica patrimonial. Se o estudo do meio se tornou um vetor para acessar os temas, o campo de aprendizagem foi o patrimônio cultural.

Os indícios da presença dos temas originaram a escolha dos territórios, mas é instigante descobrir o passado e revelar novas histórias a exemplo da existência e localização da senzala no Sítio Santo Antônio, das congadas nas ruas da cidade do século XIX, do plano de insurreição de escravizados de 1854 e de sua relação com o Morro do Saboó e, por fim, da resistência quilombola do Carmo.

Nesse sentido, tentamos contribuir ao ensino de História trazendo às professoras e professores de História uma proposta que evidenciasse o trabalho do professor-pesquisador e realçar, apesar das adversidades, como desenvolver conteúdo do conhecimento histórico cunhado na materialidade vivida, isto é, recorrendo às atividades extramuros.

Antes ainda de encerrar, eu gostaria de destacar duas importantes inspirações para este trabalho: Mario de Andrade e Robert Slenes. Em suas pesquisas sobre as manifestações culturais brasileiras, Mario de Andrade encontrou na obra de Joaquim Silveira Santos relatos das congadas de São Roque e, por conseguinte, descrições sobre o Sítio Santo Antônio, atribuindo grande importância a esta propriedade junto ao patrimônio cultural nacional. Já os estudos de Robert Slenes sobre a presença e importância da cultura centro-africana no Brasil (que tive contato inicialmente por meio da disciplina “Ensino de História e Educação para as Relações Étnico-Raciais”) mencionam o ritual da Cabula em São Roque no ano de 1854. Esse evento, analisado por Slenes, também nos levou a Silveira Santos e ainda nos inspirou a investigar as congadas e os africanos cabindas. Para ambos, meu muito obrigado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Mário. Capela de Santo Antônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 01, 1937.

A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO. São Paulo, 5 de fevereiro de 1888.

ARQUIVO HISTÓRICO DIGITAL DE SÃO ROQUE. Disponível em: https://www.arquivosaoroque.com.br/acervo. Acesso em 07 nov. 2020.

AYR, Silveira. **Projeto Memória: o retrato de São Roque no século XX**. São Roque/SP: Samber, 1989.

BATISTA DA COSTA, Everaldo. Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. **Cuadernos de Geografía - Revista Colombiana de Geografía**, vol. 26, núm. 2, pp. 53-75, julio-diciembre, 2017.

BASTOS, Guilherme Jeremias de Oliveira; OLIVEIRA, Rafael Fabrício de. Patrimônio cultural do Quilombo do Carmo: demarcado no território a memória a partir da cartografia social. **Scientia Vitae**, v.7, n.23, p. 50-67, jan./mar. 2019.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2018.

CARTOGRAFIA NEGRA. Disponível em <https://cartografianegra.com.br/>. Acesso em 29 jun. 2023.

CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina. **Dicionário temático de patrimônio - Debates contemporâneos**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE. Legislação Digital. Disponível em: https://www.legislacaodigital.com.br/SaoRoque-SP. Acesso em 07 nov. 2020.

CERQUEIRA, Carlos G.F.; SAIA NETO, José. **Sítio e Capela de Santo Antônio: roteiro de visitas**. São Paulo, 9º Coordenadoria Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1997.

COUCEIRO, Luiz Alberto. **Acusações de feitiçaria e insurreições escravas no sudeste do Império do Brasil**. Afro-Ásia, nº 38, 2008, p. 211 - 244.

COUCEIRO, Luiz Alberto. **A sedução do feitiço: Juca Rosa, Pai Gavião e acusações de feitiçaria no Império do Brasil.** XVIII Encontro de História Anpuh Rio. Rio de Janeiro: ANPUH, 2018.

CORREIO PAULISTANO. N.24 (24/07/1854); N.26 (26/07/1854); N.27 (27/07/1854).

DA CUNHA, Caroline de Aguiar. **Ensino de História e a Construção de uma Educação Patrimonial Afrocêntrica - Heranças negras em Ma'atrimônios**. Dissertação (Mestrado em Ensino de História - ProfHistoria). 2022. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

DUARTE, Paulo. *Contra o Vandalismo e o Extermínio*. **O Estado de São Paulo**, 11 de junho de 1937.

FERREIRA, André Pinto. **Usina São João: História, Memória e Patrimônio no Ensino de História**. 2016. Dissertação em Ensino de História - ProfHistoria - UNIRIO, Rio de Janeiro, RJ.

FERREIRA, Daniela Gomes de Albuquerque. **Ginásio Estadual Vocacional "Cândido Portinari" de Batatais: Histórias, Sujeitos e Práticas**. 2007. Dissertação (Mestrado em História e Historiografia da Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GALVÃO, Marco Antônio Pereira. **Casas do Patrimônio**. Brasília, DF: Iphan, 2010.

GOETTEMS, A. P**roblemas ambientais urbanos: desafios e possibilidades para a escola pública**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

HATZENBERGER, Dionísio Felipe. *O Estudo do Meio como metodologia pedagógica para o desenvolvimento das Competências gerais da Educação Básica (BNCC)*. **XVIII Fórum da Rede Municipal de Ensino**. Secretaria de Educação: Novo Hamburgo/RS. 15 de outubro de 2021.

IPHAN. **Educação Patrimonial: Programa Mais Educação.** Fascículo 1. Ministério da Cultura, 2011.

IPHAN. Instituto Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio cultural imaterial: para saber mais**. 3. ed. Brasília, DF: Iphan, 2012.

IPHAN. **Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos**. Ministério da Cultura, 2014.

INSTITUTO PRETO NOVOS (IPN). Disponível em <https://pretosnovos.com.br/ipn/>. Acesso em 26 jun. 2023.

LE GOFF, Jacques. **História & Memória**. 7ª ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.

LIMA, Vero de; VILLANI, André (orgs.). **3º Centenário de São Roque - Documento Ilustrado**. Atlas dos Municípios: São Paulo, 1957. n.p.

LOPES, Claudivan S.; PONTUSCHKA, Nídia N. Estudo do meio: teoria e prática. **Geografia (Londrina)** v. 18, n. 2, 2009.

LOPES, Danilo Eiji. **História dos estudos do meio: um estudo sobre as práticas extramuros da escola em São Paulo**. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

LOURENÇO, Luiz (org.). **Cartografia Participativa da Maré**. Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM): Rio de Janeiro(RJ), 2017. Disponível em: **Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM)**

<https://www.ceasm.org.br/post/mapas-decoloniais-e-o-ensino-de-geografia-no-bairro-mar%C3%A9>. Acesso em 8 dez. 2023.

LOVISOLO, Arthur. **Tempos de Escravidão**. Jornal Vida Sábia, São Roque: 2016. n.p.

MASCELLANI, M. N. **Uma pedagogia para o trabalhador: o ensino vocacional como base para uma proposta pedagógica de capacitação profissional de trabalhadores desempregados.** São Paulo: IIEP, 2010.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio:** os significados da liberdade no Sudeste escravista - Brasil, século XIX. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. "O campo do patrimônio cultural: Uma revisão de premissas". **Anais do Fórum Nacional do Patrimônio Cultural**: Sistema nacional de patrimônio cultural. Desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Ouro Preto, 2009.

METCALF, Alida C. **Family and frontier in colonial Brazil: Santana de Parnaíba, 1580-1822**. Austin (Texas/EUA):Universidade do Texas, 2005.

MOLINA, Sandra Rita. **A Morte da Tradição: a Ordem do Carmo e os Escravos da Santa contra o Império do Brasil (1850/1889)**. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo. Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/USP. 2006.

NARDIN, Ana Luísa. **O território quilombola é dela. Sobre Nossa Senhora, santos e quilombolas na Vila – Bairro do Carmo São Roque - SP**. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de São Carlos: São Carlos, SP.

NORA, P. "Entre Memória e História. A problemática dos lugares." **Projeto História**, vol. 10. p. 7-28, São Paulo: 1993.

PALERMO, Guilherme Lauterbach. **Memórias do Percurso: Ensino de História e Territórios Negros de Porto Alegre.** 2021. Dissertação (Mestrado em Ensino de História - ProfHistoria). 2021. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. "Por trás e para além dos Monumentos: Materialidade, desmaterialização e invisibilidade dos patrimônios ou de como a consagração se torna a outra face da assepsia da história". In: **30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**. Associação nacional de História. Recife, PE, 2019.

PIROLA, Ricardo. *Laços de rebelião: revolta, etnicidade e família escrava em Campinas (1832).* In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. **Revoltas Escravas no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib, O conceito de estudo do meio transforma-se... Em tempos diferentes, em escolas diferentes, com professores diferentes. IN: VESENTINI, José Willian (org.). **O Ensino de Geografia no século XXI**. Campinas, SP: Papirus, 2004. Cap.8.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib, **Estudo do Meio, Interdisciplinaridade, Ação Pedagógica.** 2003. Disponível em:<http://estudodomeio.wordpress.com/2009/03/10/acao_pedagogica>. Acesso em: 10 Dez. 2010.

RABINOVICH, E. P. O Carmo: Aspectos psico-sócio-históricos do desenvolvimento de crianças brasileiras afrodescendentes. **Rev. Bras. Cresc. Desenv. Hum.**, São Paulo, 2003, pp. 89-103.

RABINOVICH, E. P. & BASTOS, A. C. S. O Carmo ou porque um Quilombo não quer ser um Quilombo. **Psicologia Política**, v. 14, n. 7, 2008.

Revista CPC. São Paulo: Centro de Preservação Cultural-USP/SP, n. 27 especial, 1º. semestre 2019.

ROTAS AFRO. Disponível em:<https://diaspora.black/>. Acesso em 15 jan.2024.

RICŒUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SABA, Ana Gabriela. Mapas afetivos no caminho decolonial da educação patrimonial no rolé na Penha. **Sillogés** – v.5. n.1. jan./jul. 2022.

SALVADOR ESCRAVISTA. Disponível em:< https://www.salvadorescravista.com/>. Acesso em 3 mar. 2023.

SANTA AFRO CATARINA. Disponível em:</https://santaafrocatarina.ufsc.br/>.Acesso em 15 jan. 2024.

SANTOS, E. J. & SCHNEIDER NETO, J. O estudo do meio como prática pedagógica regular. IN: MAIOR, P. S.; PESSOA, A.E.S; SALLES, A.M.; (ORG.). **Saberes históricos, patrimônio e espaços de memória**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2022. (Coleção experimentos e reflexões sobre práticas no ensino de História, v.2). p. 273-294.

SANTOS, Paulo da Silveira. **Duas preciosidades do século XVII**. São Paulo: Separata da Revista de História n.89, 1972.

SANTOS, Joaquim Silveira. São Roque de outrora. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, volume XXXVII, 1939.

SANTOS, Joaquim Silveira. **São Roque de outrora**. São Paulo: Merlot Comunicação, 2012.

Secretaria Municipal de Educação. Reorientação Curricular do Ensino Noturno: Estudo do Meio e outras saídas para o Ensino Noturno: Teoria e Prática (Caderno de Formação 4) CO-DOT-PSG-Sa – 015/92. São Paulo, 1992.

Secretaria Municipal de Educação. Orientações curriculares e proposição de expectativas de aprendizagem para o ensino fundamental: ciclo II, História. Secretaria Municipal de Educação. São Paulo: SME/DOT, 2007.

SLENES, Robert W. "A árvore de Nsanda transplantada: cultos kongo de aflição e identidade escrava no Sudeste brasileiro (século XIX)" in: Libby, Douglas C. & Furtado, Júnia Ferreira

(org). **Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Annablume, 2006, pp. 273-316.

SLENES, Robert. Africanos Centrais. In: Schwarcz, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos Gomes. **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, pp. 51-70.

SLENES, Robert. "Malungu, ngoma vem!": África coberta e descoberta do Brasil. (1992). **Revista USP**, *12*, 48-67.

SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor - Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX.** 2ªed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

SOMBRA JUNIOR, Fausto Ferreira. **Luís Saia e o restauro do sítio Santo Antônio: diálogos modernos na conformação arquitetônica paulista**. 2015. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.

STUCCHI, Deborah. **Os pretos de Nossa Senhora do Carmo - estudo antropológico sobre uma comunidade remanescente de quilombo no município de São Roque/SP**. 2009. Laudo Antropológico n.01/2009. Ministério Público Federal, São Paulo, SP.

STUCCHI, Deborah; CAMPOS FERREIRA, Rebeca. “Os Pretos do Carmo diante do possível, porém improvável”: Uma análise sobre o processo de reconhecimento de direitos territoriais. **Revista de Antropologia da USP**, v. 53, n.2, 2010.

TOLENTINO, Átila. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. IN: **Educação Patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas**. João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016. (Caderno Temático; 5).

VELLOSO, Gustavo. **Ociosos e Sedicionários: populações indígenas e os tempos do trabalho nos Campos de Piratininga (século XVII)**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, Departamento de História, 2016.

VISANI, Mylene Silva de Pontes. **Construíndo visibilidades na cidade de São José/SC: Uma proposta de ensino de história e patrimônio cultural dos povos africanos e afrodescendentes**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ensino de História - ProfHistoria). Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, SC.

VOCACIONAL - uma experiência humana. Direção: Toni Venturi. São Paulo: Mamute Filmes/Olhar Imaginário, 2011. 77 min.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ANEXOS

Livro: Serranias Escravistas - ***Estudo do meio em territórios afro em São Roque/SP***



Africanos escravizados no Brasil identificaram na gameleira branca, entre outras figueiras, uma correspondente da *nsanda*, árvore sagrada africana responsável pela proteção espiritual, autoridade política e sobrevivência da comunidade.
A gameleira branca é a *nsanda* transplantada, representação viva da resistência, memória e história daqueles que tiveram de renascer em terras brasileiras.
A *nsanda* é a árvore da liberdade.

Julio Schneider Neto

Julio Schneider Neto

SERRANIAS ESCRAVISTAS

Estudo do meio em territórios afro em São Roque (SP)



Julio Schneider Neto

SERRANIAS ESCRAVISTAS

Estudo do meio em territórios afro em São Roque (SP)

ÍNDICE

147
Mapa - Serranias Escravistas (São Roque)

149
Apresentação

150
Sítio Santo Antônio (Fazenda Boy-Poruçuguaba)

156
Igreja, Festa de São Benedito e Congadas

162
Morro do Saboó e a Insurreição de escravizados de 1854

167
Quilombo do Carmo

174
Conclusão

175
Bibliografia

176
Legendas das imagens



Este livro é parte integrante da dissertação de mestrado de mesmo nome.

Todos os direitos reservados ao autor.
© Julio Schneider Neto

SERRANIAS ESCRAVISTAS

SÃO ROQUE

ROTEIRO DO VINHO



QUILOMBO DO CARMO

escaneie o qr code para ver a localização



IGREJA SÃO BENEDITO



MORRO DO SABOÓ



SÍTIO SANTO ANTÔNIO



“Não são alunos ou orientandos simplesmente, são **malungos** de viagem, com quem o professor vai aprendendo”

Robert Slenes

MALUNGO

Camarada, companheiro, parceiro; título que se tratavam reciprocamente os **africanos escravizados** que tinham vindo da África na mesma embarcação.

Neste trabalho, Malungos são também aqueles que participam das atividades, compartilham uma amizade e um destino comum no processo de aprendizagem.



Fig. 1

APRESENTAÇÃO

Esse livro é fruto da dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (Profhistória) junto a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). O objetivo é proporcionar um roteiro de estudo do meio em territórios na cidade de São Roque/SP marcados pela herança afrodescendente e destinado às professoras e professores do Ensino Fundamental Anos Finais, especificamente aos do oitavo ano.

Africanos escravizados, nesse município, edificaram casas, igrejas, roças, desenvolveram o comércio, mas, sobretudo, erigiram seus costumes, cultura, religiosidade, suas revoltas.

Vivenciar esses territórios se faz necessário em uma sociedade marcada pelo racismo, apagamentos e violência. Tirar da sombra, jogar luz, ressignificar e propiciar ao público o alcance de outras camadas de história.

Os lugares pesquisados e escolhidos foram quatro: Sítio Santo Antônio; Igreja São Benedito, Morro do Saboó e Quilombo do Carmo para os quais sugerimos atividades de pré-estudo (preparação); estudo *in loco* (vivência) e pós-estudo (sistematização).

A diretividade das atividades expostas a seguir não se esgota nela, pelo contrário, estimula-se novas trilhas investigativas que possam garantir novas aprendizagens. No entanto, o roteiro proposto é resultado das ações do professor-pesquisador, com buscas em hemerotecas, livros, dissertações, teses, memorialistas, oralidades e visitas à campo, objetivando contribuir ao ensino de História.

No decorrer das pesquisas encontramos outros dois lugares relacionados ao tema (Vila Amaral e Antiga Fazenda Cambará, hoje sede do Brasil Poeira) que não foram explorados neste trabalho -, possíveis de serem estudados -, futuramente. Demonstrando que a pesquisa em História é um *continuum*. Logo, a história só está começando.

BOA VIAGEM, MALUNGOS



Fig. 2

SÍTIO SANTO ANTÔNIO

FAZENDA "BOY-PORUÇUGUABA"

Essa propriedade localiza-se na estrada Mário de Andrade, km 8, área rural do município. É ponto turístico de âmbito nacional e possui visitação guiada. Local de fácil acesso, é destino de grupos escolares, famílias e turistas em geral. A Casa de Morada e Capela, constituem suas principais edificações. As particularidades desse conjunto arquitetônico levaram ao seu tombamento em 1941 pelo Iphan.

Inicialmente pertenceu ao bandeirante Antônio Pedroso de Barros, responsável pela construção da Casa de Morada, morto em uma **revolta indígena** que tomou a propriedade. Fernão Paes de Barros - seu irmão e herdeiro - construiu a capela em devoção à Santo Antônio.

REVOLTA INDÍGENA

Em 1652, no Sítio Santo Antônio, ocorreu uma das mais importantes revoltas indígenas do período. Antonio Pedroso de Barros era o proprietário de cerca de 600 cativos indígenas guaranis, carijós e goianãs.

A motivação do levante foi o ritmo e excesso de trabalho. Os cativos assassinaram vários brancos, inclusive o proprietário, levando à morte de 323 indígenas.



Fig. 3

Fig. 4

Em 1868, o sítio foi adquirido pelo Barão de Piratininga, em seu testamento é evidenciada a presença de africanos escravizados.

Entre as décadas de 1930 e 1940, Mário de Andrade a serviço do SPHAN (depois Iphan) conheceu, adquiriu e doou o sítio ao mesmo Iphan. As pesquisas realizadas para restaurar o conjunto arquitetônico, revelaram que havia uma senzala a 100 metros à frente da Casa de Morada que desapareceu por completo. Em 1887 foram incendiadas as senzalas localizadas em frente a casa do Barão (não identificadas no Plano do Sítio de Luís Saia).



LOCAL DA PRIMEIRA SENZALA

Fig. 5



MÁRIO DE ANDRADE

Fig. 6

AVELINA SOARES

Ainda em 1937, Mário de Andrade (então proprietário do Sítio) relatou ter conhecido a senhora **Avelina Soares**, escravizada do Barão de Piratininga que fora comprada aos 11 anos, permanecendo com ele até a morte do dono. Revelou também que o Barão contava com 70 escravizados.



Fig. 7



PLANO do SITIO Stº ANTONIO
MUN. S. ROQUE
S. PAULO

Fig. 8

ESCALA 1:100



O Sítio Santo Antônio tornou-se um espaço histórico e de memória da presença e resistência contra o cativeiro, essas características advogam a favor da preservação desse bem patrimonial tombado pelo Iphan e que nas palavras de Mário de Andrade (1937), tal tombamento deveria obedecer um critério histórico em vez de se preocupar muito com a beleza.

Na década de 1930, o escritor e jornalista Paulo Duarte afirmou que Washington Luís, então governador do estado de São Paulo, pegou do Sítio **duas estátuas de madeira esculpidas por escravizados africanos**, levando-as ao Museu do Ipiranga.

Fig. 9



Portanto, o vestígio inicial da futura preservação cultural dessa propriedade, deu-se por meio de elementos vinculados à escravização, corroborando, assim, com critério histórico de Mário de Andrade.

PREPARAÇÃO
Professores

É fundamental que os professores envolvidos realizem a visita prévia ao Sítio Santo Antônio para conhecer o espaço e definirem: a) a opção ou não pela visitação guiada; b) atividades; c) divisão dos grupos; d) ordenação de visitação; e) tipos de roupas; f) tempo de permanência; g) materiais.

Enfatizamos que os estudos do meio são, a rigor, interdisciplinares, por isso, quanto mais diversa for a equipe de professoras e professores nessa etapa, maior a possibilidade de compreender e entender o meio/território em sua complexidade.

No caso específico da História, é preciso saber quais objetivos levam à visitação ao Sítio Santo Antônio. Há várias possibilidades de interação com esse território, acreditamos que existam inúmeras perspectivas de abordagem com a finalidade de complexificar a história e a memória do local, especialmente naquilo que tange à resistência e memória ao cativeiro.

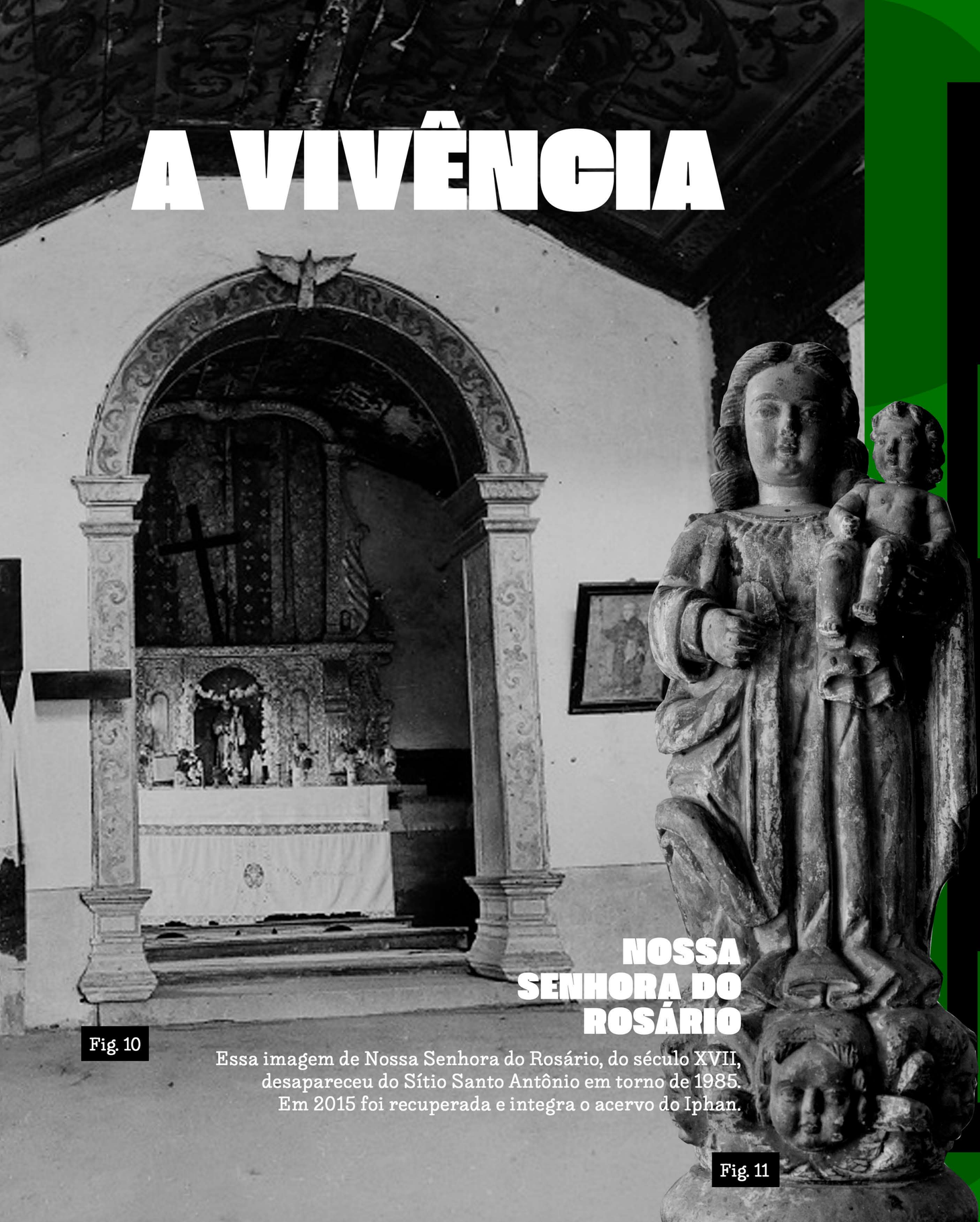
Até a presente data, há um servidor público do Iphan que trabalha e mora no local, trata-se do senhor Paulo Severino que detém uma história de vida e de relação com o Sítio bem particular, entrar em contato com ele e organizar uma roda de conversa entre os estudantes com esse funcionário no dia da visitação, pode ter ganhos significativos de aprendizagem.

PREPARAÇÃO
Estudantes

A preparação proposta aos estudantes no âmbito da História, inicia-se com uma pergunta norteadora: Por que visitar o Sítio Santo Antônio? A partir disso, as pesquisas acerca dessa propriedade erigida no século XVII podem ser feitas através das indicações presentes na bibliografia, em que os estudantes terão conhecimentos históricos sobre a importância de visitar esse território.

Não é objeto desta dissertação esmiuçar como a logística e infraestrutura será realizada, mas é uma etapa que deve ser organizada pelos professores, coordenadores e diretores com esmero, especialmente a parte legal, como as autorizações dos responsáveis.

A VIVÊNCIA



NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

Fig. 10

Essa imagem de Nossa Senhora do Rosário, do século XVII, desapareceu do Sítio Santo Antônio em torno de 1985. Em 2015 foi recuperada e integra o acervo do Iphan.

Fig. 11

Essa saída pedagógica está programada para ter a duração de um período, sugerimos a parte da manhã e à tarde visitação à Igreja São Benedito.

Recomendamos que ao chegar ao Sítio Santo Antônio, os estudantes não recebam orientações, deixando-os livres a observação, contemplação, investigação, seguida da visitação guiada, indicamos que os estudantes acompanhem a monitoria e interajam com o profissional responsável pelo roteiro. A partir dessas duas ações propomos tais atividades *in loco:*

a) Registros fotográficos: é importante incentivar os estudantes a fotografarem o percurso, cenas, situações e impressões, com objetivo de expor essas fotografias no pós-estudo.

b) Registros escritos: estimular a escrita no decorrer do estudo do meio, como forma de reter e organizar informações (pode ser feito com caderno e lápis). Esse é um procedimento que tem como objetivo a participação ativa do estudante na visitação.

c) Interpretação de fontes primárias e historiográficas: sugerimos que sejam levadas documentos e textos historiográficos (trabalhadas no pré-estudo) sobre o Sítio em cópias plastificadas, objetivando a realização de uma roda de conversa com os estudantes, para identificar as construções edificadas existentes e as destruídas.

d) Esboço das senzalas: propor que façam desenhos de onde e como eram as senzalas, assim como, a edificação anexa à Casa de Morada que serviu de residência ao Barão de Piratininga.

e) Depoimentos visuais/orais: propomos aos estudantes que gravem pequenos depoimentos *in loco*, contendo suas impressões e sensações ao visitarem a localidade.

f) Roda de conversa: bate-papo entre os estudantes com o senhor Paulo Severino, funcionário do Iphan, lotado no Sítio Santo Antônio.

Frisamos que a condução do professor no território visitado ancorada nos estudos prévios tornam o aprendizado mais efetivo e uma forma de compreender a particularidade em estudar eventos históricos nos lugares em que ocorreram. Tal condução deve ser modulada com o propósito de evitar o cerceamento das observações espontâneas realizadas pelos estudantes.

A SISTEMATIZAÇÃO

De volta ao ambiente escolar, sugerimos a divisão da turma em pequenos grupos com a intenção de expor à comunidade escolar a vivência no Sítio Santo Antônio. Como culminância do pós-estudo, propomos a confecção de uma maquete - de preferência feita com materiais recicláveis -, juntamente com cartazes que narrem a experiência *in loco*. Dessa forma, indicamos a organização das atividades:

CARTAZES

Intenciona-se que os estudantes elaborem cartazes com fotos, trechos dos depoimentos, esboços dos desenhos, folders, panfletos, documentos de época, trechos de textos históricos, "making off" da maquete entre outros materiais dispostos de maneira que o interlocutor consiga compreender o histórico do Sítio com a intermediação dos alunos.

MAQUETE

Os estudantes podem elaborar as construções existentes e projetar as que foram demolidas; confeccionar peças, esculturas, objetos que observaram ou pertenciam à propriedade. Indicamos a produção desse tipo de objeto com a finalidade de concretizar a reflexão sobre o patrimônio, por exemplo: por que a Casa de Morada e Capela foram tombados e preservados, enquanto a Casa do Barão de Piratininga e senzalas, demolidas? Quais seriam as disposições dentro das edificações dos objetos que desapareceram do Sítio?

MONITORIA

Caso os visitantes da exposição necessitem de monitoria ou tenham questionamentos, sinalizamos a importância do corpo discente estar pronto para esse tipo de situação.



Fig. 12



Fig. 13

IGREJA, FESTA DE SÃO BENEDITO E CONGADAS



Fig. 14



Fig. 15

A Igreja São Benedito localiza-se na Rua 15 de Novembro, 125 (antiga Rua 13 de Maio).

Essa informação é um elemento instigante para analisar as várias camadas de histórias que compõem as memórias deste templo afro-brasileiro posicionado à rua nomeada em comemoração a proclamação da república e, não mais naquela que celebra abolição da escravização, essa alteração revela, certo apagamento histórico.

Local de fácil acesso, necessita de agendamento prévio de visitação, até a presente data uma das responsáveis pela agenda é a guia de turismo Adriana Boccato.

As pesquisas demonstram a participação de africanos na construção da igreja, a análise de algumas fontes posteriores à atual edificação afirmam que sua construção, de fato, executou-se por meio de mãos cativas.

Em 1975, Paulo da Silveira Santos alertou sobre as precárias condições de conservação da igreja e relacionou a crescente escravização africana com o início das obras.

O padre Francisco José de Moraes fundou a Irmandade de São Benedito e e iniciou a construção da capela para a comunidade de *homens de cor,* visto que os brancos já possuíam a Igreja Matriz.

Em 1855 se iniciaram as obras com o *trabalho gratuito dos próprios escravos.*

Desde meados do século XIX, esse templo solidificou o catolicismo afro-brasileiro na cidade. Além das extintas congadas, o principal momento desse território acontece entre os dias 03 à 06 de janeiro, período das festividades de São Benedito.

FESTA DE SÃO BENEDITO

Em São Roque, as comemorações do dia de São Benedito acontecem no dia 06 de janeiro (Dia de Reis), data em que eram realizadas as congadas, essa tradição do século XIX permaneceu na atualidade.

Folheto distribuído pelos membros organizadores da festa de 2024. Abaixo, Congada da cidade de Lindóia/SP, 1934.

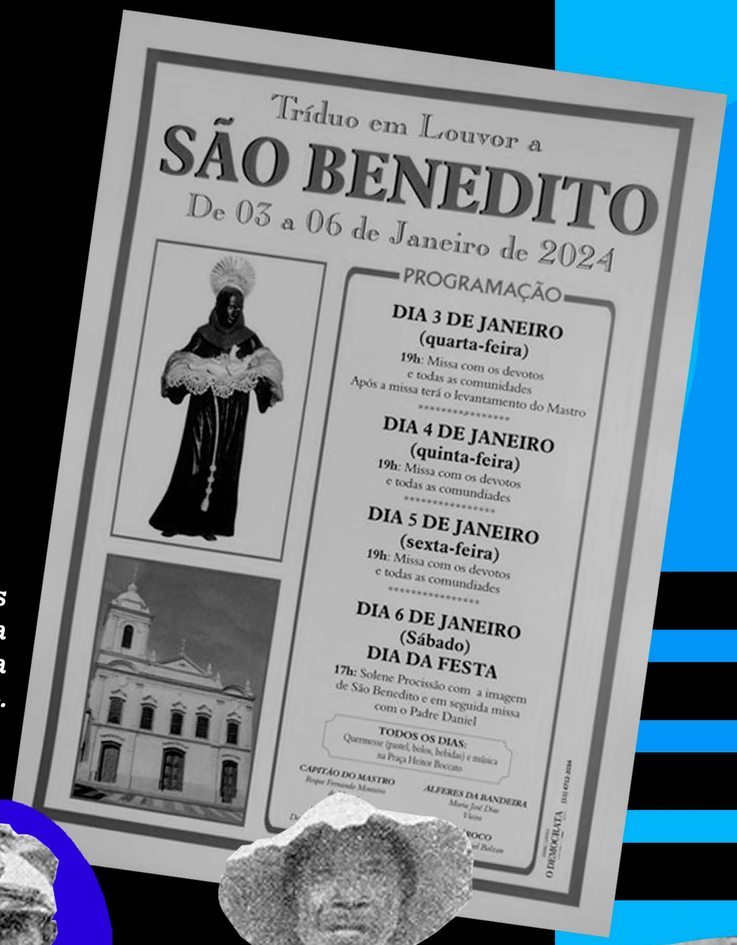

Tríduo em Louvor a
SÃO BENEDITO
De 03 a 06 de Janeiro de 2024
PROGRAMAÇÃO
DIA 3 DE JANEIRO
(quarta-feira)
19h: Missa com os devotos e todas as comunidades
Após a missa terá o levantamento do Mastro
DIA 4 DE JANEIRO
(quinta-feira)
19h: Missa com os devotos e todas as comundiades
DIA 5 DE JANEIRO
(sexta-feira)
19h: Missa com os devotos e todas as comundiades
DIA 6 DE JANEIRO
(Sábado)
DIA DA FESTA
17h: Solene Procissão com a imagem de São Benedito e em seguida missa com o Padre Daniel
TODOS OS DIAS:
Quermese (pastel, bolos, bebidas) e música na Praça Heitor Boccato
CAPITÃO DO MASTRO
ALFERES DA BANDEIRA
O DEMOCRATA


Fig. 16

A edificação cravada no centro da cidade - sufocada por intensa especulação imobiliária, festa em janeiro, missas às quartas-feiras e sua utilização para apresentações culturais (como corais e concertos), formam ações de resistência, permanência e vivência desse território.

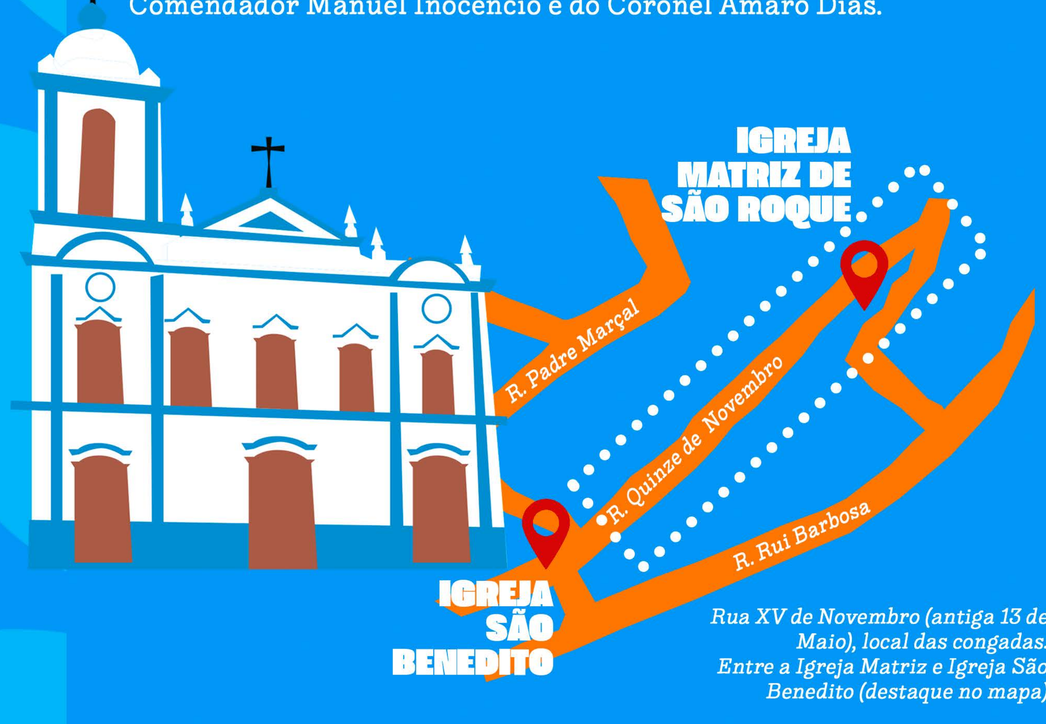
De acordo com Joaquim Silveira Santos, as congadas tiveram maior regularidade a partir da década de 1860.

Marcelino, escravizado do Comendador Manuel Inocêncio era o grande organizador e "embaixador", João "Creoulo", também escravizado do comendador, fazia o papel do rei, Catarina, escravizada do Capitão Arruda, a rainha. Além desses personagens centrais as congadas contavam com por 30 ou 40 "conguinhos" que exerciam o papel de "atacantes" todos uniformizados a caráter: saiote de metim cor-de-rosa ou azul, faixas brancas a tiracolo, meias compridas, turbante da cor do saiote e munidos de um pequeno bastão. Pelas ruas que percorriam antes de alcançar a "corte", vinham em passo cadenciado ao som de tambores e adufes, cantando.

Em 2023 a Congada de São Benedito da vizinha Cotia foi declarada patrimônio cultural imaterial do estado de SP.


Fig. 17

Os festejos aconteciam entre a Igreja Matriz e Igreja São Benedito, tendo com passagens principais as casas do Barão de Piratininga, Comendador Manuel Inocêncio e do Coronel Amaro Dias.



Rua XV de Novembro (antiga 13 de Maio), local das congadas. Entre a Igreja Matriz e Igreja São Benedito (destaque no mapa)

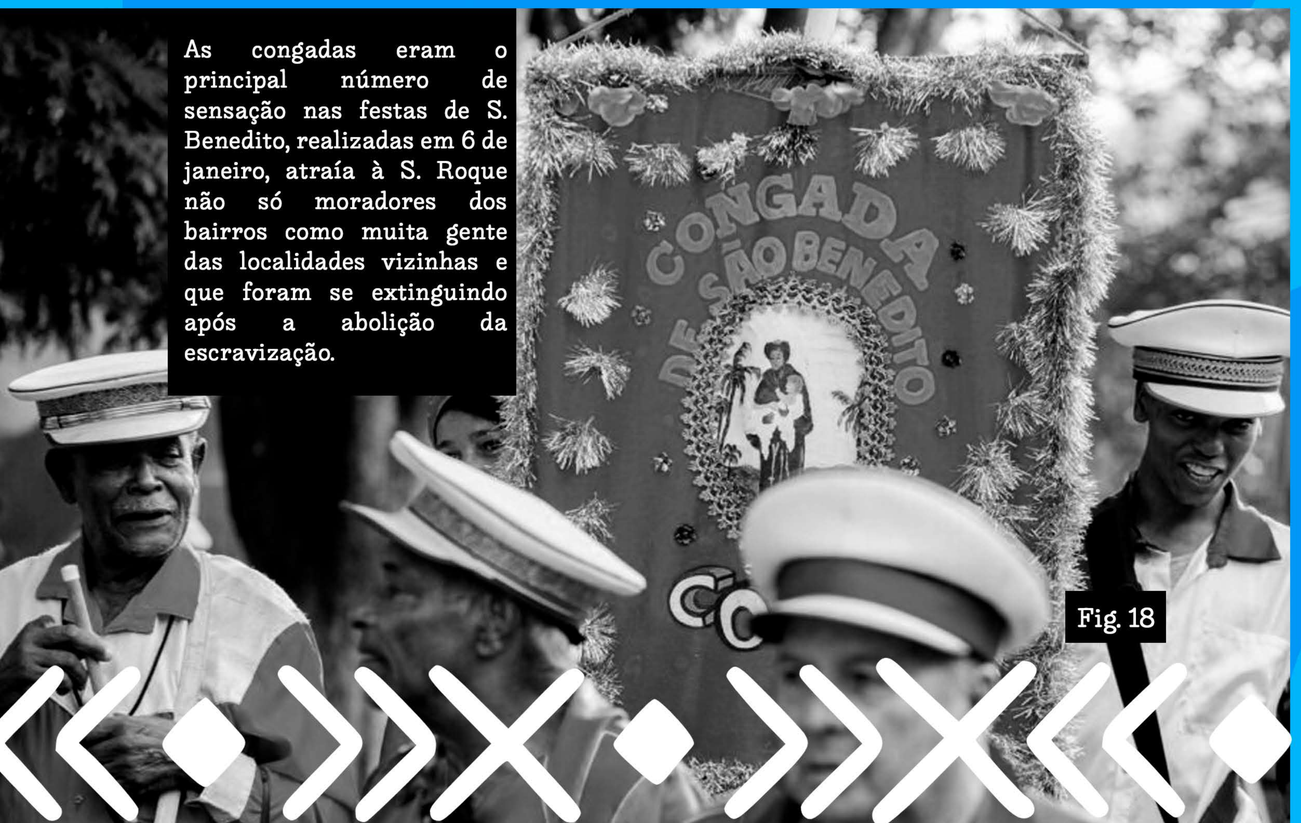


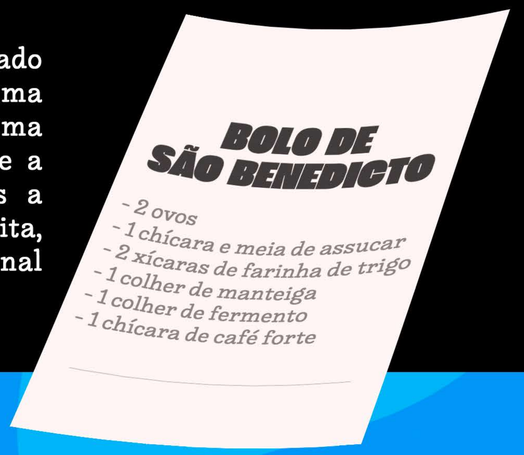
Fig. 18

As congadas eram o principal número de sensação nas festas de S. Benedito, realizadas em 6 de janeiro, atraía à S. Roque não só moradores dos bairros como muita gente das localidades vizinhas e que foram se extinguindo após a abolição da escravização.

BOLO DE SÃO BENEDICTO

Uma das curiosidades relacionadas à igreja e a festa, é a história da receita do bolo de São Benedito. Segundo a tradição oral da comunidade, trata-se de uma receita transmitida por Nhá Chica - escravizada da senhora Maria Siqueira Duarte, essa iguaria é vendida durante as festas.

Nos dias de festa, é comercializado um pequeno kit contendo: uma imagem de São Benedito, uma xícara com o nome do santo e a receita ao lado - percebemos a transmissão popular dessa receita, inclusive com a ortografia original redigida pela escravizada.



No mesmo 6 de janeiro ocorre a procissão de São Benedito cortejada pela Banda Santa Teresinha (banda do Bairro do Carmo) e na procissão da Festa de Nossa Senhora do Carmo realizada neste bairro em 16 de julho, além da mesma banda acompanhar, o primeiro santo que abre o cortejo é São Benedito. Portanto, o mais antigo templo religioso do centro da cidade é preto e de alguma maneira estabelece conexões culturais com o principal território quilombola do município.

Todas as manifestações religiosas e culturais vinculadas à igreja existiram ou ainda resistem, pela presença, literalmente concreta do templo, é a materialidade cultural que conflui as demais atividades.

Diversas publicações locais e documentos alertam para as condições estruturais da edificação e o esforço da comunidade em sua preservação patrimonial.

No final da década de 1990 foi realizado um levantamento em parceria com o Iphan indicando o tombamento de imóveis da região central, entre eles a Igreja de São Benedito, o processo não seguiu adiante. Essa igreja aglutina memórias vinculadas à escravização, à cultura afro-brasileira e ao debate patrimonial.

PREPARAÇÃO professores

É fundamental que os professores envolvidos realizem a visita prévia ao local para: a) receberem visitação monitorada e conhecerem as várias camadas de histórias da edificação; b) definirem atividades; c) propor divisão dos grupos; d) ordenação de visitação; e) tempo de permanência; g) materiais.

No caso específico do professor de História, é preciso saber quais objetivos levam à visitação à Igreja São Benedito. Há várias possibilidades de interação com esse território, acreditamos que existam inúmeras perspectivas de abordagem com intuito de complexificar a história e a memória do local, especialmente naquilo que tange às aproximações entre as várias interfaces religiosas e culturais congregadas ao longo do tempo histórico nessa edificação - desde sua construção realizada por escravizados até a permanência na atualidade da Festa de São Benedito, passando pelas extintas congadas.

Hoje, a senhora Wilma e Adriana Boccato, mãe e filha respectivamente, protagonizam as atividades relacionadas à igreja. Ambas são muito solícitas e residem vizinhas à igreja, entrar em contato e organizar uma roda de conversa entre elas e os estudantes podem trazer ganhos significativos de aprendizagem. Há também a historiadora e restauradora Magali Nogueira, profunda conhecedora sobre os assuntos relativos à igreja, propomos também uma conversa entre ela e os estudantes, com o intuito de enriquecer temas relacionados à preservação e ao restauro, pode-se optar por roteiro de perguntas a serem respondidas na visitação.

Em frente a igreja, localiza-se a praça Heitor Boccato, de um lado há um posto de informações turísticas juntamente à um pequeno museu com equipamentos tipográficos antigos pertencentes ao Jornal O Democrata (com sede vizinha a igreja) e do outro lado temos a agência dos Correios, portanto, o trânsito de pessoas nessa praça é intenso, possibilitando a interação dos estudantes com os transeuntes.

Fig. 19

PREPARAÇÃO estudantes

A preparação proposta aos estudantes no âmbito da História, inicia-se com uma pergunta norteadora: Por que visitar a Igreja São Benedito? A partir disso, as pesquisas acerca dessa propriedade erigida no século XIX podem ser feitas através das indicações contidas na bibliografia. Indicamos a leitura do capítulo: Coisas D'antanho - as Congadas, de Joaquim Silveira Santos, publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo presente na bibliografia.

Pode-se explorar a área central da cidade a partir da Igreja de São Benedito, realizando atividades na praça Heitor Boccato e na interação dos estudantes com os pedestres. Sugerimos a elaboração de uma enquete a ser realizada junto às pessoas que circulam pelo local, com perguntas que objetivem identificar qual relação e conhecimentos a população detém deste patrimônio religioso - entre outros assuntos que sejam definidos pelos visitantes.

A VIVÊNCIA

Essa saída pedagógica está programada para ter a duração de um período, sugerimos a parte da tarde e de manhã visitação ao Sítio Santo Antônio. Indicamos uma paragem para a alimentação ao chegarem nas proximidades da igreja, nessa área central as opções são mais variadas, sugerimos também, uma visitação pelas ruas centrais da cidade.

Acreditamos que ao chegar à Igreja São Benedito, os estudantes não recebam orientações, deixando-os livres a observação, contemplação, investigação, seguida da visitação guiada, indicamos que acompanhem a monitoria e interajam com a profissional responsável pelo roteiro. A partir dessas duas ações propomos, além dos registros fotográficos/escritos e depoimentos visuais/orais, tais atividades *in loco*:

a) Roda de conversa: bate-papo entre os estudantes com as responsáveis pela visitação guiada e registro das respostas das perguntas elaboradas no pré-estudo.

b) Depoimentos espontâneos / enquete: ao transitar pelos arredores da igreja, sugerimos que os estudantes façam entrevistas e apliquem a enquete (proposta no pré-estudo) junto às pessoas com a intenção de obter informações; conhecimentos; curiosidades acerca do templo, sobre a mudança do nome da rua, sobre as extintas congadas entre outros assuntos - estabelecendo um diálogo alicerçado na aprendizagem.

Fig. 20

A SISTEMATIZAÇÃO

De volta ao ambiente escolar, indicamos a organização dessas atividades:

TRABALHO INDIVIDUAL

Elaboração de um texto autoral a partir da vivência e experiência obtidas no decorrer da visitação. A forma desse texto vai depender dos objetivos de aprendizagens determinados pelos docentes, no entanto, sugerimos que esse texto traga à tona as inquietações dos estudantes, não simplesmente um relatório de visita. Deve-se, portanto, aguçar a criatividade dos alunos fomentando-os à confecção de contos, poemas, crônicas, ficções, distopias, entre outros gêneros.

TRABALHO COLETIVO

Confecção do bolo de São Benedito. A partir da apropriação da receita desse bolo cuja trajetória chegou aos dias atuais e é servido durante a festa, indicamos que os estudantes reúnam-se em pequenos grupos e o façam para ser servido à comunidade escolar.

APRESENTAÇÃO

Organização de atividade aberta à comunidade em que os estudantes leiam, recitem, interpretem seus textos autorais e que seja servido o bolo de São Benedito.

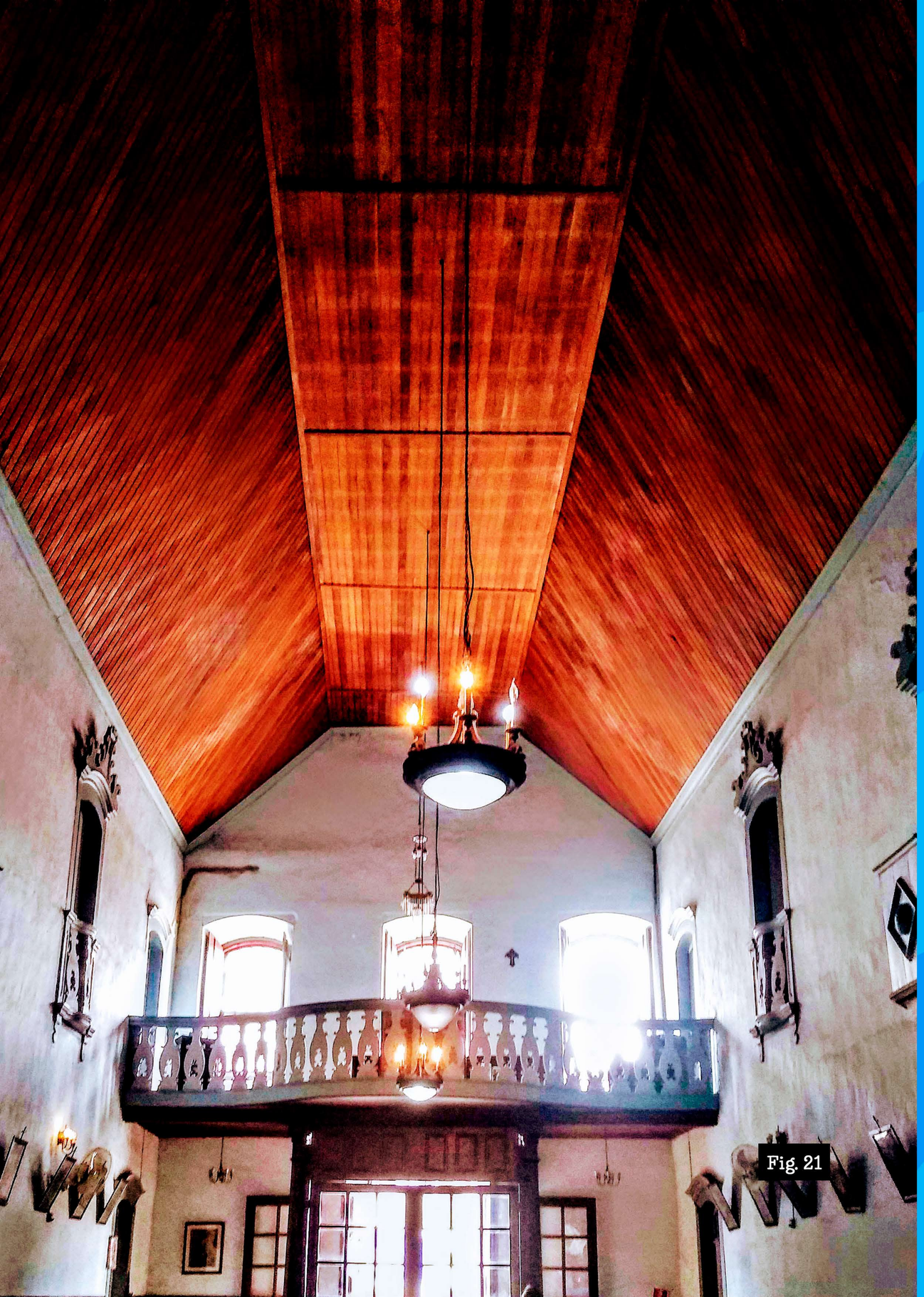


Fig. 21

MORRO DO SABOÓ
e a Insurreição de escravizados

Colina com cerca de mil metros de altitude, destaca-se na paisagem sendo ponto turístico na região. Distante 13 km de São Roque, para chegar ao cume, é necessário fazer uma trilha de média intensidade.

Em 1854, São Roque tomou as páginas do jornal Correio Paulistano, a trama de uma insurreição de escravizados prometia sacudir a cidade e região.

O líder do movimento, segundo delações, era **José Cabinda**, africano liberto e também grão-mestre da Cabula - religião afro-brasileira originária no século XIX.

O movimento foi deflagrado. Interrogado e preso junto com outras(os) líderes e acusadas(os) evidenciou-se que o grão-mestre era, também, líder político que rodava a região organizando o levante de escravizados contra o sistema.

Fig. 22

CABINDA

Mestre José Cabinda, liderou esse plano de insurreição deflagrado pela polícia em 18 de julho de 1854. Preso com sua companheira, a **rainha Mambeque** e demais envolvidos em uma cerimônia da Cabula.

De acordo com o noticiário, foram apreendidos também objetos curiosos como: caramujos, guizos de cascavel, grande e variada quantidade de raízes, figuras de cera e pedra de cevar. Havia também um objeto feito de ponta de chifre, betumado de cera e coberto com fragmentos de espelhos, que se denominava - Vungo. Interrogado, Cabinda revelou as ações religiosas e também políticas.

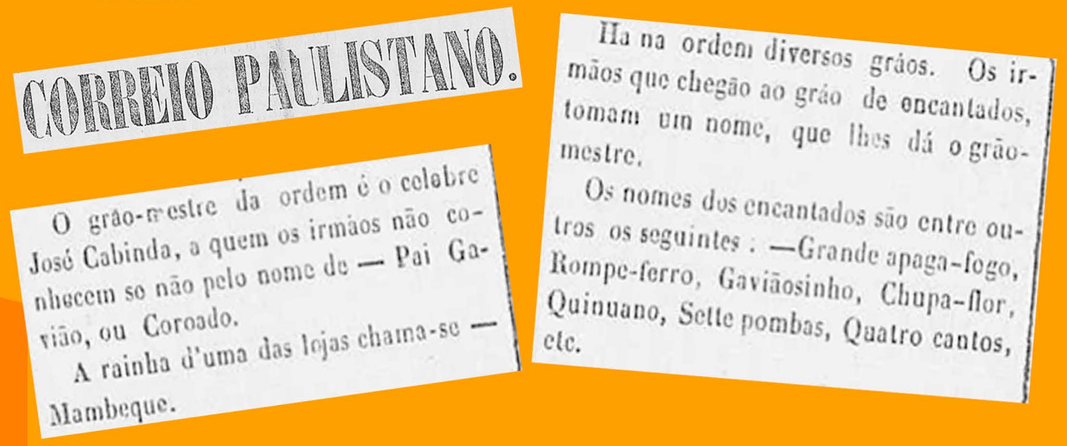
O movimento contava com escravizados e libertos da região, além de 300 espingardas escondidas no **Morro do Saboó.** Cabinda continuou preso, não sabemos qual foi seu paradeiro, os escravizados envolvidos foram açoitados em praça pública, durante dias.



Mestre José Cabinda e Rainha Mambeque tornaram-se sujeitos históricos importantes no combate à escravização e na busca de liberdade religiosa.

Fig. 23

Entre julho e agosto de 1854, as notícias da insurreição preencheram as páginas do jornal. São Roque comemora seu aniversário em 16 de agosto. O clima festivo e o relaxamento social poderia beneficiar o levante.



CORREIO PAULISTANO.

O grão-mestre da ordem é o celebre José Cabinda, a quem os irmãos não conhecem se não pelo nome de — Pai Gavião, ou Coroado.

A rainha d'uma das lojas chama-se — Mambeque.

Ha na ordem diversos gráos. Os irmãos que chegão ao gráo de encantados, tomam um nome, que lhes dá o grão-mestre.

Os nomes dos encantados são entre outros os seguintes : —Grande apaga-fogo, Rompe-ferro, Gaviãosinho, Chupa-flor, Quinuano, Sette pombas, Quatro cantos, etc.

O movimento contava com lideranças femininas. Eram cinco sacerdotisas, destacando-se Mambeque, "rainha de uma das lojas" religiosas.

Chamado por seus irmãos religiosos de Pai Gavião ou Coroado - José Cabinda era responsável pela organização de três centros religiosos denominados de lojas.

Entretanto, sua liderança seria questionada pelos próprios irmãos, depois de uma cilada imposta pelo delegado responsável. Condenado e preso, não por "falsidade religiosa", mas por arquitetar um plano de revolta que tomaria o poder da cidade.

Notamos o grau de organização do movimento, em uma expedição geológica pela região, a equipe de pesquisadores, encontrou no cume do Morro do Saboó uma pequena construção com cerca de 300 espingardas.

De acordo com (COUCEIRO, 2008), nesse esconderijo os escravizados podiam observar a movimentação cotidiana dos moradores das cidades, dos grupos armados, para, enfim, decidirem a melhor estratégia de ataque e desta forma, poderiam tomar de assalto toda a região.

Para saber mais sobre o suposto plano de insurreição, o eventual esconderijo das armas, o paradeiro de José Cabinda e da rainha Mambeque são necessárias futuras pesquisas. Contudo, o plano de revolta, a prática da Cabula, seus líderes e o Morro do Saboó constituem memórias de resistência ao cativeiro na região de São Roque.

POR QUAIS ROTAS

caminhos e destinos percorriam os escravizados?

Fig. 24

PREPARAÇÃO professores

É fundamental que os professores envolvidos realizem a visita prévia ao local para decidirem: a) lugar de desembarque; b) pausas intermediárias; c) tipos de roupas; d) tempo de permanência; e) divisão dos grupos; f) quantidade de estudantes por vez no cume; g) materiais. É importante ainda elaborar as atividades e dinâmicas que serão propostas e desenvolvidas pelos estudantes. Como a trilha é longa, é necessário planejar etapas intermediárias de estudos.

No caso específico do professor de História, é preciso saber que o objetivo central da visitação ao Morro do Saboó deve-se às relações existentes entre essa formação geológica com a Insurreição de 1854. No entanto, a presença de um castelo edificado com arquitetura medieval, vai aguçar a curiosidade dos professores e dos estudantes. Acreditamos que tais indagações possam ser trabalhadas no pós-estudo.

PREPARAÇÃO estudantes

A preparação aos estudantes no âmbito da História, inicia-se com uma pergunta norteadora: Por que visitar o Morro do Saboó? A partir disso, as pesquisas acerca dessa formação geológica podem ser feitas através das indicações presentes na bibliografia. Assim, os estudantes terão conhecimentos históricos acerca da importância de visitar essa localidade.

Fig. 25

A VIVÊNCIA

Essa saída pedagógica está programada para ter a duração de um dia. Como a trilha é longa, as atividades intermediárias devem ser feitas a partir de perguntas disparadoras a exemplo de: Onde possivelmente estavam guardadas as 300 espingardas da insurreição? Também é fundamental estimular os estudantes a criarem hipóteses sobre os caminhos, rotas e destinos percorridos pelos escravizados e pelos agentes públicos, assim como indagá-los sobre a importância dessa localidade como patrimônio natural e paisagístico.

Refletir de que maneira a Insurreição de 1854 transformou o Saboó em um espaço de memória contra a escravização e em patrimônio de resistência contra o escravismo.

Nesse sentido, além dos registros fotográficos/escritos e depoimentos visuais/orais, propomos tais atividades *in loco:*

a) Interpretação de fontes primárias: sugerimos que sejam levadas algumas das fontes primárias (trabalhadas no pré-estudo) sobre a Insurreição de 1854 em cópias plastificadas, objetivando a realização de uma roda de conversa com os estudantes, para identificar as cidades nelas citadas e o quão estratégico era o lugar para o êxito do levante.

b) Esboço da paisagem: a vista da paisagem a partir do Morro do Saboó é impactante, por isso, propomos que em algum momento, esses estudantes munidos de papel e lápis, construam um esboço dessa paisagem, com os caminhos, rotas e destinos percorridos pelos escravizados e pelos agentes que deflagraram o local, inclusive concebendo como e onde seria a construção que armazenava as armas.



Fig. 26

A SISTEMATIZAÇÃO

De volta ao ambiente escolar, sugerimos a divisão da turma em pequenos grupos com a intenção de expor aos demais estudantes e comunidade escolar a vivência no Morro do Saboó. Propomos uma mostra acerca desse estudo do meio, com as seguintes ações aos grupos:

a) Sob coordenação do professor de História, organiza-se uma roda de conversa sobre o castelo, já mencionado. Essa construção chamará a atenção dos estudantes pelo destaque que ocupa na paisagem, ela é um empreendimento turístico, com o objetivo de reunir a história em um ambiente medieval. O espaço serve como museu, restaurante etc., onde os visitantes podem se sentir em um mundo antigo, alugando trajes antes de entrar no castelo.

Esse empreendimento vai constar em boa parte das fotografias, inclusive pode aparecer nas pesquisas dos estudantes no pré-estudo.

Nesse momento do pós-estudo, os estudantes já reconheceram a importância do Saboó como espaço de memória e de resistência contra a escravização e nas proximidades do morro há a construção de um elemento da cultura medieval europeia, que a rigor não tem sintonia histórica com o território. Objetiva-se debater como uma memória local, vinculada à escravização é pouco publicizada, enquanto na mesma paisagem propõe-se uma vivência medieval em um território não-medieval. Com essa argumentação, os estudantes podem dialogar com os visitantes da mostra sobre essa temática patrimonial;

b) Confecção de um cartaz (banner) explicativo sobre o Morro do Saboó e da Insurreição de Escravizados de 1854;

c) Organização de uma exposição dos esboços realizados na visitação;

d) Exposição fotográfica (impressa ou uma apresentação em slides);

e) Edição e apresentação dos depoimentos visuais/orais dos estudantes;

f) Elaboração de um cartaz apresentando a problemática do espaço de memória de resistência contra a escravização em contraposição ao espaço de memória medieval, sugerido no item a.



Fig. 27

QUILOMBO DO CARMO

Esse território localizado no bairro de mesmo nome, localiza-se a 22 km do centro da cidade. Trata-se de uma comunidade com vários espaços de visitação e até a presente data a Associação do Território Quilombola do Bairro do Carmo (ATEQUIBACA) conta com receptivo e visitação guiada.

Essa comunidade remanescente de quilombolas, é uma das mais antigas do Brasil. A história começa na primeira metade do século XVIII, quando a Província Carmelita Fluminense adquiriu a gleba original, à essa propriedade denominou-se Fazenda Sorocamirim ou do Carmo.

O Laudo Antropológico elaborado pela antropóloga e analista pericial em Antropologia Deborah Stucchi, sob encomenda do Ministério Público Federal, revela com exatidão a aquisição da fazenda por essa ordem religiosa:



Fig. 28

Desde os primórdios das atividades dos Carmelitas nessa localidade, utilizou-se sistematicamente o trabalho de africanos escravizados, no entanto, os registros mais concretos do número de cativos são do século XIX (Deborah Stucchi, 2009).

Ao longo desses quase trezentos anos as configurações históricas se modificaram, hoje o território quilombola do Carmo condensa apenas 1% da gleba original e ainda luta junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) pela titulação das terras.

A comunidade que se constituiu a partir da Fazenda Sorocamirim originando o atual bairro do Carmo congrega elementos potentes para o desenvolvimento de estudos acerca da escravidão e cultura afro-brasileira. Cabendo destaque aos seguintes territórios quilombolas:

a) Vila, capela Nossa Senhora do Carmo e cemitério de escravizados;
b) A Festa de Nossa Senhora do Carmo e as bandas musicais;
c) Fazenda Icaraí;
d) Ocupação e organização da Associação do Território Quilombola do Bairro do Carmo (ATEQUIBACA);
e) Paisagens do território quilombola - Pedra Balão.

Quando analisamos os elementos que formam esse bairro, podemos concluir que a escravidão organizou um território de exceção, mas de resistência. O quilombo do Carmo é secularmente um espaço oriundo da escravização, onde seus moradores carregam em suas mentes e corpos, memórias do cativeiro.

Gradativamente seus moradores vêm perdendo seu território, principalmente por grilagens de terras. Mas, o que resta é representativo da resistência empreendida pela comunidade daquilo que sobrou das terras originais. Nesse sentido, o Carmo é um território patrimonial ativado e valorado popularmente pelos subalternizados da história, negligenciado pelas políticas públicas de patrimônio, residindo, portanto, na resistência (Batista da Costa, 2017).

Memórias da escravização, bandas musicais, cristianismo popular, o Carmo agrupa também, referências do patrimônio cultural afro-brasileiro.



Fig. 29


Fig. 30


Fig. 31



Fig. 32

Ocupação quilombola



Fig. 33

Loja de artesanato quilombola



Fig. 34

Um dos eventos historicamente responsáveis por determinar uma unidade entre os descendentes de escravizados, foi o arrendamento pela Província Carmelita Fluminense de cerca de 65 escravizados ao Barão de Boa Vista, entre 1866 e 1886. Durante esses vinte anos, parte dos cativos trabalharam nas fazendas de café desse barão no município de Bananal/SP.

Ironicamente, essa ausência marcou um sentimento de pertencimento ao território do Carmo. Para os cativos, o trabalho desempenhado seja em Sorocamirim ou em Bananal/RJ era ofício à Santa e o retorno ao Carmo, também.

Em 2014, aconteceu o segundo evento de marcação identitária como remanescentes de descendentes de quilombolas, quando muitos resolveram realizar o percurso de retorno, reivindicando o direito à herança, ocupando uma parte da gleba do território e organizando a Associação do Quilombo Revolucionário do Carmo, instituição mais recente de luta e reivindicação das terras da Santa. Portanto, esse território condensa elementos potentes acerca da resistência social e cultural ao sistema escravista em São Roque.

PREPARAÇÃO professores

É fundamental que os professores envolvidos realizem a visita prévia ao local para conhecer os espaços, comunidade, lideranças e definirem: a) percurso - por se tratar de vários locais de visitação; b) atividades; c) divisão dos grupos; d) ordenação de visitação; e) tipos de roupas; f) tempo de permanência; g) materiais.

No caso específico do professor de História, é preciso saber quais objetivos levam à visitação à Comunidade Quilombola do Carmo. Há várias possibilidades de interação com esse território, existindo inúmeras perspectivas de abordagem com intuito de complexificar a história e a memória do local, especialmente naquilo que tange à resistência e memória ao cativeiro e a cultura afro-brasileira. Até a presente data, o presidente da Associação do Território Quilombola do Bairro do Carmo (ATEQUIBACA), o Sr. Isaque da Cruz, é também um dos responsáveis pelo receptivo e monitoria que por se tratar de grupos escolares, é obrigatória. Essa etapa preparatória do estudo é fundamental para que o corpo docente defina junto com a monitoria as abordagens significativas à aprendizagem.



Fig. 35

Em 2024, o Iphan reconheceu a Casa-Grande, Senzala e Cemitério da Comunidade do Quilombo do Carmo, como patrimônio cultural no município de São Roque-SP.

Casa Grande e Senzala



Fig. 36



Fig. 37

Igreja Nossa Senhora do Carmo



Fig. 38

IMAGEM DE NOSSA SENHORA DO CARMO

Em 2012 ocorreu o furto da imagem da santa esculpida há mais de 200 anos que abrigava o altar-mor da capela. Essa peça, pertencente ao patrimônio cultural brasileiro, ainda não foi recuperada, com esse triste fato, pode-se trabalhar com a temática patrimonial.

Fig. 39

PREPARAÇÃO estudantes

A preparação proposta aos estudantes no âmbito da História, inicia-se com uma pergunta norteadora: Por que visitar o Quilombo do Carmo? A partir disso, as pesquisas acerca desse território nascido no século XVIII podem ser feitas através das indicações contidas na bibliografia, objetivando aos estudantes que se apropriem da sua complexidade e obtendo conhecimentos históricos sobre a relevância em visitar esse espaço.

Como atividade prévia, sugerimos o trabalho com o artigo:: BASTOS, Guilherme Jeremias de Oliveira; OLIVEIRA, Rafael Fabrício de (2019). *Patrimônio cultural do Quilombo do Carmo: demarcado no território a memória a partir da cartografia social*, a fim dos estudantes entrarem em contato com uma cartografia social desenvolvida no Carmo, dessa forma, vão à campo compreendendo em parte a complexidade histórica a ser explorada.



Fig. 40



Fig. 41

01 - Cadeia do Carmo: área simbólica da repressão, dos castigos e dos atos disciplinares. Em condição de desaparecimento.

02 - Casa Grande e Senzala: Ruínas da antiga propriedade sede da Ordem Carmelita (Fazenda Icaraí, segundo análise encontrada no Laudo Antropológico). Outros usos ao longo dos anos. Em condição de desaparecimento.

03 - Capela N. S. do Carmo: Patrimônio religioso do Quilombo, rodeado por um conjunto de habitações, bares e um mercadinho.

04 - Largo de N. S. do Carmo: Espaço público, gramado em frente a igreja N. S. do Carmo. Espaço de encontro, passagem e festas, muito presente na memória da população.

05 - Cemitério dos Escravizados: Antigo cemitério desativado, ainda não localizado precisamente.

06 - Pedra Balão da Mata: Área de refúgio, descrita pelos remanescentes como espaço de fuga dos escravizados quando da opressão e perseguidos. Difícil acesso ainda nos dias atuais, pela mata e por ser o ponto mais da região (1040m).

06 - Cruzeiro do Carmo: Cruz de madeira afixado nos limites do bairro evidenciando a religiosidade/devoção católica da população local.

07 - Campo de Futebol: Espaço de lazer, prática de futebol de várzea e atividades de entretenimento da população local.

08 - Escola e Posto de Saúde do Carmo: Serviços de educação e saúde do município de São Roque prestados à população. Elementos centrais da comunidade, com ponto de ônibus, telefone público e prestação de serviços básicos.

09 - Ruínas do Carmo (não há identificação exata no mapa): Pelourinhos, vestígios da antiga ocupação Carmelita e escrava no local. Ainda em fase de identificação, nos limites com o município de Vargem Grande Paulista (RMSP).

10 - Bosque e Ocupação: Patrimônio contemporâneo, símbolo da luta quilombola na região e Estado de São Paulo. Espaço coletivo, hortas e bosque no fundo do vale.



Fig. 42

A VIVÊNCIA

Essa saída pedagógica está programada para ter a duração de um dia, por contar com trilhas de média dificuldade, mas relativamente longas.

Sugerimos que ao chegar ao Quilombo, os estudantes sejam recepcionados na sede da Associação e recebam informações sobre o local, no entanto, vale frisar de que o pré-estudo discente tem por objetivo central levantar informações básicas do espaço a ser visitado. Importante, que os estudantes interajam com o monitoria e comunidade em geral, estabelecendo diálogos, fazendo perguntas, enfim, socializando-se com as pessoas do seu entorno.

A partir dessas premissas propomos, além dos registros fotográficos/escritos e depoimentos visuais/orais, tais atividades *in loco*:

a) Entrevistas: intenciona-se que os estudantes aproximem-se dos moradores e frequentadores desse território, colhendo (com suas devidas autorizações) entrevistas, depoimentos, fotos, áudios, vídeos, visando identificar e compreender a dinâmica social e histórica desse território patrimonial.

c) Registros afetivos: pretende-se que o estudante registre de alguma forma seus sentimentos e sensações, como: alegria, tristeza, liberdade, injustiça, indignação, altruísmo, solidariedade, incômodo, descontração, paz, violência, insegurança e também identificar cheiros, texturas, temperaturas, luminosidades, enfim, constatar como as múltiplas sensorialidades do corpo e sentidos se relacionam com esse território quilombola.

A SISTEMATIZAÇÃO

De volta ao ambiente escolar, sugerimos a divisão da turma em pequenos grupos com a intenção de expor aos demais estudantes e comunidade escolar a vivência no Quilombo do Carmo. Como culminância do pós-estudo, propomos a confecção de um mapa afetivo acerca da experiência vivida. Os grupos podem socializar ideias, situações, problemas, mas indicamos que cada estudante debruce-se individualmente sobre seu mapa e afetividades. Existem inúmeras formas de construir esse tipo de mapa, como:

a) Bidimensional em cartolina, papel kraft, etc., utilizando canetas e lápis coloridos, post-it, tarraxas para legendas - indicando edificações, pessoas, paisagens, situações, sensações e sentimentos;

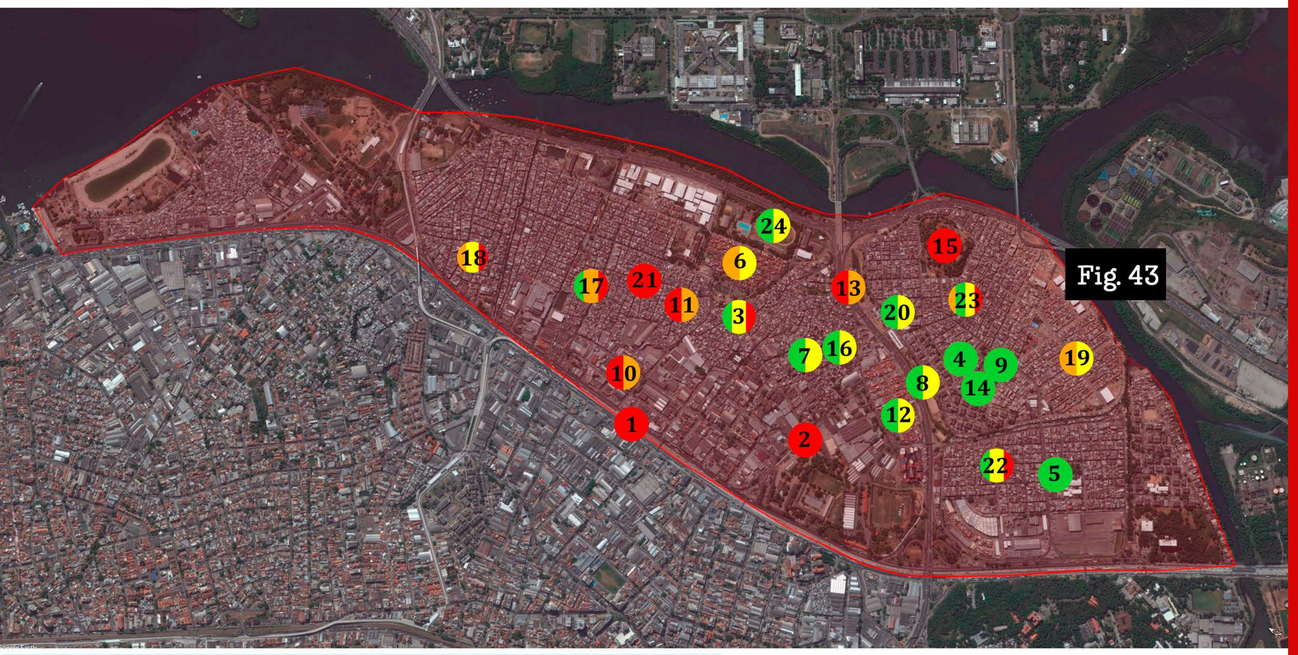
b) Tridimensional utilizando os mesmos materiais do modelo bidimensional acrescido de volumes para representar edificações, pessoas, paisagens, situações, sensações e sentimentos.

Recomendamos essa ação como culminância às atividades extraclasses do Quilombo do Carmo com objetivo de aproximação do corpo docente, estudantes e comunidade escolar de modo geral à realidade desse espaço sócio-histórico. Esse recurso não é uma novidade pedagógica, muitos educadores utilizam-o de forma regular, cabendo destaque a experiência orientada pelo educador Luiz Lourenço realizada junto com estudantes do Complexo de Favelas da Maré - Rio de Janeiro/RJ que desenvolveram o projeto Cartografia Participativa - Mapa Sensorial da Maré, resultando no seguinte produto:

CEASM - CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES SOLIDÁRIAS DA MARÉ

Autores: Estudantes do Preparatório para o Ensino Médio do CEASM – 2017
Educador: Luiz Lourenço Disciplina: Geografia do Brasil

Cartografia Participativa - Mapa Sensorial da Maré



LEGENDAS

- Lugar de violência/medo
- Lugar de lazer/liberdade
- Lugar de tristeza
- Lugar de felicidade

OBS: Alguns estudantes relataram mais de um tipo de sensação em um mesmo lugar, sendo esses casos marcados no mapa com círculos de múltiplas cores.

1. AV. Brasil
2. AV. Guilherme Maxwell
3. Baixa do Sapateiro
4. Campo da Toca
5. Campo da Vila do João
6. Casinhas
7. Ceasm
8. Ciclovia do Pinheiro
9. Ciep Gustavo Capanema
10. Cracolândia
11. Divisa
12. Fogo Cruzado
13. Maclaren
14. Marrocos
15. Mata
16. Morro do Timbau
17. Nova Holanda
18. Parque União
19. Salsa e Merengue
20. Solanches
21. Tatajuba
22. Vila do João
23. Vila do Pinheiro
24. Vila Olímpica

Todos os mapas são uma abstração do mundo, elaborada sempre a partir de algum ponto de vista. Na história das representações espaciais, os mapas começaram, não por acaso, como ficção, um meio de se pensar o mundo a partir da crença e dos mitos, e não a partir da geografia. Foi através de um longo processo de observação do mundo, de elaboração de instrumentos e experiências, e, com o consequente crescimento da capacidade de medir altitudes e coordenadas, que os mapas foram tornando-se mais "objetivos".

O mapa sensorial da Maré, pretende revelar outra face da cartografia, trabalhando não com dados objetivos e sim com as percepções e sensações que os jovens estudantes do preparatório sentem sobre os lugares que compõem a Maré. Medo, violência, lazer, liberdade, tristeza e felicidade, esses são os sentimentos percebidos pelos estudantes quando se deparam com as paisagens da Maré.

Algumas percepções apontadas pelos estudantes não puderam ser territorializadas no mapa, por serem manifestações sensoriais de caráter imaterial, ou que não tenham um referencial específico no território do bairro Maré.

"Durante séculos, a única maneira de compreender o mundo era através do olho da mente, e os mapas do mundo mostravam, de forma imaginativa, como poderia ser a aparência do mundo misterioso. Os cartógrafos não apenas reproduzem o mundo, eles o constroem". ***Al-Idrisi, cartógrafo mouro***

Nesse caso da Maré, o recurso do mapa afetivo, trouxe aos estudantes uma complexidade da realidade, como menciona o educador Luiz Lourenço (2017): *A ideia era mostrar que o território deles é diverso. Tem violência, mas tem felicidade. Tem tristeza, mas tem situações de liberdade.*

Mapas afetivos são recursos pedagógicos potentes quando vinculados à educação patrimonial, nesse sentido destacamos o artigo: Mapas afetivos no caminho decolonial da Educação Patrimonial no Rolé na Penha de Ana Gabriela Saba (2022), nele essa historiadora apresenta a partir das histórias, memórias e saberes uma proposta de identificação e reconhecimento ampla e plurais dos patrimônios.

Indicamos que os estudantes organizem uma exposição que narre a vivência no Quilombo do Carmo, englobando:

a) Confecção de um cartaz (banner) contendo um mapa dos lugares constituintes do quilombo;

b) Seleção de fotos e organização de uma exposição fotográfica (impressa ou uma apresentação em slides);

c) Apresentação dos mapas afetivos como foco central da exposição.

CONCLUSÃO

O objetivo deste livro é o de auxiliar professoras e professores na organização das atividades em territórios extramuros.

Os docentes podem adaptar esse material conforme a realidade escolar que vivenciam.

No entanto, o que nos parece necessário é o cumprimento das quatro etapas destacadas em cada caso aqui analisado (pré-estudo docente, pré-estudo discente, estudo do meio e pós-estudo do meio) intencionando a efetividade do processo de ensino-aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA

Sítio Santo Antônio

ANDRADE, Mário. Capela de Santo Antônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,** n. 01, 1937.

DUARTE, Paulo. *Contra o Vandalismo e o Extermínio.* **O Estado de São Paulo**, 11 de junho de 1937.

FURTADA HÁ 20 ANOS, imagem de santa é recuperada pela PF em Jaguariúna. **Portal G1**, Campinas, 28 jan. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em 16 fev. 2024.

SANTOS, Paulo da Silveira. **Duas preciosidades do século XVII.** São Paulo: Separata da Revista de História n.89, 1972.

SOMBRA JUNIOR, Fausto Ferreira. **Luís Saia e o restauro do sítio Santo Antônio: diálogos modernos na conformação arquitetônica paulista.** 2015. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.

VELLOSO, Gustavo. **Ociosos e Sedicionários: populações indígenas e os tempos do trabalho nos Campos de Piratininga (século XVII).** Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, Departamento de História, 2016.

Igreja São Benedito

SANTOS, Paulo da Silveira. Velha Igreja em perigo. **Diário Popular.** São Paulo, 6 de julho de 1975.

SANTOS, Joaquim Silveira. São Roque de outrora. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, volume XXXVII, 1939. p. 382-385.

Morro do Saboó

COUCEIRO, Luiz Alberto. **Acusações de feitiçaria e insurreições escravas no sudeste do Império do Brasil.** Afro-Ásia, nº 38, 2008, p. 211 - 244.

COUCEIRO, Luiz Alberto. **A sedução do feitiço: Juca Rosa, Pai Gavião e acusações de feitiçaria no Império do Brasil.** XVIII Encontro de História Anpuh Rio. Rio de Janeiro: ANPUH, 2018.

CORREIO PAULISTANO. N.24 (24/07/1854); N.26 (26/07/1854); N.27 (27/07/1854).

Quilombo do Carmo

BASTOS, Guilherme Jeremias de Oliveira; OLIVEIRA, Rafael Fabrício de. Patrimônio cultural do Quilombo do Carmo: demarcado no território a memória a partir da cartografia social. **Scientia Vitae,** v.7, n.23, p. 50-67, jan./mar. 2019.

SANTA é furtada de capela em São Roque-SP. **Portal G1**. São Paulo, 14 mar. 2012. Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em 12 abr. 2023.

STUCCHI, Deborah. **Os pretos de Nossa Senhora do Carmo - estudo antropológico sobre uma comunidade remanescente de quilombo no município de São Roque/SP.** 2009. Laudo Antropológico n.01/2009. Ministério Público Federal, São Paulo, SP.

Geral

BATISTA DA COSTA, Everaldo. Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. **Cuadernos de Geografía - Revista Colombiana de Geografía,** vol. 26, núm. 2, pp. 53-75, julio-diciembre, 2017.

CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina. **Dicionário temático de patrimônio - Debates contemporâneos.** Campinas, SP: Editora Unicamp, 2020.

HATZENBERGER, Dionísio Felipe. *O Estudo do Meio como metodologia pedagógica para o desenvolvimento das Competências gerais da Educação Básica (BNCC).* XVIII **Fórum da Rede Municipal de Ensino.** Secretaria de Educação: Novo Hamburgo/RS. 15 de outubro de 2021.

LOPES, Claudivan S.; PONTUSCHKA, Nídia N. Estudo do meio: teoria e prática. **Geografia (Londrina)** v. 18, n. 2, 2009.

LOPES, Danilo Eiji. **História dos estudos do meio: um estudo sobre as práticas extramuros da escola em São Paulo.** 2014. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

LOURENÇO, Luiz (org.). **Cartografia Participativa da Maré.** Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM): Rio de Janeiro(RJ), 2017. Disponível em: https://www.ceasm.org.br. Acesso em 8 dez. 2023.

SABA, Ana Gabriela. Mapas afetivos no caminho decolonial da educação patrimonial no rolé na Penha. **Sillogés** – v.5. n.1. jan./jul. 2022.

SANTOS, E. J. & SCHNEIDER NETO, J. O estudo do meio como prática pedagógica regular. IN: MAIOR, P. S.; PESSOA, A.E.S; SALLES, A.M.; (ORG.). **Saberes históricos, patrimônio e espaços de memória.** João Pessoa: Editora do CCTA, 2022. (Coleção experimentos e reflexões sobre práticas no ensino de História, v.2). p. 273-294.

SLENES, Robert. "Malungu, ngoma vem!": África coberta e descoberta do Brasil. (1992). **Revista USP,** 12, 48-67.

LEGENDAS

Fig.1 - **DOIS Escravos se Cumprimentando.** In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2024.

Fig.2 - **Cerimônia religiosa no Sítio Santo Antônio.** 2016. Foto: Rafael Barbosa.

Fig.3 - SANDRINI, Dani. Grupo Mandúa - etnia Guarani-Nhandewa. 2019. **Projeto terra terreno território.** Técnica de impressão solar - fitotipia.

Fig.4 - **Conjunto arquitetônico do Sítio Santo Antônio.** 2024. Foto do autor.

Fig.5 - **Casas de Morada.** 2024. Foto do autor.

Fig. 6 - Mário de Andrade em visita ao Sítio Santo Antônio, 18 jan. 1945. **[Acervo Fotográfico – IPHAN/SP].**

Fig. 7 - Avelina Soares, ex-escravizada do Barão de Piratininga, dec. 1940 [Série Inventário, São Roque, SP, Sítio Santo Antônio, CX. 637 / Pt 01 / E09, Arquivo Noronha Santos - RJ] IN: **SOMBRA JUNIOR** (2015) p.147

Fig. 8 - Representação da planta baixa das edificações do Sítio Santo Antônio feita por Luís Saia, observamos a localização da senzala primitiva. Em frente da Casa do Barão, destruída no processo de restauro por não pertencer ao projeto inicial do século XVII, haviam outras senzalas, incendiadas em 1887. IN: ANDRADE, Mário. Capela de Santo Antônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,** n. 01, 1937, fig 01.

Fig. 9 - Esculturas esculpidas por africanos escravizados levadas por W. Luís ao Museu (Paulista) do Ipiranga, déc. 1930. **Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo.** Créditos fotográficos das reproduções: Hélio Nobre e José Rosael.

Fig.10 - **Interior da Capela Santo Antônio.** Disponível em: https://www.ipatrimonio.org. Acesso em 3 abr. 2024.

Fig.11 - Nossa Senhora do Rosário, déc. 1940 **[Acervo Fotográfico – IPHAN/SP].**

Fig. 12 - GRAESER, Herman. **Casa-Grande, interior.** São Roque, Sítio Santo Antônio, déc. 1940. [Acervo Fotográfico – IPHAN/SP].

Fig.13 - **Fachada da Capela Santo Antônio.** 2024. Foto do autor.

Fig.14 e 20 - **Fachada da Igreja São Benedito.** 2023. Foto do autor.

Fig.15 - **Imagem de São Benedito.** 2024. Foto do autor.

Fig.16 - **Andrade, Mário.** Congada de Lindóia. 1934. Acervo do Instituto de Estudos Brasileiros, USP: Arquivo Mário de Andrade.

Fig. 17 - Em 2023 a Congada de São Benedito da vizinha Cotia foi declarada patrimônio cultural imaterial do estado de São Paulo. **Grupo de Congada de São Benedito de Cotia**/SP. 2023. Foto: Alberto Lefreve.

Fig.18 - **Cortejo do Grupo de Congada de São Benedito de Cotia/SP.** 2023. Foto: Vagner Santos.



Fig.19 - **Vista do altar-mor da Igreja de São Benedito.** 2021. Foto do autor.

Fig.21 - **Parte frontal da Igreja São Benedito (interior).** 2021. Foto do autor.

Fig. 22 e 26 - **Vista panorâmica a partir do cume do Morro do Saboó.** 2023. Foto do autor.

Fig. 23 - **ESCRAVO da Nação Africana Cabinda** [1865]. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2024.

Fig. 24 - **Trilhas que rumam ao cume do Morro do Saboó.** 2023. Foto do autor.

Fig. 25 - **Vista panorâmica do cume do Morro do Saboó, com o Morro Voturuna (Araçariguama/SP) ao fundo.** 2021. Foto do autor.

Fig. 27 - **Morro do Saboó e o castelo de arquitetura medieval.** 2024. Foto do autor.

Fig. 28 e 36 - **Casa Grande do território quilombola do Carmo.** 2024. Foto do autor.

Fig. 29 - **Sede da Corporação Musical Santa Terezinha.** 2024. Foto do autor.

Fig. 30 e 38 - **Igreja Nossa Senhora do Carmo.** 2024. Foto do autor.

Fig. 31 - **Cemitério dos escravizados.** 2024. Foto do autor.

Fig. 32 e 34 - **Loja de artesanato quilombola.** 2024. Foto do autor.

Fig. 33 - **Placa indicativa da área quilombola.** 2024. Foto do autor.

Fig. 35 - **Ruínas da Senzala (esq.) e Casa Grande (dir).** 2024. Foto do autor.

Fig. 37 - **Ruínas da Senzala.** 2024. Foto do autor.

Fig. 39 - **Imagem de Nossa Senhora do Carmo furtada da Igreja do Carmo em março de 2012.** Foto: Ministério Público Federal.

Fig. 40, 41 e 42 - BASTOS, Guilherme Jeremias de Oliveira; OLIVEIRA, Rafael Fabrício de. Patrimônio cultural do Quilombo do Carmo: demarcado no território a memória a partir da cartografia social. **Scientia Vitae,** v.7, n.23, p. 50-67, jan./mar. 2019. (edição nossa).

Fig. 43 - LOURENÇO, Luiz (org). **Cartografia Participativa da Maré**. Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM): Rio de Janeiro(RJ), 2017. Disponível em: https://www.ceasm.org.br. Acesso em 8 dez. 2023.

